

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ALNARY NUNES ROCHA FILHO

**A ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária:
Desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de uma
alternativa de Economia Solidária.**

**PONTA GROSSA
2010**

ALNARY NUNES ROCHA FILHO

**A ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária:
Desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de uma
alternativa de Economia Solidária.**

**Dissertação apresentada para obtenção
do título de mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, Programa de
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre
Gonçalves Cunha**

PONTA GROSSA

2010

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

R672a Rocha Filho, Alnary Nunes
 A ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma
Agrária : desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de
uma alternativa de Economia Solidária. / Alnary Nunes Rocha Filho. Ponta
Grossa, 2010.
 113f

 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

 1 Economia solidária. 2. Associativismo. 3. Auto-gestão. 4. Políticas
Públicas. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. T

CDD : 330.981

TERMO DE APROVAÇÃO

ALNARY NUNES ROCHA FILHO

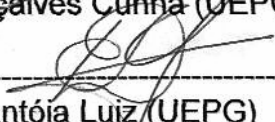
"A ATERRA - Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária: Desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de uma alternativa de Economia Solidária"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:



Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG) – Presidente



Dr^a. Danuta Estrufika Cantóia Luiz (UEPG)



Dr. Nicolas Floriani (UEPG)

Dr. Edson Armando Silva (UEPG) - Suplente

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais Alnary e Sônia, que da eternidade, sempre me olhando e cuidando, possam sentir orgulho desse filho que os amará para sempre. E aos meus filhos, Ramayana e Emmanuel, que na distância esperam muito mais de mim do que eu deles, na certeza de seus futuros brilhantes, e que esse trabalho possa ser também mais um ato do amor que devoto a eles a cada segundo da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e companheiros, trabalhadores e trabalhadoras do Pré-Assentamento Emiliano Zapata, que me proporcionaram e ainda proporcionam grandes momentos de amizade. E que me são exemplos de luta, resistência e trabalho.

Ao Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha e família, pela oportunidade de compartilhar uma amizade para além da relação aluno e professor.

Aos amigos e colegas do Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, pelas trocas de informações e ajuda mútua nessa caminhada.

Aos amigos, colegas e professores, que sempre estiveram ao meu lado, aconselhando e incentivando.

A minha irmã Isabella, que mesmo na distância sempre esteve comigo na luta pela minha pós-graduação, e em todos os momentos, tanto de tristezas e preocupações, como de alegrias e comemorações.

Ao meu avô, Horlando da Luz, que em sua simplicidade, fé e experiência de vida, sempre me incentivou e aconselhou.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão dessa pesquisa.

EPÍGRAFE

**Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.**

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA O RESGATE DA INSERÇÃO SOCIAL	 16
1.1 – O desenvolvimento histórico da Economia Solidária	17
1.2 – O tecido histórico da formação do Estado brasileiro	21
1.3 – O ressurgimento da Economia Solidária, a crise do Fordismo e a emergência do Pós- Fordismo	26
1.4 – O Terceiro Setor, políticas públicas e Economia Solidária	32
 CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DO MST ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, A ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	 41
2.1 – O MST e os Movimentos Sociais	42
2.2 – O MST e a agricultura no Brasil	48
2.3 – O MST e as apropriações das práticas de Economia Solidária	56
 CAPÍTULO 3 – A COMUNIDADE EMILIANO ZAPATA E A ATERRA: HISTÓRIA, DESAFIOS, OBSTÁCULOS E CONTRADIÇÕES.....	 63
3.1 – Ocupação, acampamento e organização	64
3.2 – O trabalho da IESol e a ATERRA e a alternativa de Economia Solidária.....	68
3.2 – A organização da ATERRA.....	73
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
APÊNDICE A – Ata de Fundação da ATERRA.....	93
APÊNDICE B – Estatutos Sociais da ATERRA.....	97
APÊNDICE C – Certidão de Registro dos Estatutos Sociais da ATERRA.....	103
APÊNDICE D – Alvará de Localização da ATERRA.....	105
APÊNDICE E – Cédula de Produto Rural – CPR Especial.....	107
APÊNDICE F – Certificação da Rede Ecológica de Agroecologia.....	112

LISTA DE SIGLAS

ATERRA	Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária
CGE	Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPR	Cédula de Produto Rural
CPS	Cooperativa de Prestação de Serviços
CPPS	Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro da reforma Agrária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONINC	Programa Nacional de Cooperativas Populares
SCA	Sistema Cooperativo dos Assentados
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
USF	Universidade Sem Fronteiras

RESUMO

A presente pesquisa trata do tema geral da Economia Solidária, visando abordar os processos relacionados aos empreendimentos solidários que são fomentados por políticas públicas de caráter desenvolvimentistas e/ou sociais. Através dela, discute-se o tema como matriz que se insere em alternativas de desenvolvimento local e regional. O estudo também trás o processo histórico de construção da Economia Solidária, nas variadas conjunturas nas quais sua ideologia esteve presente e também as formas como o seu discurso foi apropriado pelos trabalhadores e trabalhadoras, nas suas lutas e conquistas. A trabalho teve por objetivo estudar o processo de atuação sócio-territorial da ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, do Pré-assentamento Emiliano Zapata, localizado no Distrito de Itaiacoca, do município de Ponta Grossa – Pr. Observando assim, a possível criação de novas relações de trabalho, através da Economia Solidária, que tem a pretensão de também criar novos hábitos de vida. A pesquisa foi fundamentalmente feita através da observação e prestação de assessorias relativas às tentativas de superação dos obstáculos legais, tributários, fiscais e estruturais das atuais condições de existência do pré-assentamento. Através do trabalho desenvolvido pelo Programa de Extensão – IESol, Incubadora de Empreendimentos Solidários, da UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa, o presente estudo, visa refletir sobre os processos de organização da ATERRA e de seus associados, os quais, de alguma maneira, encontram-se excluídos de condições dignas de inserção social e econômica. A participação dos associados, tenta fazer da autogestão e da cooperação solidária, estratégias de luta e resistência, conforme os ideais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. As questões envolvidas nessa pesquisa, inscrevem-se nos debates públicos e acadêmicos sobre cidadania e democracia e que buscam discutir como as políticas públicas que visam superar nossas desigualdades sociais e regionais, enfrentando os processos que mantêm estas desigualdades cristalizadas na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Associativismo; Autogestão; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research deals the general topic of the solidary economy, aiming an approach to the solidary attempts related process that are encouraged by public policies of developmental and/or social character. Through it discusses the subject as it comes array of alternatives for local and regional development. The study also brings the historical process of building the solidary economy, in many situations in which their ideology was present and also the ways in which the speech was appropriate for workers, in their struggles and achievements. The study aimed to explore the process of socio-territorial activities of the ATERRA - Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, in the pre-settlement Emiliano Zapata, located in the District of Itaiacoca, the city of Ponta Grossa, Pr. Observing thus, the possible creation of new work relations, through the solidary economy, and has the intention to also create new habits of life. The research was primarily done through observation and provision of advisory services relating to attempts to overcome the legal obstacles, tax, fiscal and current structural conditions of existence of pre-settlement. Through the work of the Extension Program, IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários, to relate to UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa, this study aims to reflect on the processes of organizing of ATERRA and his associates, which in some way, are is not of decent social and economic standing. The participation of members, tries to make the self management and solidarity cooperation, strategies for struggle and resistance, as the ideals of the MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. The subjects involved in this research, appear in public and academic debates on citizenship and democracy and seeking to discuss how public policies that seek to overcome our social and regional inequalities, confronting the processes that maintain these crystallized inequalities in Brazilian society.

Keywords: Solidary Economy; Associations, Self-Management; Public Policy.

INTRODUÇÃO

A paixão pelo futuro e o sonho de transformação da sociedade é, talvez, a mais sincera justificativa de quem se debruça sobre as possibilidades da Economia Solidária, associada é claro, a indignação perante as injustiças sociais e a fragilização proposital dos seres humanos, imposta pelo paradigma capitalista neoliberal.

O sonho de vivenciar uma realidade onde não exista miséria, onde cada família, seja ela urbana ou camponesa, possa ter seus direitos plenamente respeitados, pode ser caracterizado como utopia. Porém, podemos e devemos refletir, em certa medida, o conceito de utopia.

O utópico se tornou neste século um adjetivo de conotação pejorativa, por oposição ao científico. Tem servido para difamar tendências que se opõe pelo desejo, às realidades estabelecidas. Paradoxalmente, muito se tem escrito sobre utopias, e os filósofos parecem preocupados com o seu desaparecimento ou ressurgimento, não se encontrando um consenso sobre esta alternativa duvidosa.

O que dá profundidade ao sentido da utopia, nesse contexto, é a busca pela felicidade, que deixa de ser abstrata, quando traduzida na luta e nas conquistas de direitos, e ainda, entendida que ela vem através da dignidade do trabalho.

Para isso, é necessário sonhar, expressão que também foi pervertida pela sociedade capitalista, que exige cada vez mais ações, mais iniciativas concretas, o sonho passou a ser produto de consumo, em coisas a serem compradas, símbolos de status, os quais só poderão ser conquistados através da competição, da vitória dos mais fortes sobre os mais fracos, numa perigosa e desvirtuada naturalização de pensamentos e práticas, trazendo para a vida em sociedade a reprodução das práticas selvagens de sobrevivência imemoriais que, na civilização, apenas favorecem aos que possuem capital e conseqüentemente poder, além do que, a sua ampla difusão em todos os estratos sociais, infelizmente, as legitimam até hoje.

Os homens sonham. Essa é a constatação de Ernst Bloch, cuja qual é tão bem desdobrada no trabalho de Suzana Albornoz (2006), que chama essa contestação de banal, porém, o que não é banal, é que enquanto os homens sonham, manifestam suas carências, inscritas em seu corpo como ausência de algo que é possível e materialmente quase necessário.

Inserido nos sonhos concretos, o ideal da Economia Solidária não pode deixar de enfatizar a utopia, que move, que incentiva e que justifica seu discurso de enfrentamento

da realidade, se apresentando como alternativa de desenvolvimento local e regional. Os sonhos utópicos mais maduros são os relativos a evolução coletiva, técnico-econômicos e sociopolíticos.

Assim, esse trabalho se apresenta também como crítica, aos que tentam de alguma forma, desqualificar a economia solidária como ferramenta de enfrentamento ao capitalismo e também, em alguma medida, às intervenções do Estado através de políticas públicas ou pela falta delas.

No contexto atual da sociedade brasileira, o qual apresenta um grande aceleração da desigualdade social e econômica, mesmo com muitas iniciativas para um possível enfrentamento dessa realidade pelo Estado e sociedade civil organizada, e também de uma luta de décadas dos trabalhadores e trabalhadoras pela sua própria sobrevivência através de sua reprodução social, a presente pesquisa procura discutir, de forma geral algumas das iniciativas de políticas públicas de economia solidária, e de forma particular as práticas das mesmas no seu objeto.

Ao final do presente trabalho, traremos um pouco da reflexão sobre a nossa trajetória acadêmica, tanto na graduação como no curso de mestrado que embasou a pesquisa.

A graduação em Licenciatura em Geografia é a base sob a qual pudemos perceber os objetivos que aqui se apresentam, como também é um convite para pertencer a um grupo seletivo, o grupo de pessoas que se dedicam a estudar os problemas da sociedade, e através da construção de novos conhecimentos tentar propor soluções para os mesmos.

Portanto, se torna fascinante a ideia de tentar ser uma pessoa que pensa sua cidade, seu estado, seu país e o próprio planeta. O que se trata, inequivocamente, é de trabalho árduo, e que, mesmo o brilho ideológico e a certeza de que as causas que queríamos estudar tinham e tem uma importância fundamental, nada tinham a ver com o ego ou com os desejos pessoais, a não ser no que se refere a inquietação, que provoca o movimento para o aprofundamento do estudo e de tornar defensável, plausível e importante, o resultado do presente trabalho.

O Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, desenvolve duas Linhas de Pesquisa: Estado, Direitos e Políticas Públicas e História, Cultura e Cidadania. Escrevemos o projeto de pesquisa na perspectiva desta última, pois, até aquele momento, ansiávamos por fazer uma pesquisa centrada nos sujeitos, nos trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos solidários,

e aprovado, começamos os levantamentos bibliográficos, a frequência nas aulas e as orientações com um foco muito amplo e pouco definido, que teve como consequência, um aprendizado muito importante, o contato com uma literatura muito interessante e que despertava a vontade de aprofundamento.

A medida que as leituras eram feitas e também o trabalho de extensão, através da IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários, percebíamos cada vez mais a necessidade prática e inquietante de focar a pesquisa na ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, e que existia uma grande possibilidade de surgir desse, uma influência preponderante na sua consolidação. Também que de pouco adiantava o trabalho teórico na tentativa de construção de capital social, se não pudéssemos dar respostas ou indicar possibilidades para a resolução das necessidades da Associação e seus trabalhadores e trabalhadoras, e que, se referem principalmente a existência ou a falta de políticas públicas que apoiem as iniciativas de construção e consolidação do empreendimento solidário de produção, a qual se pretende.

Através das leituras, durante a nossa trajetória, houve a percepção da necessidade de se fazer algumas mudanças no rumo da pesquisa, direcionando-a no caminho de estudar algumas das razões históricas dos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil, que refletem nos empreendimentos solidários e que constituem um dos problemas principais que interferem não apenas na consolidação dessas iniciativas, mas também na ideia geral da proposta de matriz de desenvolvimento local e regional, que é apresentada pela Economia Solidária, mesmo havendo alguns incentivos por parte do Estado.

Essas mudanças trouxeram novas e importantes reflexões na nossa jornada, pois, elas pediam uma decisão fundamental, que era rever todo o projeto de pesquisa e tomar um rumo diferente. Rumo esse que foi estabelecido a partir da decisão de trocar a linha de pesquisa e a orientação, já com mais de 12 meses de caminhada, o que foi feito.

Assim, a presente pesquisa tomou um novo rumo, e com ele novos desafios, novas leituras, e a necessidade de fazer um recorte específico para o foco central do trabalho.

Ao decidirmos pela troca de linha de pesquisa e de orientação, percebemos que nosso compromisso ganhou um peso extra, que era fazer um trabalho de 24 meses em 12, porém, havíamos encontrado o combustível que faltava para nos debruçarmos no estudo, agora com foco bem definido, e que exigia uma reflexão teórica maior, mais complexa, porém, muito mais concreta e direcionada aos novos objetivos propostos.

Dessa maneira, pudemos fazer a pesquisa, agora, com muito mais afinidades ao trabalho de extensão, o que facilitou muito o nosso desenvolvimento, apesar das

dificuldades naturais, que vão além das leituras, fichamento, reflexões e tabulações, estão no limite da linha tênue que separa o pesquisador do militante, um desafio constante.

Partindo do princípio da esperança, do sonho e da utopia, como combustível militante, foi realizada uma pesquisa, através de bibliografia especializada, páginas eletrônicas e fundamentalmente por observações e trabalhos de extensão, os quais permitiram verificar as influências que algumas políticas públicas exercem sobre o nosso objeto de pesquisa, a ATERRA, entidade formal e produtiva do Pré-assentamento Emiliano Zapata, do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, localizado no Município de Ponta Grossa, estado do Paraná.

Assim, apresentamos a economia solidária através de um breve histórico, partindo de suas origens, passando pelas transformações históricas do capitalismo e trazendo também algumas das mudanças importantes no mundo do trabalho, tentando mostrar por que as grandes questões que solidificavam os argumentos da Economia Solidária para os trabalhadores e trabalhadoras, antes dessas grandes mudanças e que estavam amortecidas, voltam a pauta de discussões.

Verificamos, nesse trabalho, as conceituações de Economia Solidária e os diversos contextos e conjunturas em que ela ressurgiu como provável alternativa econômica, particularmente no Brasil dos anos 1990 até o presente, onde se proliferaram experiências e práticas solidárias, tanto positivas como negativas. As possibilidades do cooperativismo e do associativismo no âmbito da conjuntura internacional e brasileira.

Com uma reflexão sobre a formação do Estado brasileiro, o estamento e a teoria do capitalismo politicamente orientado e suas consequências na formação econômica e patrimonialista brasileira, construímos um diálogo com o contexto histórico dos anos 1980, 1990 e atual. As transformações do capitalismo, principalmente os fatos ocorridos com a passagem do fordismo ao pós-fordismo e seus prováveis impactos no contexto sócio-econômico brasileiro.

Na reflexão teórica, está presente a conjuntura da agricultura no Brasil, as questões do agronegócio e dos sistemas de trabalho no campo.

Presente também nessa pesquisa, a caminhada da economia solidária através dos movimentos sociais rurais, particularmente através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Estaremos contextualizando a economia solidária historicamente e de conformidade com a atual orientação política e organizacional do MST, suas formas e práticas distintas nos acampamentos, pré-assentamentos e assentamentos do Movimento, abordando algumas das diferentes formas de apropriação

de suas diretrizes e princípios, pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de algumas coordenações de diferentes comunidades do MST.

Finalmente, temos uma explicação da forma pela qual foi constituído o nosso objeto, a ATERRA, sua organização inicial, seu desenvolvimento e seu status atual, uma análise sobre as suas práticas e seu sistema de trabalho. As formas de produção, comercialização e distribuição de recursos e sobras. Também presente, uma análise sobre as influências do trabalho de extensão, que é diretamente ligado à consolidação do empreendimento solidário, através de dois projetos executados pela IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários, que é um Programa de Extensão da UEPG, são eles: O PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras Populares, convênio entre o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e a UEPG-IESOL, e o USF – Universidade Sem Fronteiras, convênio entre a SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná-Fundação Araucária e UEPG-IESOL.

Assim, apontamos como resultado da pesquisa, três problemas principais para a consolidação do empreendimento solidário da ATERRA, um de natureza legal e duas contradições centrais, ambas tem, entre outras, a possibilidade de serem explicadas através da dialética marxista, porém, essa questão teórica não foi aprofundada pelo fato de que não é a intenção central da presente pesquisa, mas indicam caminhos para a continuidade da mesma em outro nível de pós-graduação.

Realizamos essa pesquisa dentro da técnica da Pesquisa Ação. Dessa maneira a metodologia utilizada, embora tenha sido sistematizada no projeto inicial e em grande medida seguida, foi também construída aos passos do trabalho de extensão universitária que fizemos através da IESol.

Quando iniciamos o trabalho junto a Comunidade Emiliano Zapata, ainda não tínhamos a certeza de que os diagnósticos e todo o material levantado seria parte da base de uma pesquisa de mestrado, e muito do que foi utilizado veio das assíduas visitas, participações em reuniões, discussões, aplicação de oficinas e assessoria técnica. Essas atividades geraram muito mais que subsídios para a implementação de projetos de extensão, possibilitaram também a ideia de escrever sobre o que estávamos vivenciando *in loco*.

A primeira atividade, a partir da decisão de utilizar o trabalho de extensão para uma pesquisa de mestrado, foi primeiramente sistematizar o histórico da comunidade, desde sua ocupação, passando pela fase de acampamento até a fase atual de pré-

assentamento. O histórico foi elaborado através da pesquisa documental nas atas da ATERRA, tendo como base a sua Ata de Fundação, a participação nas reuniões da diretoria da Associação e também, com observações em algumas assembleias. Essa observação participante, e também pelo fato de estarmos lá na condição de representante da UEPG, permitiu o acesso a outras documentações, como as CPRs e Notas Fiscais, entre outros documentos.

Isso deu a base documental, e juntamente com todas as observações e participações, reuniões sobre os projetos específicos, foi realizado o diálogo com a base teórica através das obras que aqui estão referenciadas.

A forma final foi construída em três capítulos. Sendo que primeiramente fizemos um resumo fundamentado da história da economia solidária, seus conceitos, os contextos em que ela ressurge como alternativa de desenvolvimento, as transformações históricas do capitalismo, as mudanças importantes no mundo do trabalho. A atuação do chamado terceiro setor, e um olhar sobre o tecido histórico onde se formou o Estado brasileiro. Seguindo o planejamento, mostramos o trânsito da economia solidária através dos movimentos sociais, especialmente dentro do MST, contextualizando-a historicamente dentro do Movimento, esta contextualização foi permeada pela conjuntura da agricultura no Brasil, algumas das questões do agronegócio e dos sistemas de trabalho no campo.

Assim, está nessa pesquisa, o resultado das observações que mostram algumas diferenças e conflitos que o trabalho cooperativo e coletivo tem em relação aos discursos e práticas das lideranças do MST, e como isso influencia o desenvolvimento da ATERRA como empreendimento solidário, objeto principal da mesma.

CAPITULO 1

A Economia Solidária como opção de Política Pública voltada para o resgate da inserção social.

No adestramento de nossa consciência, sentimos
que ela nos beija ao mesmo tempo que nos morde.

(Friedrich Nietzsche)

1.1 – O desenvolvimento histórico da Economia Solidária

Segundo Paul Singer, a economia solidária surgiu no contexto do capitalismo industrial, como reação natural ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela utilização generalizada das máquinas e da organização fabril da produção.

A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa dos camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava até mesmo, a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar em pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. (SINGER, 2002)

Por isso, alguns industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil. No lugar de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais em folha de pagamento. Visitantes do mundo inteiro vinham conhecer e tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício. (SINGER, 2002)

Após a vitória da Inglaterra sobre Napoleão em Waterloo, a economia britânica caiu em profunda depressão. Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Em 1817, apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem investidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias.

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. (SINGER, 2002, p. 9)

A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie entre 1821 e 1822, que reunia um grupo de jornalistas e gráficos, em Londres, que publicaram o *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo. Depois, o Dr. William King, conhecido como “médico dos pobres”, em 1827 na cidade de Brighton, fundou a Brighton Co-operative Trading Association (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), uma cooperativa owenista, através de um armazém, com o objetivo de ajudar a formar um fundo de capital, para arrendar terras e empregar os membros no cultivo de legumes para serem vendidos no armazém, seus sócios eram predominantemente operários. Diversas cooperativas se desenvolveram em Brighton e em outras cidades, como Worthington, Findon, Trunbridge Wells, Canterbury e Gravesend.

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve se tornava uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão. (SINGER, 2002, 25 – 29)

No meio dessa ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Um de seus grandes líderes, John Doherty, conseguiu, em 1829, organizar os fiandeiros de algodão de um sindicato nacional. (SINGER, 2002, p. 28)

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo.

Essa é a origem histórica da Economia Solidária, e é também, nessa fase inicial, chamada de “cooperativismo revolucionário”. Tornou evidente a ligação essencial da Economia Solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

Durante o século XX, o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados, tais como: menos horas de trabalho, salários mais elevados, seguridade social mais abrangente e de acesso universal, ou quase, que se tornaram realidade nos

países desenvolvidos, e mesmo em países semi-industrializados, como o Brasil, os direitos obtidos pelos sindicatos melhoraram consideravelmente a vida dos assalariados.

No Brasil houve uma mudança de foco dos sindicatos, que se tornaram fortes e poderosos, e a crítica a alienação do assalariamento imposta ao trabalhador, perdeu força, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação, manter os empregos era crucial. Por meio do emprego, os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania “social” que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção. Essa mudança foi uma das causas do desinteresse pela economia solidária, que durou entre 1940 e 1970.

A partir da segunda metade dos anos 1970, o desemprego em massa retornou em mais uma das crises cíclicas do capitalismo, os sindicatos debilitaram-se pela perda de grande parte da sua base e de sua capacidade de ampliar os direitos dos assalariados.

Nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. O que provocou a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semi-desenvolvidos como o Brasil, eliminando muitos milhões de postos de trabalho formal. (SINGER, 2002, p. 69)

Muitas transformações contextuais na geopolítica mundial ajudaram no ressurgimento da economia solidária, entre elas, a crise dos países conhecidos e propalados como de “socialismo real” da Europa Oriental, que começou em 1985, com a Perestroika¹ e a Glasnost², na até então existente, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e culminou com o seu fim em 1991. Assim, países como a extinta Iugoslávia, que tinha uma economia com visíveis traços da economia solidária, também tiveram o mesmo destino. Nesse contexto começou a ficar evidente para muitos socialistas e comunistas, que a planificação da economia imposta pela tão falada, “ditadura do proletariado”, não podia fazer parte de um pensamento catalizador para a construção de uma sociedade ideologicamente socialista ou comunista. Infelizmente essa realidade levou muitos desses idealistas a se alinharem com o capitalismo, porém, muitos outros encararam essa nova realidade como um desafio para buscar uma alternativa, um novo modelo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e

¹ - Palavra cuja tradução em Russo quer dizer reconstrução, porém, entendida pela política do governo de Mikhail Gorbachev, em 1985, como reestruturação econômica.

² - Palavra cuja tradução em Russo quer dizer transparência, porém, entendida pela política do governo de Mikhail Gorbachev, em 1985, como abertura política.

segurança para todos os cidadãos. (SINGER, 2002)

Outra transformação contextual foi a não consolidação dos planos dos governos e partidos social-democratas, na Europa e na América Latina, mesmo com vitórias nas urnas e sendo elevados ao poder, os social-democratas não conseguiram ou não quiseram enfrentar claramente o paradigma neoliberal, mal preservando as instituições de seus Estados de bem-estar social, frustrando aqueles que esperavam uma nova direção nas políticas públicas dessa área fundamental. Tiveram sucesso nas privatizações dos serviços públicos e na desregulamentação das finanças mundiais, continuando assim, a subordinar as economias de seus países, principalmente dos periféricos, as duras regras do gigante capital financeiro mundial.

Essas duas transformações de contexto, frustaram aqueles que tinham convicção que a emancipação econômica, no sentido mais popular e socialista, passava essencialmente pela tomada do poder governamental. Assim, as esperanças de transformação social e econômica foram mais uma vez colocadas para a sociedade civil. Proliferaram-se as organizações não-governamentais e movimentos sociais com atuação em diversas áreas: preservação do meio-ambiente natural, biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados e a promoção de grupos comunitários em organizações para a melhora de sua qualidade de vida.

Como resultado de todo esse movimento, a economia solidária ressurgiu, ou como escreve Singer, houve uma *reinvenção da economia solidária*, com a força e a ideologia de uma alternativa econômica, cada vez maior na maioria dos países, reiterando os seus princípios: Cooperação, Solidariedade, Autogestão, Sustentação Econômica e Sustentabilidade Ambiental.

O programa de economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. (SINGER, 2002, p. 110)

Porém, as questões que levaram ao ressurgimento da Economia Solidária no Brasil como alternativa de desenvolvimento local e regional, e também, como alternativa de matriz de desenvolvimento em geral, são muito mais profundas e passam pela história de nossa formação social e econômica, pois, a especificidade brasileira, dá um caráter muito próprio ao desencadeamento de novas ideias e tentativas alternativas para o

enfrentamento dos problemas sócio-econômicos nacionais.

1.2 - O Tecido Histórico da Formação do Estado Brasileiro

O contexto em que a Economia Solidária retorna como alternativa de emprego e renda, é o da fragmentação social, instabilidade econômica e incerteza quanto ao futuro, que geraram e ainda geram o agravamento do preconceito, da intolerância e do racismo.

Esse contexto tem como causa muitos fatores, e entre eles, a formação do Estado brasileiro, que ganha importância na medida em que, atualmente, a consolidação de empreendimentos solidários, depende fundamentalmente de políticas públicas que os apoiem, tecnologicamente e financeiramente. E essas ações dependem da vontade política dos gestores públicos, e no Brasil, devido a característica peculiar da formação do Estado, existem resistências, obstáculos das mais variadas origens, porém, todas elas parecem convergir para a forma como Estado brasileiro se formou, deixando um legado de pensamentos e práticas.

Na marcha da história da formação do Estado brasileiro, o que podemos ter como uma das marcas importantes, é a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 22 de Janeiro de 1808, causada pela conjuntura política europeia, protagonizada por Napoleão Bonaparte.

Ao cruzar o Atlântico, a família real não fez tão somente uma fuga, ou uma estratégia para evitar a dissolução da dinastia de Bragança, foi um evento complexo que nos deixou um legado do qual sente-se os efeitos até hoje. Junto com a casa real veio também a sede do Estado português, com seu aparelhamento administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, seus arquivos e funcionários. Estavam junto com a rainha e o príncipe regente tudo e todos que representassem a monarquia. As personagens, os paramentos necessários para os rituais de corte e cerimoniais religiosos, as instituições, o erário e tudo aquilo que sustentava e dava continuidade à dinastia e aos negócios do governo de Portugal. (REVISTA DE HISTÓRIA, 2005, p. 20-27)

De um modo geral, a administração da corte portuguesa no Brasil valerá, embora dentro das possibilidades limitadas de um aparelhamento burocrático oneroso, complexo e muito ineficiente, pelos interesses da colônia. Os resultados, muitas vezes sobrestimados, não deixam contudo

de contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil; sobretudo assinalam um primeiro passo nessa grande transformação que se ia operar no país. (PRADO JR. 1970, p. 131)

Alguns dos grandes vícios e virtudes do atual Estado brasileiro trás, intrinsecamente, traços da administração colonial, alguns ainda muito fortes, cuja origem histórica está na instalação da família real portuguesa no Brasil no início do século XIX, porém, alguns autores afirmam que essa origem é ainda mais antiga:

De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político ou o pré-capitalismo – centro da aventura, da conquista e da colonização, moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo - liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. (FAORO, 2001, p. 866)

A estrutura herdada forjou o tecido sob o qual se formou o Estado brasileiro, que embora tenha se modernizado através das décadas, não perdeu uma das formas de domínio e da reprodução do mesmo, o patrimonialismo.

O patrimonialismo é uma forma tradicional de organização da sociedade inspirada na economia doméstica e baseada em uma autoridade santificada pelas tradições. A dominação patrimonial constitui caso especial de estrutura patriarcal de dominação. O patrimonialismo como forma tradicional de autoridade, vincula-se a uma ordem estamental, onde os direitos e obrigações são alocados basicamente de acordo com o prestígio e os privilégios dos grupos estamentais. (WEBER, 1982, p. 132)

O patrimonialismo era exercido pela comunidade política de então, e transcendeu à República e comanda os negócios de Estado, como negócios privados seus, acompanhando a transição do pré-capitalismo ao capitalismo dito moderno, a transformação do súdito em cidadão e do Estado de senhor à servidor.

Sempre no curso dos anos sem conta, o patrimonialismo estatal, incentivando o setor especulativo da economia e predominantemente voltado ao lucro como jogo da aventura, ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político; para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar. (FAORO, 2001, p. 866)

O Estado brasileiro resistiu a mudar sua estrutura patrimonial secular, tirando do capitalismo a técnica, as formas de produção e os sistemas de trabalho, sem aceitar as mudanças e modernizações do capitalismo, adotadas em outros países, onde a lei de mercado pauta a economia, que mesmo de forma excludente, tem pouca participação estatal.

Talvez a mais importante e óbvia razão para o fracasso dos modelos interpretativos mais correntes é que, se o Brasil não é certamente um país desenvolvido e industrializado como a Europa Ocidental e os Estados Unidos, também tem pouco a ver com uma sociedade “tradicional” ou “feudal”. O país foi, afinal de contas, colonizado por um dos principais centros de poder colonial de seu tempo e, desde sua independência, em 1822, manteve contatos intensos com os centros econômicos e culturais mais ativos do Ocidente, tais como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. A população nativa encontrada pelos portugueses era bastante rarefeita e foi eficazmente eliminada, tornando o Brasil radicalmente distinto de outros países latino-americanos em que a administração colonial foi superimposta a uma sociedade nativa tradicional, densa e bem organizada. (SCHWARTZMAN, 1988, p. 144)

Essa resistência ocorreu através de uma característica principal, o predomínio do poder pelo quadro administrativo, o estamento, que na transição já mencionada, passa de aristocrático à burocrático, em função de uma acomodação e não de transformação estrutural. A distância dos mecanismos regulatórios do Estado, nessa nova conformação administrativa, mesmo existindo legislações específicas, fez com que o poder institucional ficasse concentrado nas mãos de poderosos senhores de terras, que através de concessões públicas e cargos, exercem o poder político e econômico, confundindo propositalmente, os interesses públicos com seus próprios interesses.

O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como técnica de operação de economia. Daí se arma o capitalismo político, ou capitalismo politicamente orientado... (FAORO, 2001, p. 870)

Assim, a dinâmica, presente até os dias de hoje, é a conformação de forças políticas, acima das classes sociais, um aparelhamento político, uma camada social, um estamento que governa em seu próprio nome, num circuito de comando, que se renova, e que não representa a nação, independente do governo constituído. O estamento, utiliza a burocracia como forma de domínio racional, como a empresa e o Estado atuais, nasce do patrimonialismo e é capaz de absorver suas técnicas, perpetuando-se.

Não impera a burocracia, a camada profissional que assegura o funcionamento do governo e da administração (*Berufsheamtentum*), mas o estamento político (*Beamtenstand*). A burocracia, é um espelhamento neutro, em qualquer tipo de Estado, ou sob qualquer forma de poder. Seu domínio será compatível com a monarquia absoluta, mas pode caracterizar-se pela redução do chefe supremo a uma figura decorativa, espécie de primeiro magistrado. (FAORO, 2001, p. 873)

Dessa maneira, temos no Brasil uma realidade capitalista distinta, com características próprias que diferem de outros sistemas. Mesmo tendo origens historicamente distantes, na modernidade do Estado brasileiro, se sente os efeitos dessas práticas estamentárias, principalmente quando trata-se de políticas públicas de caráter desenvolvimentista.

O estamento brasileiro por ter características de interclasses, ou seja, sem representar uma classe social, econômica ou política distinta, não se confunde com a chamada Elite, e todos os governos, inclusive o atual, negocia sua existência, ou a realização de ações com esse estamento, que tem uma espécie de “estatuto” próprio de comando, mas não é autônomo, existindo e deixando existir, governando e deixando governar, fundindo estruturas, sem confundir o aparelhamento empresarial ou estatal com o poder sujeito, com autoridade, sem ser autoritário, formando uma espécie de “Elite das Democracias”.

Assim, temos que o Estado, também formado e embasado pelas oligarquias que, independente de governos comanda as questões econômicas do País e que, juntamente com as mudanças do sistema capitalista no mundo, não sente abalo algum, adapta-se as condições, renova-se e permanece.

O Estado constituído dessa maneira, o é, em grande medida, pela falta de percepção da maioria da população dessas condições, causada principalmente pela precariedade da educação de modo geral, embora o ensino superior público seja considerado de alto nível, porém, apenas uma mínima parte dessa população o atinja, e pelo acesso a informação limitado ao rádio e a televisão.

Sendo assim ainda hoje, pode-se supor com quase nenhuma dúvida, que historicamente essas condições eram ainda mais determinantes, e ampliadas no decorrer dos anos, apesar das inovações tecnológicas no setor de comunicação.

Os fatores educação e comunicação, são apenas dois entre tantos que se poderia discorrer, em sua maioria decorrentes da concentração de riqueza e poder gerada pelas

práticas capitalistas.

Uma ilustração demonstrativa:

Um viajante norte-americano da década de 1920, irritado e furioso, caricaturou, forçando as linhas e cores, o quadro que supusera ver. “Existe no Brasil” - clama o profeta puritano - “uma massa desarticulada a que chamarei 'povo'. É completamente analfabeta. Por isso, não tem padrão próprio de agricultura, zootecnia ou arquitetura. (...) Tem uma ideia muito vaga do resto do mundo a que alguns chamam englobadamente de 'Paris'. Não toma parte na administração pública. Desprovida de terras; em sua maioria, trabalhando por conta de outrem: o patrão ou chefe político. (FAORO, 2001, p. 880)

Essa descrição do povo brasileiro, de um viajante norte-americano, de quase 90 anos atrás, mudou muito pouco, principalmente quando, eventualmente, fazemos alguma pequena pesquisa nas zonas rurais ou até mesmo em algumas partes das periferias das grandes cidades do País. Porém, talvez mais impressionante seja essa outra observação:

Existe porém, “ - continua cada vez mais irado – outra classe altamente articulada a que chamarei 'traidores do povo'. São letrados, capazes de compor frases sonoras (...) Conhecem o conforto das moradias arejadas. Sabem muito mais a respeito do resto do mundo do que de seu próprio país. O governo é a missão para qual julgam ter nascido.” (FAORO, 2001, p. 881)

Esse é o tecido histórico do Estado brasileiro, no qual as mudanças do capitalismo do fordismo para o pós-fordismo, encontraram, as quais foram absorvidas e adaptadas aos interesses do estamento.

Poucos se surpreendem hoje com a afirmação de que o Brasil é um país de longa tradição autoritária. No entanto, o entendimento adequado dessa tradição cuja origem se prende aos padrões de relacionamento havido entre o Estado e a sociedade brasileira só começou a ser buscado de forma mais sistemática nos últimos quinze anos, em parte pelo traumatismo causado pelas experiências autoritárias mais recentes, e em parte também pela abertura de novos horizontes intelectuais e analíticos entre os estudiosos da realidade social e política do País. (SCHWARTZMAN, 1988, p. 30)

Dessa maneira, essa conjuntura teve e tem influência direta nos sistemas de trabalho, nas relações entre trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações, e os regimes de regulação e acumulação, mecanismos estabelecidos pelo Fordismo.

Assim, no Brasil, temos também distinção de característica, nas relações de

trabalho e seus mecanismos, em virtude desse tecido histórico da formação do Estado Brasileiro.

1.3 – O ressurgimento da Economia Solidária, a crise do Fordismo e a Emergência do Pós-fordismo

No período após a Segunda Guerra Mundial, houve um aumento constante da intervenção do Estado na economia, principalmente no mundo ocidental, que sustentaram um crescimento e um equilíbrio entre produção e consumo de massa, um aperfeiçoamento do Taylorismo³, uma racionalização do processo do trabalho e sua consequente centralização. Havia claramente uma distinção entre os trabalhadores das áreas centrais, produção, técnica e gerência, o que certamente alienava e dividia a classe trabalhadora, no entanto, essas práticas eram amenizadas pela constante elevação nos salários, segurança no emprego, pelas oportunidades de crescimento e pela expansão do bem estar social. (HARVEY, 1990; LIPIETZ, 1991)

A partir de 1945, a hegemonia do Fordismo⁴, foi, de certa maneira, imposta aos países chamados de capitalistas avançados, através de seu paradigma, que era formado por um tripé: progresso técnico, progresso social e progresso do Estado.

O Fordismo, obteve dentro do capitalismo, uma sinergia entre as empresas de alta racionalização, centralização e organização vertical do trabalho e os sindicatos e a expansão do Estado. No pós-guerra, a característica principal da produção era a especialização, a mecanização, a burocratização, o planejamento extensivo e o controle burocrático de “cima para baixo”, força de trabalho segmentada, ampla organização dos quadros profissionais e uma logística sofisticada.

Essa coordenação de produção, consumo de massa e acumulação constante, gerou crescimento econômico, aumentou o papel do trabalho no discurso político e concorreu para o fortalecimento da legislação trabalhista.

³ Taylorismo ou Administração Científica é o modelo de administração desenvolvida pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que é considerado o *pai da administração científica*. Caracteriza-se pela divisão do trabalho e especialização do operário, conforto para o operário, não por merecimento das pessoas, mas para ganho de produtividade, padronização e supervisão funcional. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Taylorismo>

⁴ O Fordismo é o modelo de produção em massa criado por Henry Ford, empresário norte-americano, que introduziu a linha de montagem automatizada em 1914 na indústria automobilística, seguindo a padronização e a simplificação Taylorista. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fordismo>

Para compreender a crise atual, é preciso compreender a lógica dominante do pós-guerra. A longa explosão do crescimento (Jean Fourastié falou dos “trinta anos gloriosos”) representou uma verdadeira Idade do Ouro do capitalismo. Mas o mais significativo é que o movimento operário, seus partidos e sindicatos parecem ainda hoje considerá-lo como uma Idade do Ouro concluída. (LIPIETZ, 1991, p. 27)

O Fordismo funcionou bem da metade da década de 1950 ao final da década de 1960, quando então esse sistema entrou em crise. Uma crise que pode ser vista de dois ângulos. Por um lado uma crise de oferta com queda nas taxas de lucratividade das empresas, pela necessidade de diminuir o ritmo da produção. Por outro, uma crise de demanda, pelas dificuldades de sustentar o consumo de massa e os investimentos. A falta de investimentos é reflexo da crise fiscal do Estado, e os déficits externos de vários países. Portanto, a tentativa de solucionar um desses aspectos, implica em agravar o outro, como por exemplo: tentar elevar a lucratividade diminuindo o valor dos salários, leva a queda da demanda, mas, tentando elevar a oferta causa a diminuição da lucratividade, diminuindo também a acumulação, sustentáculo do Capitalismo Fordista.

O crescimento do pós-guerra é essencialmente imputável a dois fatores excepcionais. De um lado a intervenção do Estado (Estado-empresário, Estado-providência), sob a influência dos princípios keynesianos, em domínios específicos (P&D⁵, setor nuclear, espaço, etc.), sustentou as atividades econômicas; de outro, a liberação das trocas internacionais facilitou a expansão da área de difusão da inovação, aumentando assim as possibilidades de crescimento de progresso técnico. O contexto internacional favoreceu igualmente a explosão ao estabelecer uma regulação geral (instituições, regras monetárias, etc.). O crescimento vigoroso e trintenário se interrompe na década de 1970, pois os investimentos de inovação e o progresso técnico atingem sua fase de maturação. As causas exógenas agravaram a situação (preço do petróleo e das matérias-primas) e precipitaram a necessária adaptação estrutural. (BENKO, 1996, p. 27)

Algumas tentativas de superação da crise foram feitas. Uma delas foi a internacionalização da produção, porém, como o sistema fordista era utilizado pelas grandes potências em geral, esta não foi uma saída para a totalidade dos países. Aqui há uma contradição entre a regulação nacional e o processo de internacionalização, pois, as políticas da regulação de demanda ocorrem em níveis nacionais e, claramente, uma das faces da crise é em internacional.

Outras tentativas como a utilização de mão-de-obra desqualificada nos países

⁵ Pesquisa e Desenvolvimento.

centrais, trabalhadores excluídos e imigrantes que serviriam para abaixar os custos de produção e uma redivisão internacional do trabalho com algumas atividades sendo transferidas para outras regiões do Planeta, que não as centrais, dando origem aos chamados Novos Países Industrializados, ou, o que Lipietz chama de Fordismo Periférico.

Como nos anos 30, a questão das soluções para a crise é fundamentalmente política. Não se trata mais de determinar “a” política econômica conforme as regras do jogo já fornecidas. Trata-se de escolher novas regras: novos princípios de organização do trabalho, novas normas na orientação e no uso social da produção, novos hábitos e novos modos de regulação. (LIPIETZ, 1991, p. 51)

A crise do Fordismo, teve como consequências novas condições do sistema, que está conceituada, para alguns autores como pós-Fordismo ou ainda pós-Fordismo Global, que se caracteriza pelo aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade do capital e a liberdade de influenciar praticamente todos os lugares. As fronteiras territoriais e sociais estão sendo destruídas, trazendo com isso a descentralização da produção.

Dessa forma, a organização do trabalho enseja vários conflitos. O desenvolvimento econômico pós-Fordista global e as políticas de livre comércio utilizam o Estado para aumentar a mobilidade do capital, destruindo seus próprios mecanismos de regulação local, regional e nacional, reduzindo o poder de negociação dos trabalhadores. É um sistema que permite que as grandes corporações transnacionais, tenham vantagens sobre os novos instrumentos de regulação, que são empregados para evitar a rigidez da economia. O consumo local e os mercados de trabalho, são vistos como recursos que podem ser incluídos ou excluídos dos circuitos globais de acordo com as necessidades dessas grandes corporações.

A emergência social que o pós-fordismo coloca, é o fato de que as estruturas de produção e acumulação do Fordismo do pós-guerra fracassaram totalmente e que as políticas sociais e de desenvolvimento precisam ser modificadas rapidamente. Esse sistema elimina os mecanismos que visam o aumento de oportunidades iguais e a subsistência dos trabalhadores desempregados.

...a emergência e a consolidação de um novo *regime de acumulação* e suas dinâmicas espaciais devem ser analisadas como mudança qualitativa da organização das forças produtivas sob as relações de produção do capitalismo. Essa mudança é uma resposta concreta à formação das crises num dado regime de acumulação. Um regime de acumulação designa uma

regularidade macroeconômica constatada. (BENKO, 1996, p. 27)

Assim, como resultado dessas modificações, do avanço da globalização neoliberal, observamos que duas grandes regiões do mundo são consideradas derrotadas, a África e a América Latina, que perderam participação no emprego mundial e no produto mundial.

Nesse sentido, setores críticos ao neoliberalismo acreditam na necessidade de se propor um novo projeto de desenvolvimento, mesmo que a estrutura organizacional ainda esteja frágil, e nessa lacuna que a economia solidária coloca-se.

A discussão que aflora, relacionam-se as questões da matriz de desenvolvimento escolhida pelo Brasil, que com toda a sua história de formação de um Estado patrimonialista comandado por um estamento que orienta politicamente as práticas no sistema capitalista, tem uma forma específica de envolvimento nas crises, e em especial, a que foi fundamental para o ressurgimento da Economia Solidária.

A crise social das décadas de 1980 e de 1990, chamadas de décadas perdidas, quando milhões de postos de trabalho foram destruídos, acarretando desemprego em massa, a Economia Solidária assumiu novamente um papel importante, oferecendo uma alternativa de desenvolvimento, em geral sob a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias. (SINGER, 2002)

No Brasil, a reinvenção da Economia Solidária acontece através de entidades ligadas principalmente a Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. Essas são entidades de suporte, que difundem entre desempregados e micro-produtores sem clientes, os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico para a criação e a consolidação de empreendimentos solidários.(SINGER, 2002)

Ainda nos anos 1980, a Cáritas do Brasil, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários, destinados a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das grandes cidades. Uma boa parte dos PACs se transformou em unidades de economia solidária.(SINGER, 2002)

Outra modalidade, foi a tomada de empresas falidas ou em via de falir pelos trabalhadores, que as transformaram em cooperativas autogestionárias. Essa foi a forma encontrada pelos trabalhadores de preservar seus postos de trabalho e de se transformar

em seus próprios padrões.

Nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, decidiu-se que se promoveria a agricultura sob forma de cooperativas autogestionárias. O movimento criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA. Após dez anos de organização, o SCA já contava com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três formas principais: em primeiro nível, cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito.(SINGER, 2002)

Um outro componente da Economia Solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs. As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação, funcionários e voluntários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. (SINGER, 2002)

As perspectivas da Economia Solidária, colocada então como política pública de geração de trabalho e renda de natureza emancipatória, estão no resgate do seu próprio conceito de reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuem como valores comuns: A posse coletiva e gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito, a gestão da economia e das empresas, subordinada às necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores e a aproximação entre os setores estatal e privado da economia, com a criação de fóruns locais de desenvolvimento econômico e social. (P. P. Economia Solidária, 2004)

Nesse contexto, é criada no ano de 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, estrutura vinculada ao Ministério do trabalho e Emprego, que tem como missão fortalecer experiências de autogestão como resposta ao desemprego, pretendendo fortalecer as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se, então, referência de política pública implementada com participação social.(P.P. Economia Solidária, 2004)

No mesmo sentido, o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, incorporou, no primeiro semestre de 2003,

o Programa Estadual de Economia Solidária no conjunto de programas que integram a Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, visando interagir com a Secretaria Nacional, pretendendo também propor políticas públicas ajustadas a realidade paranaense. (P.P. Economia Solidária, 2004).

Também no Paraná, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, em outubro do ano de 2007, lançou o Projeto Universidade Sem Fronteiras, que integra algumas políticas públicas de desenvolvimento através de projetos, escritos por professores e programas de extensão das Universidades Estaduais, onde professores, alunos de graduação, alunos de pós-graduação e egressos recém-formados, bem como voluntários e as próprias comunidades, se envolvam e trabalhem nesses projetos, que pretendem melhorar a qualidade de vida de populações de municípios onde o IDH é baixo, e dentre os quais, muitos são de consolidação de Empreendimentos Solidários.

Na região dos Campos Gerais, tendo Ponta Grossa como cidade pólo, o Programa de Extensão, Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol, dá suporte técnico e formação para alguns grupos associativos, sendo que alguns desses grupos contam com projetos que os contemplam com recursos financeiros, atualmente são cinco através do Projeto Universidade Sem Fronteiras – USF - SETI e também com Programa Nacional de Incubadoras Populares – PRONINC – MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que tem por objetivo apoiar e desenvolver as experiências de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, as ITCP's.

Porém, mesmo com os recentes apoios e parcerias, poucos grupos, associações e cooperativas contam com o suporte da IESol/UEPG, devido a grande demanda da região, onde a mesma executa projetos de empreendimentos solidários em Ponta Grossa, Carambeí, Tibagi, Porto Amazonas, Ortigueira, Irati e Marechal Mallet, cada município conta com um ou mais grupos beneficiários, e tem suas próprias características e ramos de atividades produtivas.

A Economia Solidária, no atual contexto, surge então, ao contrário de uma estratégia única, seja ela de criação de emprego, de direito à renda ou de repartição do trabalho, como também um elemento numa estratégia de repartição de emprego articulada a uma outra de não diferenciação das formas de emprego e ainda, a uma outra estratégia de multiplicação das formas de trabalho. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 181)

No espaço intermediário entre Estado, mercado e setor formal, a Economia Solidária, é posta em prática por intermédio das famílias, comunidades e redes que exercem um papel político e social, não apenas econômico. Ela possibilita o desenvolvimento, bem como a participação cidadã, mediante a democracia participativa. (OLIVEIRA, 2005, p. 80)

Muitas entidades que tem em perspectiva a transformação da sociedade pelo óculos do desenvolvimento local e regional se inserem na construção da alternativa que representa a Economia Solidária.

1.4 – O Terceiro Setor, Políticas Públicas e Economia Solidária

O termo Terceiro Setor, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o Terceiro Setor ao universo das organizações sem fins lucrativos. (FRANÇA FILHO, 2002)

Desde a década de 1990, dentro deste contexto, em que o Estado tem dificuldade de implementar políticas públicas, que se consolida a noção do chamado Terceiro Setor, e que se desenvolve independentemente dos demais setores, o primeiro setor, Estado, e o segundo setor, o mercado, embora deles possa, ou deva, receber colaboração.

...o Terceiro Setor é um tipo de “Frankenstein”: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica do mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania. (GOHN, 2000, p. 60)

Assim, o Terceiro Setor é composto por entidades filantrópicas, Organizações não-governamentais - ONGs e pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, porém, outras formas de organização também participam, os movimentos populares e sociais de cunho político-ideológico, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, as instituições partidárias, como também os grupos minoritários que atuam na defesa de seus interesses, como por exemplo, o Movimento Negro. As

organizações populares e tradicionais também continuam fortes, são aquelas baseadas em parentesco e em laços comunitários, como grêmios recreativos, clube de mães e clubes da terceira idade, e claro, a fortíssima presença das religiões como polos de união social, profundamente entranhadas na sociedade brasileira.

Essas entidades atuam onde o Estado, primeiro setor, deveria atuar, assim é plausível supor que, suas ações, ao mesmo tempo em que são, em muitos casos emergenciais, podem também levar à uma certa desobrigação estatal, diante de necessidades que são organicamente de sua alçada. Agindo assim, em muitas situações, substitui o Estado, e de certa forma, impede as pressões sociais que poderiam levar a criação de políticas públicas, de obrigação intrínseca do Estado. Decorre disso, que os grupos sociais atendidos pelas entidades do Terceiro Setor, sempre estão sujeitos a instabilidade causada pela interrupção ou não-continuidade dos projetos em que estão inseridos. Portanto, a falta de políticas públicas de caráter permanente de economia solidária, revela-se também como causa de inseguranças e de impossibilidades de consolidação de empreendimentos solidários, e em alguns casos levam a dissolução dos grupos pela falta de estímulo e dificuldades encontradas.

Na conjuntura atual, em que o Estado não cria e tampouco consolida uma legislação específica, que regule e proteja as associações e cooperativas populares de produção, os grupos que praticam a economia solidária tendem a ficar a mercê de algumas entidades do Terceiro Setor, que não tem compromisso com os princípios solidários, e que também se apropriam do discurso democrático e emancipatório contido nos seus cânones, porém, com outra prática, pervertendo assim a postura de enfrentamento ao paradigma capitalista neoliberal.

Assim, a existente instabilidade desses grupos, tende a se potencializar, tendo em vista, não apenas o grande crescimento do Terceiro Setor, que verificou-se no decorrer da última década, como também as tendências da ampliação desse crescimento, devido a essa aparente auto-desobrigação governamental, sendo possível que o Terceiro Setor, e contido nele algumas entidades que não se comprometem com os princípios solidários, tome para si um papel-chave nas relações entre Estado e sociedade nas próximas décadas, o que em certa medida, pode ser um risco elevado.

Deve-se destacar que o crescimento do Terceiro Setor neste final de milênio é um fenômeno do mundo ocidental e não apenas dos países do terceiro mundo. Ele já tem sido caracterizado como um novo setor da economia, o da “economia social”. (GOHN, 2000, p. 61)

Ao contrário das práticas um tanto contraditórias desse Terceiro Setor, as Políticas Públicas, entendidas e contextualizadas na perspectiva da Economia Solidária, são mecanismos institucionais que o Estado pode e deve criar, para intervir nas relações sociais, disponibilizando as estruturas administrativas para os serviços sociais, criando técnicas de descoberta e avaliação das necessidades da sociedade, gerando assim muitas formas de ação para a geração de trabalho e distribuição da renda.

Enquanto essas Políticas Públicas não são criadas, as ações de economia solidária acontecem, num contexto de muitas dificuldades, as quais não se refletem apenas no embate ideológico, onde ela se opõe radicalmente ao pensamento e as práticas da economia formal capitalista, mas também, na ausência de mecanismos e regras próprias, fidelidade e coerência com os ideais originais e também com as realidades presentes, planejamento abrangente e consistente, e que propicie uma ação completa, efetiva e emancipadora. E é da competência de um Estado que se propõe a fazer da economia solidária uma parte importante de suas linhas de ação em políticas públicas de desenvolvimento, geração de trabalho e renda, contemplar todos esses aspectos.

Particularmente no estado do Paraná, a CGE – Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, que é uma das unidades, dentro da estrutura da SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que tem a incumbência e a responsabilidade de desenvolver e colocar em prática programas e atividades que gerem trabalho, emprego e renda, para isso, institucionalmente, se coloca como executora de ações em apoio a atividades de desenvolvimento local à pequenos empreendedores, às cooperativas populares e ações de economia solidária, e com essas ações, pretende abranger grande parte da população que está excluída do acesso aos bens e serviços, tanto dos equipamentos públicos, como do mercado de trabalho formal, empobrecida pela reprodução das práticas e do pensamento capitalista neoliberal.

O Programa Paraná Solidário pretende ter uma abrangência grande e as suas diretrizes, descritas no seu projeto, tem eco nos discursos dos princípios que norteiam a Economia Solidária. Estatisticamente está bem montado, mas até o momento suas práticas e ações não se revelam coerentes com os tópicos encontrados.

Porém, mesmo com essas tentativas, verificam-se muitas falhas que não favorecem a consolidação das ações de Economia Solidária e particularmente no que se refere a formação. Nota-se claramente que a metodologia utilizada carece de um melhor planejamento e de uma análise mais profunda, e principalmente de ações efetivas dentro

dos princípios da Economia Solidária, pois, a formação praticada está calcada apenas, na qualificação profissional individual.

Existe uma certa pressão de apresentar números que favoreçam as estatísticas de empregabilidade da Secretaria, e também a falta de sinergia com outras políticas públicas, tanto do Governo Estadual como do Governo Federal, que também pretendem se utilizar dos princípios da Economia Solidária para criar alternativas de geração de trabalho e renda, apesar da CGE afirmar estar em sintonia com a SENAES.

A formação educacional e a qualificação profissional tem uma importância fundamental para a implementação de políticas públicas na perspectiva da Economia Solidária, e a organização de um grupo de pessoas com objetivos comuns, corre um risco muito grande sem ela, e apesar dessa premissa, percebe-se que a CGE, não tem levado em consideração a importância da consolidação dos grupos de pessoas, ao menos no que se refere a construção de capital social.

Capital Social refere-se a práticas sociais, normas e relações de confiança que existe entre cidadãos de uma dada sociedade. Um sistema de participação que estimula a cooperação. Quanto maior a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, além de seus familiares, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior o volume de Capital Social.⁶

Sendo assim, uma formação educacional que não leva em conta o princípio da construção de Capital Social, tende a se mostrar inócua. Pois, parece evidente que, qualquer comunidade, tende a reproduzir o que está estabelecido pelas regras sociais e econômicas vivenciadas no seu cotidiano. Daí nasce a necessidade de formar grupos capazes de exercer a cooperação no lugar da competição, da compreensão no lugar da intolerância. A formação compreendida dessa forma, pode então consolidar a base para a construção da lógica da Economia Solidária. A formação tem também de ser capaz, de obter diagnósticos que apontem: proximidade entre as pessoas da comunidade que se pretende atuar, as habilidades pré-existentes, profissões de ofício e algum conhecimento sobre as relações pessoais.

A nossa experiência profissional na extensão universitária através da IESol, revela que não se pode desenvolver a Economia Solidária, objetivando resultados positivos dentro de seus preceitos, com uma formação individual, através de cursos profissionalizantes e específicos, como é hoje uma das diretrizes da CGE. Afinal, a

⁶ Robert David Putnam. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert Putnam](http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Putnam)

Economia Solidária, exige uma outra lógica de qualificação profissional, que é a lógica do coletivo, da consolidação de grupos de pessoas dentro das comunidades. Essa formação tem de ter como foco principal a construção de Capital Social, de relações para além das de trabalho, utilizando-se então, de conteúdos teóricos e práticas que ajudem a quebrar a reprodução do pensamento individualista e competitivo. E desenvolver uma qualificação profissional coletiva, que vá de encontro com as habilidades elencadas pelos diagnósticos, seja qual for o ramo de atividade produtiva.

Essa experiência profissional também trouxe a percepção de que, uma ação governamental que tenha o real compromisso de desenvolver uma alternativa de geração de trabalho e renda emancipadora, dentro dos princípios da Economia Solidária, tem a fundamental necessidade de colocar entre suas prioridades, o planejamento e a execução de formações educacionais mais abrangentes, que compreendam teoria e prática, desde a alfabetização, se necessário, até aos conteúdos essenciais para o desenvolvimento e consolidação de empreendimentos coletivos e solidários, que se refletem nas associações e cooperativas populares de produção.

Os nossos contatos, reuniões e troca de informações com a CGE, que tinham a intenção de construir parcerias, se mostraram ineficazes, pois, as práticas que exercemos no nosso trabalho de extensão, enquanto agente solidário e pesquisador, são diferentes das práticas da CGE, e na nossa visão, até o momento, as suas ações não se mostram suficientes e nem eficientes para o que esse órgão pretende para o pleno desenvolvimento do Programa Paranaense de Economia Solidária, implementado como Política Pública do Governo do Paraná no ano de 2003, como também vão em direção oposta ao princípio da formação coletiva e de valorização do saber adquirido dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por outro lado, uma outra ação governamental do Estado do Paraná, vem da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, que implementa desde o ano de 2007 o Projeto Universidade Sem Fronteiras - USF, que segundo a SETI, é a maior ação de extensão em curso no Brasil, tendo como critério fundamental na orientação às proposições e seleções de projetos, o desenvolvimento dos mesmos, nos municípios socialmente mais críticos, identificados a partir da mensuração do seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A partir de nossa participação e percepção, temos a visão de que, ao contrário da CGE, a SETI, interage, de diversas formas, com as demais Políticas Públicas de âmbito sócio-econômico, tendo ligação direta com as diretrizes da SENAES e também com os

princípios solidários que temos como prática.

O Programa Universidade Sem Fronteiras é executado através de Editais específicos, e alguns deles dos quais a IESol participa e executa estão, ou direcionados particularmente a iniciativas de economia solidária, associativismo e cooperativismo, ou de forma transversal com outras práticas, que ajudam a consolidar o empreendimento solidário incubado. Dessa forma o USF abrange as mais diferentes necessidades, através de seus múltiplos editais que contemplam inúmeras áreas de conhecimento, colocadas a disposição de comunidades em mais de 200 municípios do estado do Paraná. (PARANÁ, SETI, 2008)

Os projetos em andamento, executados pelas Universidades Estaduais, no seu necessário trabalho de extensão, foram divididos em subprogramas com pontos de conexão entre si, que até o momento, são os seguintes: Incubadora de Direitos Sociais, Apoio as Licenciaturas, Apoio a Agricultura Familiar, Apoio a Pecuária Leiteira, Apoio a Produção Agroecológica Familiar, Diálogos Culturais e Extensão Tecnológica e Empresarial. Em alguns desses subprogramas, foi possível propor projetos de apoio e consolidação de empreendimentos solidários. Assim, atualmente, a IESol é executora de sete projetos, nos municípios de Ponta Grossa e Ortigueira, sendo dois deles no Pré-assentamento Emiliano Zapata.

A falta de integração das ações da CGE com as da SETI, revelam-se, no que parece ser, em grande medida, falta de interesse por parte da SETP em um possível envolvimento e sincronia de atividades. É evidente que os métodos e focos de algumas ações, são diferentes nas duas Secretarias, porém, quanto as ações de apoio a Economia Solidária, não parece haver impedimentos para que existam ações conjuntas ou complementares. Isso, certamente fortaleceria o Programa Paranaense de Economia Solidária e conseqüentemente as ações nesse sentido, seriam muito mais eficientes nos processos de construção de novas matrizes de desenvolvimento local e regional, na lógica do trabalho cooperativo e solidário.

Para além das possíveis diferenças político-partidárias entre os comandos dessas duas Secretarias de Estado, e da questão específica da formação, existem outras barreiras relevantes para a efetivação das ações, principalmente no que se refere a continuidade e consolidação dos empreendimentos solidários.

A falta de uma legislação específica para as Associações de Produção se mostra como um fator que desestimula os associados, devido ao fato de que a legislação que abarca os direitos e deveres de associações, segundo o Código Civil, Artigo 53, é a

mesma, tanto para um clube social, quanto para uma associação de trabalhadores. A Lei que se impõe, ordena que a associação se constitua sem fins lucrativos, o que para uma associação de produção, criada com o objetivo de gerar renda, é um obstáculo legal importante.

Aliado a isso, a legislação que contempla as cooperativas, que seria suficiente para permitir o desenvolvimento de um empreendimento solidário, só permite a criação das mesmas com um mínimo de vinte associados, e os grupos em sua grande maioria são pequenos, que variam entre cinco à doze pessoas, não sendo possível, com esse número, criarem cooperativas pela atual legislação.

No aspecto legal, ganha importância a atuação do Governo Federal, através da SENAES, mesmo sem um arcabouço de Leis específicas, através de suas diretrizes, demonstra o interesse e a preocupação com o desenvolvimento do País, particularmente no que diz respeito a ocupação e o desemprego, e a SENAES é uma secretaria que está ligada a estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE., o que gera, em alguma medida, conflitos na gestão das Políticas Públicas de apoio a Economia Solidária.

A atuação do Governo Federal na gestão da SENAES, baseia-se principalmente na regulamentação das atividades, no inventário das práticas existentes e no fomento a limitadas ações produtivas. Além dessa prática, há também a exaltação da retórica sobre liberdade e autonomia dos trabalhadores em atividades produtivas deslocadas das relações com empresas ou de trocas no mercado. Contraditoriamente, o apoio à Economia Solidária, esclarece a participação ativa do Estado na queda da perspectiva do emprego regulamentado.

Assim, a formulação de política pública da SENAES, para desenvolvimento de práticas de geração de renda, baseadas em cooperativas, consiste numa programática estratégia experimental que ainda não causou impacto social necessário e, dessa maneira, o Governo Federal assume uma outra via para o trabalho que não o emprego assalariado o que, certamente, é um caminho diferente da estratégica pública formal para a desocupação de até então, que era a promoção do emprego, a qualificação profissional e o seguro-desemprego. Ao mesmo tempo que vemos a propaganda oficial anunciar o aumento do número de trabalhadores com Carteira de Trabalho *assinada*, temos uma política de geração de trabalho e renda alternativa, porque, defende a autogestão, a não hierarquização do trabalho e a organização coletiva, mas que, na atual estrutura, contraditoriamente, parece ampliar a desregulamentação das relações de trabalho.(BARBOSA, 2007)

Em primeiro lugar, depreende-se da experiência pública iniciada a reconfiguração paralela do próprio Ministério do Trabalho e Emprego, que assume como prerrogativa a formação do cooperativismo e sua regulação social, quando sua história foi a de promover o emprego assalariado e, através da certificação deste, garantir a cidadania regulada pelo trabalho na forma de emprego (*a cidadania regulada*). Não seria outro o sentido dado à incorporação do Ministério. Embora nomeada a secretaria nacional, como as demais que se vinculam diretamente à Presidência da república – e também de caráter experimental –, a SENAES se subordina à estrutura do Ministério do trabalho, o que possivelmente confirma a perspectiva de reconceituação...(BARBOSA, 2007, p. 198)

As ações governamentais de Economia Solidária enfrentam os mais diversos obstáculos, tais como: dificuldades e custos altos para legalização das associações e cooperativas; ausência de regulamentação da comercialização de produtos; baixa remuneração dos trabalhadores; falta de proteção da seguridade social. E no caso do Pré-assentamento Emiliano Zapata, a regularização da posse da área, o que dificulta a inserção dos pré-assentados nos programas oficiais do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, como o PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamento, que entre outros benefícios, constrói moradias dignas, evitando-se a favelização rural.

Soma-se a esse quadro, as limitações nos processos de formação educacional para novas práticas econômicas e sociais. Isso ocorre ao mesmo tempo em que existe o incentivo às políticas públicas voltadas para a economia tradicional, revelando as contradições das propostas que se apresentam para tentar resolver os problemas do mundo do trabalho, onde no âmbito do MTE coexistem o fomento aos empregos formais e o incentivo ao associativismo/cooperativismo defendido pela SENAES, revelando uma certa ambiguidade, até o momento, e na nossa ótica, prejudicial ao pleno desenvolvimento da Economia Solidária.

A gestão da Política Pública de Economia Solidária, confunde os trabalhadores, e também não contribui para a quebra do paradigma do sistema de trabalho capitalista. Essas contradições podem explicar as grandes dificuldades que a Economia Solidária enfrenta, tanto na formação dos trabalhadores e trabalhadoras como na execução dos projetos, isto é, na tentativa do desenvolvimento de atividades produtivas solidárias.

A nossa opinião sobre essa questão, vem balizada na análise que fazemos ao constatar, pela nossa prática profissional, que as ações de economia solidária são muito mais ações de desenvolvimento social do que meramente ações de geração de postos de

trabalho, e nos parece claro que a criação da SENAES no âmbito do MTE, é um equívoco do Governo Federal.

A geração de postos de trabalho formais é realmente uma função do Ministério do Trabalho e Emprego, porém, a Economia Solidária por atender a um conjunto muito mais amplo de práticas sociais, que não visa apenas “assalarar” o trabalhador, e sim incentivar a construir novas relações de trabalho, agora cooperativas e colaborativas, sem hierarquia, de ajuda mútua, que favoreça a tolerância e o convívio com as diferenças, pode e deve levar a novas relações em todas as práticas sociais da vida das pessoas, e isso, na nossa percepção é uma questão de desenvolvimento social. Nesse sentido, nos parece muito mais apropriado que a SENAES estivesse vinculada ao MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Desse modo, na nossa visão, estão presentes no âmbito governamental, contradições importantes, que tem fundamentos na inerente incapacidade do capitalismo resolver os dramas sociais advindos da acumulação e apropriação de riquezas produzidas socialmente, ao mesmo tempo em que essas políticas resultam, historicamente, das lutas sociais do trabalho e das investidas do capital no sentido de reinventar as demandas sociais por proteção social requeridas pelos trabalhadores, a favor de suas próprias necessidades.

Contudo, mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outras práticas econômicas alternativas tanto porque, é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa, quanto porque há grande diversidade de organização das populações conforme seus contextos históricos, culturais, políticos e sociais.

Essa lacuna existente nas tentativas de construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, pode e deve ser preenchida pela alternativa representada pela Economia Solidária, porém, é necessário ser construído também um marco legal, um conjunto de Leis específicas que contemplem todos os aspectos especiais que compõe uma nova prática econômica e seus protagonistas, desde a organização de grupos de pessoas em associações e cooperativas, passando pela necessária formação teórica e técnica, até aos mecanismos de regulação, crédito e seguridade social.

CAPÍTULO 2

A construção do MST através dos Movimentos Sociais, a Estrutura Agrária brasileira e a Economia Solidária

O que digladia com monstros deve cuidar para que, na luta, não se transforme também em monstro. Quando tu olhas, durante muito tempo, para um abismo, o abismo também olha para dentro de ti.

(Friedrich Nietzsche)

2.1 – O MST e os Movimentos Sociais

A esfera pública é o espaço de todos os cidadãos - mulheres, negros, minorias raciais, trabalhadores – que tem seus direitos de comunicação e participação política, tornando-se através deles politicamente autônomos, e assim, discutindo publicamente os seus problemas e as suas necessidades, e um dos canais para a reivindicação desses direitos são os Movimentos Sociais.

O movimento social é uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e a sua direção).(SCHERER-WARREN, 1989, p. 115)

De acordo com Maria da Glória Ghon, os movimentos sociais são ações associativas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.

Dessa maneira entende-se, sem dúvidas, que tratam-se de ações comunicativas, onde as mesmas são coletivas, e inserem seus debates na esfera pública a partir desse canal de comunicação.

O movimento e as ações de muitas pessoas juntas sempre assustam aquelas outras pessoas que pensam estar seguras pela sua posição social, ou pelo seu poder financeiro. E o que claramente está ocorrendo do Brasil e no mundo, é o movimento de muitas pessoas que questionam as diversas instituições: partidos políticos, Estado, sindicatos, igrejas.

A história do Brasil registra inúmeros acontecimentos, conflitos e rebeliões, desde os tempos coloniais, passando pelo império e a república, marcados pela organização das pessoas em torno de um objetivo comum de reivindicações. Aqui, em particular, a marca da marcha do campesinato brasileiro é fundamental para entendermos a história dos Movimentos Sociais e a construção do MST.

O avanço do capitalismo no campo, ocorre de maneira heterogênea, desigual e complexa, ao contrário do que dita o pensamento neo-liberal sobre uma expansão homogênea do capitalismo no que tange o assalariamento no campo e aos sistemas de

produção. Dessa maneira, a expansão do capitalismo no meio rural, pela sua característica fundamental de acumulação, faz a fusão do capitalista e do proprietário de terras num único sujeito, e assim, a chamada modernização da agricultura brasileira, não faz a transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas sim, os capitalistas industriais e urbanos em proprietários de terra.

Uma das causas mais importantes dessa realidade, é a participação do Estado, através dos incentivos fiscais, como parte de políticas econômicas para o campo, e assim os capitalistas urbanos se tornaram os maiores proprietários de terra da história da humanidade, ou seja, uma vasta quantidade de terras agricultáveis passou a ser controlada por grandes corporações, nacionais e transnacionais, solidificando ainda mais a propriedade privada da terra. As raízes dessa situação está na formação do Estado brasileiro (cap. 1), pois, essa característica, no Brasil, é única no mundo.

No entanto, a influência do meio rural, segundo Oliveira Vianna, varia de acordo com o predomínio da pequena ou da grande propriedade. No caso particular do Brasil, “somos o latifúndio”. Estão indicados... elementos para a elaboração de uma sociologia rural, em que as principais características da sociedade colonial são atribuídas ao predomínio da grande propriedade rural no país. (RICUPERO, 2007, p. 60)

Grandes extensões de terras concentradas nas mãos de grupos econômicos, tem duas funções básicas: reserva de valor e reserva patrimonial. Essas reservas são utilizadas como garantias de acesso aos financiamentos bancários e ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, e também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis.

A lógica, obviamente contraditória, é a do sistema capitalista que avança no meio rural e que concentra violentamente as terras, empurrando cada vez mais uma grande parcela da população para as áreas urbanas, gerando assim uma massa, cada vez maior de pobres e excluídos. Ao mesmo tempo, essa exclusão atinge também o campo, pois a maioria dos filhos de pequenos proprietários de terras não maiores que 10 hectares, por exemplo, jamais terão condições de se tornarem camponeses nas terras dos pais, caberá a eles se tornarem parte da massa de excluídos nas grandes cidades e/ou fazer parte da luta pela reconquista da terra.

A expropriação e a expulsão dos cultivadores por arrancadas sempre renovadas forneceu, à indústria da cidade, massas proletárias recrutadas inteiramente fora do meio corporativo... É desta maneira que os meios de subsistência e uma grande parte da população rural encontram-se disponíveis ao mesmo tempo que ela (a população rural), devendo figurar no futuro como elemento material do capital variável. (MARX, 2000, p. 69)

A construção da luta pela reconquista da terra no Brasil, é a história do campesinado, que teve sua consolidação, enquanto classe social, no século XX. Os conflitos sociais no campo brasileiro são marcados pela extrema violência, lutam em duas frentes: tornarem-se camponeses proprietários novamente e permanecer na terra como produtores de alimentos essenciais ao conjunto da sociedade brasileira. Esses camponeses são, efetivamente, uma classe em luta permanente e, infelizmente, não tem sido considerados nas políticas públicas dos diversos governos que o País teve na sua história.

Dessa maneira, o campesinato brasileiro, não pode ser considerado um estorvo para o desenvolvimento do capitalismo no campo e das forças produtivas, como muitos críticos afirmam, ao contrário, na verdade, essa classe praticamente nunca teve acesso a terra, sendo então, “sem terra”, que lutam pelo acesso a ela. É no seio dessa contradição que surgem os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela, os conflitos e a violência.

A violência não é uma marca apenas da luta atual dos movimentos sociais no campo, ela é uma marca constante do desenvolvimento e de todo o processo de ocupação das terras no País, desde o domínio sobre os povos indígenas, que há mais de 500 anos vem sofrendo um etno/genocídio, passando pela luta dos escravos negros contra os senhores fazendeiros, e dessa luta nasceram as fugas e a formação dos quilombos, chegando aos posseiros que lutam contra a expropriação que os gera e contra os chamados “jagunços” dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos movimentos surgiram dessas lutas, tais como: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, fazem parte da história de lutas pela terra e pela liberdade no Brasil.

Essas lutas forjaram a capacidade desses excluídos, de resistência e de sua construção social, e permitiram a organização das Ligas Camponesas, que nas décadas de 1950 e 1960 ganharam projeção nacional, pela sua luta nos campos do Nordeste brasileiro, que teve como trágica consequência o assassinato de várias de suas lideranças. No Governo João Goulart (1961-1964), foi criada a Confederação dos

Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, e foi dado início ao processo de Reforma Agrária, no entanto, o Golpe Militar de 1964, interrompeu o processo e criou o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária – IBRA, que nunca fez nenhum movimento no sentido de realizá-la, mesmo depois de ser promulgado o Estatuto da Terra em novembro de 1964. (OLIVEIRA, A U., 2001)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, criado em 1984, tirou a exclusividade da luta contra a expropriação dos excluídos, posseiros e retirantes, tornando-a pensada e articulada e executada a partir da cidade, que nega a eles o direito a cidadania, direito esse, agora engajado na luta pela reconquista da terra. As greves rurais na cidade, as ocupações de terras, acampamentos e assentamentos são as novas formas de luta, e nelas os camponeses encontram, a consolidação política de uma união, abrindo novas perspectivas através da ação organizada.

É preciso observar que o MST, não é o único Movimento Social no campo brasileiro, e que existem muitos outros movimentos de luta, como o dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios, o de luta pela terra de trabalho realizada pelos posseiros, e a luta dos peões contra a peonagem (escravidão branca), o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, o Movimento Grito da Terra Brasil, o dos Seringueiros da Amazônia, entre outros.

O MST é parte dessas lutas, mas sem dúvida, é o mais importante, por ter uma organização mais sólida e se colocar ao debate midiaticamente, por atingir na sua luta, os interesses principais das grandes corporações proprietárias de terras, além de estar articulado com muitos dos movimentos sociais que reivindicam diversos direitos constantemente negados.

O MST surgiu da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, os quais promoveram ocupações de terra nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década de 80. Oficialmente, o MST foi fundado em Janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, por ocasião do Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 estados. Atualmente, o movimento está presente em 23 dos 26 estados da Federação, e é capaz de organizar manifestações em duas dezenas de capitais simultaneamente. (COMPARATO, 2001, p. 105)

Uma das características mais marcantes do MST, e por isso o Movimento pode ser considerado moderno, é a relação democrática que estabelece na sua organização, que

respeita as decisões tomadas coletivamente, onde as discordâncias se dão na discussão e uma vez vencida uma proposta, ela é aceita e tem o imediato engajamento de todos e é levada à prática. Essas práticas, não se observam na maioria dos partidos políticos e tampouco na maioria dos movimentos sindicais, dos quais o MST se diferencia na essência.

O MST, com este componente novo em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da Lei da Reforma Agrária. Um dos caminhos para entendê-lo é a análise de suas palavras de ordem. Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era *Terra para quem nela trabalha* (1979-83). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: *Terra não se ganha, terra se conquista* (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: *Sem reforma Agrária não há democracia* (1985) e *Reforma Agrária já* (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos, etc., o MST mudou suas palavras de ordem: *Ocupação é a única solução* (1986), *Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra* (1986-87) e, por ocasião da Constituinte, *Reforma Agrária: na lei ou na marra* (1988) e *Ocupar, Resistir, Produzir* (1989), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também qualitativamente do ponto de vista político. (OLIVEIRA, 2001, p. 127)

Assim, a qualidade da inserção política do MST pode ser observada nas suas palavras de ordem, e através delas, a demonstração de que existe a necessidade de envolvimento e articulação total com a sociedade.

No ano 2000, o lema passou a ser: Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio, numa clara alusão a necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem que cumprir sua função social. (OLIVEIRA, 2001)

O MST não ocupa apenas terras e prédios públicos, ocupa também reuniões de ministros e discursos do presidente, relatórios dos serviços de inteligência, editoriais de jornais, manchetes nos noticiários, pronunciamentos de parlamentares, conversas entre o presidente e o papa, pesquisas de opinião pública e até protestos em visitas do presidente no exterior. (COMPARATO, 2001, p. 106)

Além da constatação da importância do Movimento, é também necessário observar alguns fatores que, em certa medida, alimenta a crítica contra os Movimentos Sociais e

em particular ao MST.

As dificuldades para a superação do caráter reivindicatório não estiveram vinculadas apenas à cultura ou ideário político dos Movimentos Sociais, mas à uma conjunção de fatores: o avanço do agronegócio em áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar, o envolvimento direto de assessores e lideranças de movimentos sociais em administrações públicas progressistas, o aumento de disputa por recursos entre movimentos e organizações populares. Assim, o MST e outros Movimentos Sociais Rurais, parecem se institucionalizar e assumir algum tipo de sistema de controle e hierarquia no seu interior. Como organizações, passaram a locomover-se num cenário de autopromoção, deixando de realizar cursos e atividades de formação abertas, para limitá-las à formação de seus próprios quadros, passaram a definir dirigentes autorizados a falar oficialmente em nome das organizações, criaram sistemas de divulgação de suas ações e captação de recursos financeiros.

O sistema de controle e a hierarquia são hoje, variáveis que colocam algumas dificuldades para a implementação da Economia Solidária, porém, diferem de comunidade para comunidade, no entanto, de certa forma ajudam a dificultar a transformação das práticas individualistas, típicas do pensamento neo-liberal, que, em alguns assentamentos e pré-assentamentos ainda persistem, formando barreiras a consolidação de empreendimentos solidários, através do trabalho coletivo em áreas de uso comum.

No entanto, o MST preserva, em grande medida, os princípios coletivos, e consolida-se cada vez mais na luta, que hoje se apresenta para além da conquista do acesso a terra, mas também na construção da cidadania e no fortalecimento da democracia, pois, é consenso que qualquer alternativa de eliminação da exclusão social no Brasil, tem de levar em consideração a Reforma Agrária, que é um dos caminhos para retirar da marginalidade, grande parte da população pobre. Porém, não apenas isso, mas a Reforma Agrária é também uma reforma econômica que levará ao aumento da oferta de produtos agrícolas de qualidade, oriundos das comunidades rurais, em particular dos assentamentos e pré-assentamentos do MST. Assim, a Reforma Agrária é, do mesmo modo, uma reforma política, instrumento pelo qual, essa parcela da população, excluída e expropriada, pode conquistar a sua cidadania.

2.2 – O MST e a Agricultura no Brasil

Alguns analistas e representantes do agronegócio brasileiros, e até mesmo alguns setores do próprio governo, sustentam que hoje, no Brasil, não existe mais problema agrário, ou seja, que a forma de propriedade da terra no Brasil não representa empecilho para o desenvolvimento do capitalismo.

A forma como o capitalismo se desenvolveu na agricultura brasileira nas últimas décadas avançou de tal maneira, que a grande propriedade, o latifúndio, em vez de ser um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário, possibilitou que o mesmo se desenvolvesse de uma maneira mais rápida e mais concentrada. O fato de existirem grandes propriedades facilitou que se implantasse de maneira mais rápida, o crédito rural, a modernização, a mecanização e a monocultura. Nessas últimas décadas, como fruto do poder de força que tinha a ditadura militar de implementar as políticas econômicas que melhor lhe aprouvesse, assistimos à entrada no campo das três formas clássicas do capitalismo:

1 - A acumulação, primeiro movimento do capital

Os proprietários rurais passaram a acumular cada vez mais, estimulados pelas políticas econômicas do Governo, com créditos fáceis, com preços subsidiados para a exportação, com uma ideia de benefícios que ajudou as grandes propriedades a acumularem de uma maneira mais rápida, e seus proprietários ficavam ricos rapidamente, passando a aplicar em gastos luxuosos.

2 - A concentração, segundo movimento do capital

Os grandes proprietários rurais não ficam mais satisfeitos em acumular dentro da sua própria empresa. Quando a acumulação é muito grande, ele passa em seguida a comprar do vizinho, a compra da terra de pequenos proprietários. Isso é a concentração, procurando, portanto, concentrar o capital e o poder em suas mãos. Esse movimento também foi para o campo de uma maneira violentíssima. Os grandes ganhos advindos com a cultura do café, com a soja, com o Pro-álcool, foram aplicados comprando pequenas propriedades e expulsando os pequenos agricultores do campo. Quanto maior é o lucro no campo, mais rápida é a concentração da terra.

3 - A centralização, o terceiro movimento do capital

O grande proprietário rural não se contenta apenas com o seu negócio. Além de ter outras propriedades que ele comprou na fase da concentração, ele começa a atuar em vários setores, não só na agricultura, mas também no comércio, na indústria, no capital financeiro. Como consequência dessa centralização, deixa de existir uma burguesia agrária típica que vive só do trabalho que explora na lavoura. As grandes propriedades rurais brasileiras estão nas mãos de grandes grupos econômicos que operam em várias áreas, com bancos, comércio, indústria, etc. (STÉDILE, 2002)

Com o surgimento da agroindústria, praticamente, todos os alimentos que a população brasileira consome, especialmente a população urbana, com exceção dos legumes e verduras das feiras, passam por um processo agroindustrial. Até mesmo o tradicional ato de “escolher feijão”, em muitos lares, deixou de ser uma prática da dona de casa brasileira, pois, o feijão tem de vir limpo e brilhando, e para isso é necessário que ele passe por uma máquina. Os hábitos alimentares da população brasileira estão sendo modificados cada vez mais. A agroindústria transforma a agricultura porque tira a autonomia daquele que trabalha na terra, porque ele sabe que não está mais produzindo um produto para o mercado, ele está produzindo para a indústria.

O capitalismo agrário acabou com as alternativas para a pequena propriedade, de um outro modelo de agricultura. E quando não acabou pelas leis do mercado, acabou pelas Leis institucionais. Por exemplo, a produção de queijo pela pequena propriedade, e a entrega feita pelo seu proprietário diretamente aos mercados e mercearias, foi proibido por uma Portaria do Ministério da Saúde, alegando que isso poderia acarretar problemas de higiene para a população. Sobrando como única alternativa ao pequeno produtor, entregar o leite para os grandes laticínios. E assim com uma série de outros produtos. Facilitando a entrada de grandes monopólios agroindustriais.

Outra transformação na agricultura brasileira foi a mecanização e a inclusão da monocultura. Todo o setor de grãos e de produtos energéticos, como a cana, na sua maior parte é destinada à exportação. Em consequência, a fome nas grandes cidades brasileiras se agravou, a produção de comida poderia ser dobrada se não houvesse os latifúndios de monocultura.

Em consequência desse modelo, temos entre outras, a migração permanente dos trabalhadores do campo para a cidade. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, nas duas últimas décadas foram 1,5 milhões de pessoas por ano a migrarem. (STÉDILE, 2002)

Diante desse quadro, a reforma agrária se apresentaria então, como possibilidade de solução para os problemas do campo no Brasil, que teria, nessa visão, necessariamente atingir a centralização da propriedade. E além de trazer justiça social no campo, poderia resolver muitos dos problemas do desemprego na cidade.

Uma reforma agrária massiva ativa imediatamente o emprego na cidade, nas indústrias que estão ociosas. Vou citar um exemplo: a indústria de tratores. Na década de 70, no *boom* do milagre agrícola, vendemos cerca de 65 mil tratores em um ano. Mas a média na década de 70 era de 39 mil tratores por ano. Em 1996 a indústria vendeu 15 mil tratores e a média dos anos 90 foi de 23 mil tratores, ou seja, caímos praticamente pela metade. Um programa de reforma agrária demanda no mínimo 100 mil tratores anuais, o que geraria muitos empregos na cidade. (STÉDILE, 2002, p. 97)

Observamos que a Reforma Agrária tem um caráter abrangente, mesmo tendo seu foco central na redistribuição da terra e na produção agrícola através da agricultura familiar.

Os conflitos de terra que existem com o MST, são interpretados pela grande maioria dos proprietários de terras, apenas como problema político ao qual se tem de dar solução, mas não são vistos como problema agrário, que só se resolverá ao se mudar a estrutura da propriedade agrária.

A reforma agrária, assim, poderia organizar a propriedade coletiva dos meios de produção. Não adiantaria apenas estabelecer a propriedade da terra, seria necessário ter a posse ou a possibilidade de aquisição de máquinas, armazéns, transportes para a produção, seria necessário abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetem a agricultura, e por isso ela adquire um caráter anticapitalista.

O problema da agricultura é tão amplo e complexo, que evidentemente terá que se levar em conta às realidades regionais, que são muito diferentes num País continental como o Brasil. A reforma agrária teria de se adequar às características de cada região. E, nesse sentido, ela teria um caráter socialista.

A reforma agrária, assim, seria a primeira ação no sentido de efetivar-se a participação social no campo, na tentativa de transformar o caráter da agricultura no Brasil, voltando-se mais para a produção coletiva, reunindo os pequenos produtores e

priorizando a produção de alimentos.

Outro viés que a reforma agrária atende, e que talvez esteja na essência do pensamento de Celso Furtado, é que hoje, segundo pesquisa da Unicamp, feita pelo professor José Graziano, nos pequenos e médios municípios... de menos de 50 mil habitantes, a metade da população, embora more na cidade, está vinculada a agricultura. Embora tenhamos uma população pobre, desempregada, urbanizada, se fizermos a reforma agrária, essa população volta a se vincular ao campo por causa da sua origem. Ainda assim 50% dessa população dependem da agricultura, quer por ser boia-fria, ou porque a oficina em que trabalha tem vínculos com a agricultura. (STÉDILE, 2002, P. 119)

O MST, na maioria de seus assentamentos, desenvolve a prática de produção coletiva, tanto nas culturas de grãos como de hortaliças e também na atividade pecuarista. Porém, é preciso levar em consideração as diferenças e características de cada assentamento e suas associações.

O MST é atualmente o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina. Ele é um movimento agenciador de redes de sociabilidade e de participação social no campo. A base de sua atuação é o meio rural, junto a trabalhadores rurais de origens diversas. Muitos já foram pequenos proprietários, outros eram assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho (usualmente via relações diretas, sem contrato social), e outros, ainda, são de origem urbana, viviam nas periferias das grandes cidades de diferentes regiões do Brasil. A base organizativa do MST situa-se no meio urbano, pois suas estruturas de coordenação e a produção do material impresso localizam-se em grandes cidades, como São Paulo. A atuação no meio rural ocorre na organização de ocupações rurais em acampamentos e na assistência aos assentamentos. Nos acampamentos, envolvendo períodos de lutas que podem durar anos, o resultado poderá ser a obtenção ou não de um assentamento, para morar e produzir, com a doação de terras e algum suporte ou subsídio financeiro governamental. Os acampamentos de sem-terra que seguem as diretrizes do MST estão localizados predominantemente nas regiões nordeste e sul do País. (COMPARATO, 2001)

O MST tem uma coordenação nacional composta de 93 pessoas, sendo 21 delas membros da direção nacional. Na estrutura do movimento, ligados à direção, encontramos os setores – criados para atender às diversas demandas da organização interna. Estes setores são: Produção (para cuidar do sistema de cooperativas), Formação, Educação, Finanças, Comunicação, Frente de Massas, Relações Internacionais e

Mulheres. Na organização dos coletivos, os setores mais importantes são os das cooperativas e o da educação. Cada acampamento conta com administração e setores específicos, como saúde, educação, higiene, alimentação, e até liturgia para atos e ritos religiosos. Cada acampamento tem autonomia decisória desde que não contrarie as diretrizes gerais do movimento. Na prática cotidiana, os conflitos no interior do MST são muitos e de natureza diferenciada. A forma de agir do MST esbarra em concepções já arraigadas entre uma grande maioria dos sem-terra que prefere ações de resistência pacífica, sem grandes embates e negociações nas instâncias institucionais. Tratam-se de conflitos culturais entre duas visões de mundo, a dos assentados e a do MST. O movimento busca construir uma identidade cultural nova aos sem-terra, baseada no modelo cooperativo-coletivo. O conceito de cultura é aqui entendido como conjunto de códigos sociais e morais, conhecimento, valores e formas de apreensão e interpretação do mundo. (COMPARATO, 2001)

Seguimos algumas linhas políticas gerais. Primeiro, em termos de cultura, procuramos não só reconhecer como também estimular as culturas locais. A televisão está causando um grande desastre na cultura do povo do interior. No assentamento do MST na Fazenda Macaxeira, na área do massacre de Carajás, onde a temperatura chega a 40 graus, as meninas vestem a mesma coisa que as nossas meninas dos assentamentos do Rio Grande do Sul. Todo mundo quer falar igual ao que sai na novela. Nós, como linha política, do ponto de vista da cultura, procuramos revalorizar a cultura local, a cultura dos antepassados. (STÉDILE, 2002, p. 169)

As práticas capitalistas, como o individualismo competitivo, são reproduzidas em todas as classes e estratos da sociedade, estão inseridas no caldo cultural das pessoas, impossibilitando-as de observarem e questionarem que essas competições podem ser interessantes para as pessoas que conseguem competir ao menos em condições de igualdade, tanto financeira como profissional, o que, na maioria dos casos, não se aplica aos mais frágeis social e economicamente, e isso se vê também no campo e em alguns assentamentos do MST, onde então, as formações educacionais, quando direcionadas para a Economia Solidária, podem levar a uma mudança de comportamentos e de interações sociais de modo amplo, porém, o início dessa nova perspectiva se dá pela mudança do sistema organizacional do trabalho.

O trabalho cooperativo tem sido apontado como uma das saídas para a crise do emprego na economia formal. O setor informal se expande criando uma nova economia, a economia social ou solidária, articulada sob novas regras de contrato social, baseada em

redes de solidariedade, onde o fator risco impera, não há seguridade social-estatal para os trabalhadores porque todos eles passam a ser co-proprietários dos empreendimentos, co-responsáveis pelos empréstimos-financiamentos, sucessos e fracassos do novo negócio. Mas no meio rural, onde sempre predominou formas precárias de contrato de trabalho e a tecnologia globalizadora está avançando nas áreas de grande produção a passos avassaladores, gerando o desemprego em massa, a cooperativa ou associação significa uma possibilidade de trabalho e também a construção de um espaço de autonomia ao trabalhador do campo (ao decidirem o que produzir, como, quanto, etc.), coisas que os trabalhadores rurais haviam perdido com o assalariamento capitalista.

Nesse contexto a Agricultura Familiar e a Agroecologia podem ser consideradas alternativas viáveis para a agricultura de auto-gestão da Economia Solidária.

Cresce dia-a-dia, entre os pequenos agricultores, a vontade de sair da agricultura química, produzir sem venenos e sem adubos químicos, adotar um modelo tecnológico de base ecológica. Mas surgem muitas dúvidas e inseguranças. Alguns tentam e não tem sucesso. Alguns procuram fazer uma passagem radical, mudar tudo de um ano para o outro e muitas vezes perdem sua produção. Assim mesmo, tenta-se de novo, pois a cada dia fica mais difícil a inserção desses agricultores no modelo da agricultura química, controlada pela agroindústria e pelas multinacionais.

O processo de transição da agricultura química para a agroecologia deve ser cuidadosa, não é possível mudar num passo só, é preciso ir dando passos ano a ano, por vários motivos: A terra está contaminada por adubos químicos e pelo uso de venenos, as sementes “melhoradas” geneticamente pelas empresas multinacionais são viciadas pelo pacote químico e substituí-las completamente é um processo demorado, o meio-ambiente, especialmente o solo, está desequilibrado, e os insetos, fungos e plantas concorrentes, (ditas “daninhas”), estão fora de controle, os pequenos agricultores não contam com recursos para arcar com três ou quatro anos de transição de uma agricultura para outra, não dispõe ainda de conhecimentos suficientes que deem segurança para enfrentar todos os problemas e desafios que surgem no dia-a-dia, e ainda não são suficientes as ações governamentais para a assistência técnica e pesquisa na área agroecológica, para acompanhar todos os pequenos agricultores que iniciam um processo de passagem, de transição.

Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externo ao lote, sem a utilização de agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão-de-obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica. (MST, 2000, p. 54)

Uma das ações que podem apontar para um novo equilíbrio no campo, seria o trabalho cooperativo ou associativo, que trás, na sua concepção, a recuperação da fertilidade natural e o manejo ecológico do solo. A base fundamental de uma nova agricultura, de um novo modelo tecnológico.

Os agro-venenos são a principal fonte de recurso das multinacionais e o principal instrumento de exploração dos camponeses e dos agricultores em geral. É o mecanismo mais eficaz de transferência de renda da agricultura para a indústria. Muitos analistas já escreveram sobre a manipulação genética, e sobre muitas doenças, insetos e ervas ditas “daninhas” que são artificialmente criadas e disseminadas para então se comercializar os venenos para combatê-las. E com as novas técnicas de biotecnologia, existirá sempre a possibilidade de se criar doenças, oferecendo simultaneamente os antídotos.

Os agro-venenos são também os principais responsáveis pela contaminação das águas, do solo e dos alimentos, e por consequência, por inúmeros problemas de saúde dos agricultores.

É possível diminuir e eliminar gradativamente o uso de venenos na agricultura, à medida que comunidades forem fazendo em conjunto a transição para outro modelo tecnológico baseados nos recursos da própria natureza e na agroecologia, cujo os princípios se encaixam perfeitamente à Economia Solidária, pois ela é baseada na cooperação, no trabalho conjunto e coletivo que, por sua vez, baseia-se na sustentabilidade ambiental.

Construir um novo modelo começa pela diversificação da produção, pelo que se chama de poli-cultivo e pela combinação da criação de animais com agricultura, como forma de aproveitar os resíduos animais como adubação orgânica.

A soberania alimentar do camponês começa em casa. Produzir a sua própria alimentação variada e de forma estável, com qualidade e sem agrotóxicos, contribui para aumentar significativamente as áreas descontaminadas de venenos químicos, bem como aumenta a capacidade de autonomia dos pequenos agricultores.

As sementes são insumos básicos que devem estar sob o controle dos agricultores e suas organizações. Colher, selecionar, conservar, experimentar, cruzar, melhorar sementes e mudas deve ser uma prática a ser retomada pelos agricultores para construir um novo modelo de agricultura.

Coletar água da chuva, fazer pequenos açudes, cuidar das fontes e nascentes de água, criar peixes, ter sempre água de boa qualidade e em abundância, para o consumo familiar e para os animais é um dos pilares de uma agricultura que se auto-sustenta gerindo bem um recurso que às vezes (em tempo de secas) se torna escasso.

As árvores e as matas são fundamentais para o equilíbrio ecológico e controle de pragas, pois abrigam boa parte dos inimigos naturais de certas culturas agrícolas, mantém a umidade, regula o clima e as chuvas. O pomar tem também uma dupla importância, garante uma grande biodiversidade (animal e vegetal) ao mesmo tempo em que contribui para uma alimentação equilibrada, saudável e variada.

A Economia Solidária pode favorecer a construção de um espaço ideal para esse tipo de agricultura, de forma associada, cooperativa. Pode-se construir uma infraestrutura própria de produção, transporte, armazenagem, industrialização e comercialização da produção. Isso tornará os camponeses independentes dos atravessadores, que no sistema tradicional capitalista, ficam com a maior parte da renda.

O modelo de agricultura que a Economia Solidária propõe, aponta para a superação e substituição da competição individualista, egoísta e predatória, um paradigma colocado pela doutrina capitalista e a pretensão é a substituição disso por valores de solidariedade, cooperação e ajuda mútua. As ações da economia capitalista estão levando a sociedade a um brutal enfrentamento com a natureza na tentativa de moldá-la ao seu interesse, criando uma crise ambiental e social e levando milhões de camponeses à exclusão social.

Assim, é possível que as práticas de Economia Solidária, favoreçam as ações que podem se unir ao conjunto de valores socioculturais e históricos, a reconstrução do saber local, para o resgate da identidade própria, tipicamente camponesa, preservando a biodiversidade e a cultura.

2.3 – O MST e as apropriações das práticas de Economia Solidária

Historicamente, a política agrícola no Brasil, visa a grande propriedade rural, latifundiária ou empresarial. Na tentativa de melhorar as condições econômicas das comunidades de agricultura familiar através de suas forças produtivas, diversos programas públicos foram criados, porém, de modo geral, esses programas mantêm a estrutura e a operacionalidade, como se os beneficiários fossem da agricultura tradicional, como se todos os agricultores do País tivessem um único padrão.

Esse procedimento padronizado, é mais uma das barreiras, não apenas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, mas particularmente para as comunidades do MST, alojadas em acampamentos, pré-assentamentos e assentamentos.

As diferenças entre esses três grupos, está particularmente relacionada a regularização da terra, sendo muito comum existir um processo muito longo para sua efetivação, esse processo, normalmente é seguido de procedimentos jurídicos e burocráticos demorados.

Assim, os camponeses que tem os maiores problemas, são os que formam os acampamentos, que sempre tem a ameaça de serem despejados da área ocupada, pois, os acampamentos são a primeira modalidade de fixação após a ação de ocupação de uma área, e esses, se fixam de maneira muito precária, geralmente em barracos de lona plástica e com materiais que encontram na própria localidade. Quando depois de um determinado período de tempo, que varia muito conforme a existência ou não de conflito e sua proporção, e constata-se a existência de condições para uma nova etapa, quando já existe uma certa segurança, as formas de alojamento então, em muitas das comunidades do MST, já podem ter um pequeno avanço, saindo dos barracos para pequenas casas de madeira, em geral com apenas um cômodo em chão batido, onde separa-se, por exemplo, o quarto da cozinha com um lençol ou outro tecido e com banheiro do lado de fora.

Essas duas modalidades, acampamento e pré-assentamento, não possuem acesso a qualquer política pública específica e oficial. Além do fato de existirem diferenças nos arranjos e na disposição espacial dos trabalhadores.

A única modalidade que consegue se inserir, mesmo com outros fatores de dificuldade, é o de assentamento, que nessa fase já se encontra regulamentado, ou seja,

a posse definitiva da terra é dos camponeses.

Partindo-se dessa realidade se pode explorar as condições e conjunturas locais, onde se dá o processo de produção dos camponeses do MST e os diversos níveis de relações pessoais e de grupo que permeiam as práticas de trabalho, que tem, invariavelmente intervenções externas, sejam elas de universidades, entidades do chamado Terceiro Setor e agências governamentais.

Assumindo diversas formas de cooperativas e associações, as comunidades de trabalhadores e trabalhadoras do MST tentam se organizar nos pré-assentamentos. Porém, os acampamentos sofrem muitas dificuldades para organizar um empreendimento associativo, devido a constante possibilidade de serem obrigados a desocupar as áreas, e, em geral os acampamentos recebem, em alguma medida, ajuda dos pré-assentamentos e assentamentos já, de alguma forma, organizados.

Constatamos que os empreendimentos solidários, para se consolidarem enfrentam muitos desafios. Esses desafios seriam vistos apenas como externos a dinâmica deles. Nesse sentido, convivem com uma contradição que seria central para a sua sobrevivência: teriam práticas formas de produção solidárias, autogestionárias, com repartição igualitária das sobras ou o seu investimento no próprio empreendimento, não hierarquização de funções dentro das associações, etc. Porém, as trocas com outros agentes econômicos seriam capitalistas e todos os elementos do capitalismo se fariam presentes nesses processos como, por exemplo, a concorrência, a competição e, até mesmo, a propaganda dos produtos.

No entanto, as contradições não se dão apenas entre associações e seus agentes capitalistas externos, posto que elas se configuram no interior da tentativa de organização associativista desses grupos. Para além do predomínio de uma identidade coletiva que tenta homogeneizar um sentido de pertencimento fundado em princípios solidários, existem os sujeitos reais que compõem essas associações e que conformam subjetividades diversas e repletas das percepções que a própria sociedade capitalista na qual nasceram e cresceram construiu em suas experiências vividas.

As diversas motivações dos trabalhadores e trabalhadoras que impulsionaram a criação dos grupos associativos, suas diversas origens, campo, cidade, empregados precariamente, desempregados, os que assumem massas falidas, excluídos, etc. Por mais diferentes que sejam, trazem consigo os costumes, tradições e práticas do sistema

capitalista, reproduzidos nas suas famílias, nos seus amigos, vizinhos, companheiros de trabalho. Isto é, toda uma vida construindo uma identidade e uma subjetividade permeadas por esses valores, acreditando ser isso o correto, pois, o padrão de comportamento, de trabalho e de vida é socialmente construído dentro do pensamento liberal e neo-liberal.

Na Antropologia o conceito de cultura sofre uma revisão e passa a ser visto como, um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos e materializado em comportamentos. (GEERTZ, 1978, p. 115)

Mesmo com as diversas culturas que se entrelaçam ao se formarem os grupos de empreendimentos solidários e mesmo que cada grupo traga traços de múltiplas culturas e tradições, as práticas solidárias como princípio, tem esse primeiro grande desafio, que é tentar mudar o modo de pensar que leva as práticas da economia tradicional, como: a hierarquização e da subordinação do trabalho; a competição individual; a concorrência pessoal.

Os efeitos da globalização sobre as pessoas, torna-as cada vez mais anônimas e solitárias. Esse anonimato e solidão trás consigo a desconfiança e reforça o espírito individualista e competitivo.(BAUMAN, 2001)

Nesse sentido, a idéia de associação parece assustar as pessoas, principalmente quando isso significa auto-gerir um empreendimento, isto é, quando a responsabilidade pelas decisões é de todos, e não existe mais a figura do patrão, do chefe ou do gerente. Aliado a confusão que se faz no princípio, para compreender o funcionamento e efetivação das práticas de autogestão, onde o número reduzido de pessoas torna a participação fundamental, os constrangimentos, o medo de se expressar ou a própria falta de costume de ver suas opiniões ouvidas e debatidas, torna-se também um obstáculo.

A necessidade da desconstrução desses sentimentos se torna imprescindível para que se abram espaços para a consolidação de empreendimentos de caráter associativista, tendo em vista que a construção de relações de confiança é fundamental para que isso ocorra.

Zygmunt Bauman, no livro Modernidade Líquida, escreve que a solidez das instituições sociais, do estado de bem-estar, da família, das relações de trabalho, entre outras, perde espaço para o fenômeno da liquefação. Com essa metáfora nos diz que o que se tem como sólido, firme e concreto, desmancha-se tornando-se amorfo, trazendo a

fluidez, a maleabilidade, a flexibilidade e a capacidade de moldar-se a várias estruturas, e que isso são características das novas relações humanas em todas as esferas.

Isso se vê refletido em diversos tipos de comportamento dentro dos empreendimentos solidários e contribuí para aumentar o desafio da tentativa de construção de um novo modo de vida através da Economia Solidária.

Uma observação necessária a se fazer, é que a atividade econômica, no contexto da Economia Solidária, isto é, no associativismo e cooperativismo, não é uma tradição dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, e assim, a nova prática para as comunidades do MST, passa a ser também, uma forma de resistência ao tipo de cooperativismo desenvolvido no Brasil, voltado principalmente para a agroindústria.

Além dessas observações, há também outros fatores que influenciam nas práticas de Economia Solidária. Como já mencionado neste capítulo, é fato a existência de carências de políticas públicas, principalmente no que se refere ao amparo legal da Economia Solidária, a legislação brasileira não atende a regulação do trabalho coletivo, assim prevalece a presença do individualismo capitalista centrada no capital privado. Desse modo não existe cobertura para o associativismo, autogestão e cooperativismo popular.

Mesmo com o discurso das coordenações de assentamentos e pré-assentamentos, que de maneira geral seguem a mesma linha, existem muitas dificuldades para a implantação de empreendimentos solidários dentro dos seus princípios básicos devido as características específicas de cada grupo de trabalhadores e trabalhadoras.

Observa-se, apesar das dificuldades, a maioria das cooperativas e associações de produção nas comunidades do MST, estão melhorando seus indicadores sociais através de um processo de aperfeiçoamento das práticas de produção autogestionária.(MELLO, 2005)

Através das observações feitas, durante o nosso trabalho de extensão em outros assentamentos atendidos pela IESol, constatamos que existe satisfação de pertencer a um coletivo, e em muitos casos, isso fica evidente entre os associados e suas famílias, e, mesmo nos casos de descontentamento, as famílias conseguem comparar sua situação com os que trabalham de forma individual-familiar e percebem que existem vantagens em continuar nos grupos.

A organização interna, na maioria das cooperativas e associações, embora democrática e autogestionária, não está colocada como um padrão comum a todos os grupos, não havendo um modelo pré-concebido a ser seguido, devido as múltiplas características pessoais e das relações estabelecidas entre os associados. As organizações dos processos de trabalho coletivo são bastante complexas e com diversos fatores que, invariavelmente, interferem e distinguem, esse ou aquele grupo associado.

Em alguns coletivos o processo de trabalho se dá em áreas de uso comum, em outros, se dá em lotes individuais, embora o produto do trabalho seja vendido em conjunto. Alguns assentamentos e pré-assentamentos são formados em agrovilas, isto é, todos os moradores formam uma vizinhança, onde é economicamente mais viável a implantação de infraestruturas, e outros, com moradias esparsas pela área ocupada, sempre ao lado do terreno de cultivo, onde o acesso a energia elétrica e outros mecanismos básicos são muito mais difíceis de serem implementados, e também não colabora para a quebra das práticas individualistas, e tampouco para a construção de relações de confiança.

Mas, as questões mais complexas aparecem em relação as formas de hierarquia, que podem ser criadas pelas práticas de gestão. Geralmente existem mecanismos democráticos para a eleição e destituição de coordenadores de setor. Porém, em relação a coordenação do empreendimento, cumpre-se as regras estabelecidas nos estatutos e regimentos internos, fixando-se em torno de dois anos o tempo de mandato de um grupo coordenador. Em algumas cooperativas e associações, é elevado o número de associados que já assumiram funções de coordenação de setor e de direção, demonstrando que tem funcionado algum rodízio entre os membros.

Porém, em relação a ATERRA, nas funções chaves que envolvem a gestão econômica do empreendimento, observa-se a criação de uma relação de dependência à um grupo reduzido de associados que, aos poucos, vão acumulando experiência e melhor preparo técnico, com o risco de tornarem-se gradualmente “insubstituíveis”. Nesse sentido, esse empreendimento, corre o risco de formar no seu coletivo, um novo tipo de hierarquia originada nas funções desempenhadas, nas apropriações de informações e nas oportunidades de participação no processo decisório. Essa situação pode levar à um distanciamento entre dirigentes e os trabalhadores e trabalhadoras. Forma-se uma dependência extrema, centrada em poucas pessoas com capacidade e iniciativa para a gestão e organização, que vão se tornando cada vez mais complexas a medida que

avançam.

O fato da criação de relação de dependência, tem um outro agravante em certas comunidades do MST, que se materializa quando as próprias lideranças dos pré-assentamentos e assentamentos assumem as funções de coordenação dos empreendimentos e se perpetuam nela, pois, não são apenas criadas relações de dependência em pessoas que se tornam mais experientes e com mais facilidade burocrática e consequentemente concentrando conhecimento, mas também elevam o poder dos dirigentes, que podem, em alguns casos, tornarem a sua gestão no empreendimento um prolongamento da sua coordenação militante no MST, que, embora tenha linhas em comum, nas diretrizes e na ideologia, são coisas que, ao nosso ver, devem ser tratadas e coordenadas de formas diferentes, para que o empreendimento se consolide e seja capaz de prover a renda esperada pelos trabalhadores e trabalhadoras.

O exemplo de sucesso dos empreendimentos podem e devem ser mostrados como exemplo na publicidade positiva do Movimento, mas não devem ter gestão semelhante, no que tange as questões de produção, organização e coordenação, pois, correm o risco de serem absorvidos pelas ações políticas, antes mesmo de se tornarem viáveis economicamente, trazendo consigo, além da não democratização de lideranças, a insatisfação dos associados.

Alguns empreendimentos solidários, tem tido muito sucesso apesar de todos os desafios que sempre tem de superar, precisam cada vez menos de intervenções e financiamentos, gerando e distribuindo renda, mesmo carecendo ainda do amparo legal específico, luta constante da militância do MST e de todas as entidades de apoio a Economia Solidária. Porém, muitos outros, ainda precisam de Políticas Públicas de apoio a financiamentos, de projetos das agências governamentais e de extensão universitária, que possam ajudar na melhoria da qualidade de vida, que ajudem a organizar seus empreendimentos, técnica e teoricamente. Sendo então, a presença do Estado, fundamental. Mais uma vez, essa constatação se faz através do trabalho de extensão exercido pela IESol e pela nossa participação em eventos, como: Seminários, colóquios e congressos sobre Economia Solidária, que trazem um eficaz intercâmbio, onde ficam expostos as experiências de vários empreendimentos solidários.

Todas essas observações, feitas antes e também durante o processo de pesquisa, no entanto, não obstruem e, muito menos, desqualificam a alternativa da Economia Solidária dentro do MST. Ela é um processo construído dia a dia nas comunidades, e

como processo, se molda as características e especificidades de cada comunidade, de cada grupo e principalmente, de cada empreendimento. Como veremos no capítulo 3, no que se refere ao Pré-assentamento Emiliano Zapata e o seu processo de organização da ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária.

CAPÍTULO 3

O Pré-Assentamento Emiliano Zapata: Sua história e o processo de organização associativa da ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária

Aquele que não consegue encontrar o caminho para o seu ideal, vive de um modo mais leviano e insolente que o homem sem ideal.

(Friedrich Nietzsche)

3.1 – Ocupação, acampamento e organização

O Município de Ponta Grossa possui 314.681 habitantes. Deste total, apenas 9.500 pessoas, aproximadamente, vive no meio rural, cerca de 3% do total.⁷ O processo de êxodo rural foi tão intenso que hoje existe uma parte muito pequena da população vivendo da agricultura. Levando-se em consideração que o processo de modernização da agricultura favorece uma parte muito restrita de grandes produtores, propiciando concentração de terra, renda e poder no campo. Dessa forma, boa parte dos pequenos proprietários que vivem da agricultura se encontram descapitalizados, e deixar o campo em busca de melhores condições acaba sendo a única perspectiva para essas famílias. A intensa migração do campo para a cidade trás sérios problemas ainda hoje, pois as cidades não estão preparadas estruturalmente para receber esse contingente, portanto, não há empregos, as condições de moradia, saúde e educação são, em geral, muito precárias.

Neste contexto, conforme o histórico levantado nos primeiros diagnósticos feitos pela IESol, em Maio de 2003 houve a ocupação de parte da Fazenda da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, por cerca de 150 famílias integrantes do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, famílias oriundas de Ponta Grossa, Palmeira e região metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná. Estas famílias estavam acampadas no município de Palmeira desde Maio de 2002, numa área emprestada por uma família assentada através do Projeto de Assentamento Palmares II.

A área de propriedade da EMBRAPA tem aproximadamente cinco mil hectares, que deveria ser destinada à pesquisa e a multiplicação de sementes. A argumentação das lideranças do MST para a ação de ocupação, planejada (de acordo com suas observações e com informações obtidas por outros dirigentes do Movimento), é a de que grande parte da área estava sendo arrendada para o plantio de *pinus elliottii*, com fins econômicos da iniciativa privada, e que, essa espécie florestal, por sua natureza, representa a total substituição da vegetação original, tendem a ser estritamente monoespecíficos, impedindo a instalação de outras formas de vegetação, transformando o ecossistema aberto, característico da região, em um ecossistema fechado, com perda da biodiversidade por sombreamento, o que leva a exposição do solo e a consequente

⁷ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

erosão e assoreamento dos cursos d'água. Também através dessas informações, tomaram conhecimento de dois outros fatos que ocorriam na área: Outras partes da área pública estavam sendo arrendadas para grandes proprietários de terras da região para o cultivo de culturas de exportação, como por exemplo, o soja, e ainda, uma outra parte vinha sendo lentamente tomada por “grileiros”⁸ para a construção de sítios particulares e áreas de lazer, com o intuito de explorar economicamente o turismo informal de áreas naturais. Naqueles primeiros diagnósticos, também constam que, com a ocupação da área iniciou-se um processo de negociação com a diretoria da EMBRAPA, e, a partir desta, o acampamento foi organizado às margens da Estrada do Talco, nas proximidades do Km 18, no Município de Ponta Grossa - Pr, onde ficou por aproximadamente três meses. Assim, as famílias acampadas precariamente, estavam determinadas a por em prática seus ideais, principalmente através da agroecologia, como uma ferramenta para se viabilizarem economicamente, e tendo a cooperação como estratégia para possibilitar a construção de uma comunidade organizada e com melhores condições para produzir e comercializar seus produtos.

Desde o início do Acampamento, as famílias discutiam o modelo de agricultura que vem sendo adotado no Brasil desde os anos 70, com a chamada Revolução Verde (uso intensivo de agroquímicos e maquinários que substituem a mão-de-obra, monocultura e sementes melhoradas geneticamente), e na visão delas, como também, sobejamente afirmado por diversos analistas em vasta literatura, havia gerado pobreza e migração. Este modelo de agricultura adotado pelos diversos governos brasileiros, em alguma medida, dispensou ou dificultou, a Reforma Agrária como prioridade e passou a expulsar os trabalhadores do campo para a cidade, gerando um grande excedente de mão-de-obra para as indústrias, mas com poucas perspectivas para esses trabalhadores, tendo em vista os índices de desemprego e a incapacidade de absorção pelas indústrias e outros setores da economia, como também pela precária qualificação profissional desse excedente de mão-de-obra.

Como o modelo de agricultura adotado pelo País, conforme a visão do MST, gerou mais pobreza, essas famílias entenderam desde a sua iniciação no Movimento, que se faz necessário construir um modelo de agricultura sustentável que possibilite às pessoas que vivem no campo ter qualidade de vida, e a agroecologia vem sendo uma ferramenta

⁸ Grileiro é um termo que designa quem falsifica documentos para de forma ilegal tornar-se dono por direito de terras devolutas, de terceiros ou públicas. Disponível em www.google.com.br/dictionary

importante nesse processo.

A ocupação da Fazenda da EMBRAPA, foi um passo importante na luta desses trabalhadores e trabalhadoras pelo acesso à terra. Já no primeiro ano de ocupação todas as famílias tiveram a sua disposição uma pequena área de terra para cultivar alimentos para seu sustento, principalmente hortaliças e grãos. Devido a dificuldades no trabalho de preparo do solo, com insuficiente número de animais de tração e também pela falta de uma ferramenta importante, o trator, parte das famílias não conseguiu cultivar toda a sua pequena gleba. Porém, mesmo que em pouca quantidade, cultivaram inicialmente, hortaliças e produtos para o sustento familiar: Feijão, amendoim, mandioca, batata doce, pipoca, milho entre outras culturas, e vendiam o feijão, que sobrava do cultivo de sustento.

A colheita de feijão nesse período teve ótimo resultado qualitativo e quantitativo, porém, devido a necessidade de se vender as sacas de feijão para intermediários, obtiveram uma renda muita baixa. Percebendo as dificuldades de comercialização da produção na região, as famílias estão ainda, tentando se organizar para comercializar diretamente com os consumidores, sem passar pelos atravessadores.

Outro fator considerado, com muita importância e dentro da ideologia do MST pelos trabalhadores e trabalhadoras acampados foi de que, os produtos agroecológicos por eles produzidos, precisam chegar prioritariamente à população de menor poder aquisitivo e não apenas privilegiar a população mais abastada, que pode pagar mais caro por esses produtos diferenciados. E esse ainda é um desafio a ser superado.

Um acampamento também pode mudar várias vezes de lugar, de forma, de composição de pessoas. Alguns sem-terra saem antes que outros para novas terras, seja em novas ocupações, seja pela conquista do assentamento. Essa lógica de movimento altera o jeito de ser das pessoas: algumas esperam ansiosas pelo retorno a uma vida mais estável, o que poderá ser proporcionado pelo assentamento. Há outros sem-terra, ao contrário, que já não conseguem mais imaginar sua vida sem essa *agitação da luta*; por isso, mesmo assentados, seguem ajudando a fazer novas ocupações de terra, ou então se dedicam a inventar novos jeitos para conduzir a sua vida no assentamento, prosseguindo a sua formação. Trata-se da dialética entre o enraizamento, proporcionado pela inserção em uma coletividade forte, e o projeto proporcionado pela continuidade na dinâmica da luta, que dá mobilidade a própria raiz... (CALDART, 2004, p. 184)

Para além dos ideais, existiam as necessidades imediatas que contrastavam com a diversidade de sentimentos dos trabalhadores e trabalhadoras acampados.

As negociações com a EMBRAPA tiveram algum avanço, e uma área de 660 hectares foi demarcada com o objetivo de organizar o Pré-assentamento. O acampamento foi então transferido das margens da Estrada do Talco, para o interior da área. Com a transferência do acampamento, as famílias iniciaram um processo de organização da comunidade a qual denominaram de “Comunidade Emiliano Zapata”.

Equipes de trabalho e setores administrativos foram sendo organizados para atender as necessidades emergenciais das famílias, como: alimentação, saúde, segurança, educação, frente de massa, infra-estrutura, produção, entre outros.

Nas palavras de um dos próprios integrantes do MST: *Dizer “sou assentado” é diferente de dizer “sou pequeno agricultor”. Assentado é simbologia, é sinônimo de resistência... de uma utopia, de uma luta por um ideal, e é sinônimo de que essa cidadania, esse sonho é possível realizar... O conjunto da população vê em nós uma espécie de esperança que se reacende...*⁹ Sujeito Social é uma expressão que indica uma coletividade que constrói sua identidade (coletiva) no processo de organização e de luta pelos seus próprios interesses sociais. Os sem-terra passam a ser sujeitos sociais a medida que se constituem como uma coletividade que traz para si (o que não quer dizer esgotá-la em si) a luta para garantir sua própria existência social como trabalhadores da terra, enfrentando aqueles que, nessa sociedade, estão destruindo a possibilidade dessa existência. (CALDART, 2004, p. 189)

Para a formação do Pré-assentamento, os trabalhadores e trabalhadores perceberam, juntamente com a orientação das lideranças do acampamento, a necessidade de diminuir o número de famílias para que pudessem organizar-se, então dividiram a área em pequenas glebas.

O Pré-Assentamento Emiliano Zapata atualmente, conforme dados dos diagnósticos do ano de 2008, está composto por 58 famílias organizadas em 6 núcleos: Canudos com 9 famílias, Chico Mendes com 10 famílias, Florestan Fernandes com 9 famílias, Zumbi dos Palmares com 8 famílias, Oziel Alves com 8 famílias e Mario Lago com 14 famílias. Há pessoas de todas as faixas etárias, mas predominam as em idade produtiva e em idade escolar. A maioria dos adultos cursaram as primeiras séries do ensino fundamental e a maior parte dos jovens e crianças, apesar dos obstáculos com transportes, estão cursando os ensinos superior, médio e fundamental.

Desde o início os acampados estavam organizados em núcleos com um determinado número de famílias cada um, sendo que cada núcleo define um coordenador

⁹ Darci Maschio, MST/RS, em entrevista sobre a história do MST, realizada em 1997.

e uma coordenadora, os quais compõem a coordenação do acampamento, conforme a estrutura organizativa do MST. Cada núcleo também define quem irá compor os seus distintos setores, de modo que se constrói um processo de direção onde pretende-se que todos participem.

As 58 famílias, agora alocadas em lotes individuais, reorganizaram uma associação para que, além de expressar seus ideais e os ideais do MST, o excedente de suas produções de consumo fosse comercializada através dessa entidade e para que assim, as sobras em dinheiro pudessem ser divididas de maneira proporcional à todos.

3.2 – O trabalho da IESol e a ATERRA como alternativa de Economia Solidária

A proposta da agricultura ecológica trás como um fator de extrema importância a diversificação de cultivos, associação de atividades (como produção hortaliças e criação de pequenos animais), o que vem de encontro a possibilidade de organizar a Economia Solidária.

O trabalho de extensão exercido pela IESol sempre pretendeu ser muito abrangente, e antes mesmo de obter qualquer tipo de financiamento público ou recurso financeiro privado para desenvolver suas atividades, já as havia iniciado com a Comunidade Emiliano Zapata, considerando a ATERRA um empreendimento solidário. Esse trabalho se mostrou e ainda se mostra um grande desafio.

A IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários, corresponde a um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Foi criado em setembro de 2005, com intuito de fomentar, organizar e consolidar empreendimentos solidários, promovendo nos grupos de trabalhadores incubados os princípios da Economia Solidária. Os objetivos principais são a autogestão, a geração de trabalho e renda, a organização baseada no associativismo e cooperativismo, a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.¹⁰

Além disso, busca-se a integração destes princípios e objetivos às políticas públicas de desenvolvimento local, regional e de segurança alimentar. Para efetivar esses objetivos, a IESol se propôs a ser inter e multidisciplinar integrando diferentes áreas de conhecimento em atividades de pesquisa e extensão. Visa ainda oferecer assessorias aos grupos inseridos no mercado formal ou que estão em situação de informalidade, através

¹⁰ Disponível em: www.uepg.br/iesol

da relação com diferentes atores sociais e políticos.

Os sujeitos sociais envolvidos no programa são incentivados a se organizarem em cooperativas, associações, clubes de trocas, feiras solidárias, empresas autogestionárias formadas por trabalhadores desempregados ou por aqueles que trabalham em condições precárias ou mesmo em situação de risco, prioritariamente oriundos das classes mais empobrecidas da região dos Campos Gerais. O programa divide-se em três áreas temáticas de atuação: assentamentos, quilombolas e outras comunidades rurais; artesanato; e meio-ambiente e reciclagem.

O programa, atualmente, recebe recursos financeiros oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, relativos ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, e da Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná - SETI, relacionados ao Programa de Extensão Universidade sem Fronteiras - USF.¹¹

Os projetos referem-se a diversas ações relacionadas à inclusão digital, à agroecologia, confecção têxtil e de madeira, pecuária, agricultura familiar e educação básica. Envolvem agricultores, costureiras, artesãos, recicladores e egressos do sistema prisional, entre outros sujeitos sociais.

Através de sua ação o Programa de Extensão IESol, busca articular e aproximar a universidade das comunidades, colocando a disposição dos empreendimentos incubados os conhecimentos produzidos na academia, mas considera-se de fundamental importância, as possibilidades de apreender e compreender os conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores durante a vida, numa relação de troca de saberes e experiências entre professores, servidores, alunos e trabalhadores.

A IESol, desde a sua implementação faz parte das atividades principais da extensão universitária da UEPG, sendo o primeiro Programa de Extensão a ser criado na Universidade. Assim, desde o seu início, inúmeras demandas chegaram até a Incubadora, através dos professores envolvidos, de alunos de graduação e pós-graduação e também pela comunidade.

O MST sempre incentivou seus membros a estudarem, e nas instituições de ensino superior, é constante a presença de pessoas do Movimento, seus dirigentes acompanham, até mesmo pelas obrigações militantes e diretivas, quase todos os movimentos e ações do setor público que possam trazer aos acampamentos, pré-

¹¹ Convênio: 011/2008 SESAN e Convênios: 364/2008 e 401/2008 - SETI-UEPG

assentamentos e assentamentos, possibilidades de melhorias, assessorias técnicas e educacionais. Dessa maneira, representantes da Comunidade Emiliano Zapata, trouxeram à IESol, as demandas do pré-assentamento e da sua Associação.

Tendo como diretrizes os objetivos gerais da IESol, iniciou-se em Maio de 2007, um diagnóstico preliminar, para obter uma visão geral da ATERRA, e identificar as demandas que aqueles trabalhadores e trabalhadoras tinham. A primeira impressão foi a de que, a despeito das aspirações da comunidade e do discurso das lideranças, as vezes replicados, as vezes criticados, não havia indícios de trabalho coletivo e solidário.

Assim, a primeira equipe de trabalho, a partir de Junho de 2007, fez um planejamento, onde a abordagem seria iniciada através de mobilizações, autorizadas pelas lideranças, por todos os núcleos de famílias, para a realização de oficinas pedagógicas, para as quais foram elaborados conteúdos sobre associativismo, cooperativismo, auto-gestão, história social do trabalho, as diferenças entre solidariedade e caridade, a união como catalizadora para a resistência e luta por direitos, cidadania, democracia, tolerância, diversidade e convivência. As oficinas foram executadas semanalmente, o dia da semana que os trabalhos poderiam ser desenvolvidos sem onerar as atividades agrárias da comunidade, foi o sábado no período da tarde, e regularmente a cada sábado, foi trabalhado um dos temas relacionados.

Esses conteúdos foram escolhidos devido as grandes diferenças e distanciamentos entre os pré-assentados, e foram apresentados utilizando-se de diferentes recursos e métodos, tais como: filmes, musicas, textos e dinâmicas de grupo. Os métodos tendiam a aproximar a equipe extensionista dos trabalhadores e trabalhadoras, criando laços de confiança e amizade.

Porém, a frequência dos pré-assentados desde o início, foi pequena apesar dos esforços da equipe em motivar e mobilizar as pessoas. Mesmo assim os laços de confiança se mantinham, e outras demandas surgiam, até mesmo por que a comunidade tinha um enorme número de carências, porém, infelizmente a maioria delas, naquele momento não podiam ser atendidas pela IESol, que não tinha como intervir em necessidades de infraestrutura e nem podia, se envolver em questões políticas do MST, como de fato não se envolve.

O trabalho de suporte, organização e consolidação do empreendimento solidário com a ATERRA, tem se mostrado um constante desafio, que se traduz no debate dos diversos olhares sobre associativismo, cooperativismo, coletivismo e colaboração solidária, pois, a característica peculiar do pré-assentamento, lotes familiares individuais,

a resistência para a participação nas oficinas de formação e em grande medida, a reprodução do pensamento individualista, se revelam barreiras a serem superadas.

Houve também alguma resistência por parte de algumas pessoas, lideranças locais, em incentivar as famílias a participarem das oficinas, provavelmente devido a questões referentes aos conteúdos que davam importância a crítica e a reivindicação na participação das decisões, a horizontalidade e não hierarquização do trabalho. Princípios da Economia Solidária.

Ao final do ano de 2007, um Edital do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, abria a oportunidade para as Incubadoras de Cooperativas Populares, escreverem e concorrerem a um financiamento visando as suas consolidações, através do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras Populares, incluindo no Plano de Trabalho, as metas e atividades com os grupos incubados. A IESol participou do Edital, incluindo a ATERRA entre os 8 empreendimentos incubados naquele momento. Porém, em 2008 o MDA transferiu a coordenação para o MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, incluindo-o na divisão de Agricultura Urbana e Peri-urbana, cujos procedimentos e ajustes do Ministério ocorreram durante quase todo ano, e em Novembro o Convênio 011/2008-SESAN, foi efetuado entre a UEPG-IESOL e o MDS, com esse convênio pudemos então aumentar a equipe de trabalho junto a Comunidade Emiliano Zapata, através da contratação de um técnico e três bolsistas de graduação, e planejar as melhorias de espaço físico, aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de consumo para a consolidação da IESol.

Também, enquanto os procedimentos do MDS aconteciam, em Julho de 2008, a SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do estado do Paraná, disponibilizou um Edital, dentro do Programa Universidade Sem Fronteiras, esse programa teve suas primeiras ações em 2007, e através de sub-programas (Editais), abriu um grande leque de possibilidades e o sub-programa Extensão Tecnológica e Empresarial, referente ao Edital mencionado, e que entre os seus objetivos, incluía o estímulo à cooperação entre pesquisadores, instituições de pesquisa e micro e pequenos empreendimentos, organizações sociais e cooperativas.

A Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná estabeleceu como um dos seus eixos principais, o estímulo à descentralização do desenvolvimento econômico e social como mecanismo de diminuição das desigualdades regionais e desenvolvimento sustentado. Uma preocupação importante para a efetividade de políticas públicas de desconcentração espacial de atividades econômicas, está relacionada com a dificuldade de acesso a desenvolvimentos tecnológicos e de gestão, por parte dos micro e

pequenos empreendimentos. (SETI-CHAMADA 7/2008)

Assim, a IESol inscreveu um projeto específico para a ATERRA, com objetivos distintos, inclusive no que se referia aos problemas e barreiras encontradas durante os trabalhos iniciais, para tanto, construiu-se um conjunto de ações, tanto de formações como de implementação de inovações tecnológicas que pudessem agregar valor a produtos de origem agroecológica e consequentemente gerar trabalho cooperativo e renda.

O Projeto foi denominado: Economia Solidária e Desenvolvimento Local no Pré-Assentamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa, Pr: Hortas Comunitárias e Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos, cujo objetivo geral é o seguinte: Contribuir para a formação, constituição e consolidação do empreendimento solidário da ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária do Pré-assentamento Emiliano Zapata, capacitando-o para a implementação de Hortas Comunitárias e uma Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos, com a finalidade de geração de trabalho e renda baseados nos princípios do associativismo e do cooperativismo ligados à economia solidária com vistas a sustentabilidade local e qualidade de vida.

...as instituições de ensino superior e os institutos de pesquisa, são fonte importante de geração de conhecimentos que permitem, quando aplicados nos diferentes setores de atividades econômicas, ganhos de qualidade e produtividade. No entanto, ao longo de sua história, essas instituições têm enfrentado dificuldades de articulação com o setor econômico. A inexistência de mecanismos de integração sistematizados e mais abrangentes, torna as ações tentadas nessa direção, pouco eficazes e de baixo alcance em termos de geração de emprego e renda, em especial nas regiões de menor IDH do Estado e nas periferias dos grandes centros. Essas iniciativas se caracterizam também, por se voltarem na busca de soluções de problemas muito específicos, de escopo restrito, na maioria das vezes, a uma única área de conhecimento, carecendo de abordagens multidisciplinares que podem contribuir com maior eficácia nessa questão. (SETI-CHAMADA 7/2008)

O projeto tem como proposta, pois ainda se encontra em andamento, levar a inovação tecnológica com a implementação da Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos, a formação educacional e técnica, tanto em Economia Solidária quanto na produção de hortaliças e o processamento das mesmas para agregar valor ao produto. Na mesma perspectiva, continuar as assessorias técnicas, administrativas e jurídicas da IESol, aproximando esse diálogo com as necessidades e expectativas dos pré-

assentados, cujos dados já haviam sido colhidos através de diagnósticos e dos trabalhos desenvolvidos anteriormente, e dessa maneira, promover em conjunto com os trabalhadores e trabalhadoras, associados da ATERRA, atividades que busquem melhorar suas condições de vida, alimentares, de produção e de geração de renda, com a pretensão de causar mudanças importantes nas práticas e interações sociais e impacto nas relações de trabalho.

Dessa maneira, a implementação do projeto e seu possível sucesso, podem trazer mudanças no que se refere ao trabalho cooperativo, tendo em vista que a implantação da horta piloto em uma área de uso comum, que favorece o trabalho coletivo, e juntamente com as formações em Economia Solidária e de sistemas de auto-gestão, já revelam algumas mudanças, tanto no pensamento e práticas individualistas, como nos sentimentos de insegurança, indicando possibilidades da ATERRA, apesar da sua prática diretiva, ter características de empreendimento solitário, dentro dos princípios e ideais da Economia Popular e Solidária.

O destaque dado ao Projeto USF-IESol, Economia Solidária e Desenvolvimento Local no Pré-Assentamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa, Pr: Hortas Comunitárias e Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos, neste capítulo, é que ele contribuí fundamentalmente para o relacionamento estabelecido no desenvolvimento da pesquisa e nas observações necessárias, bem como para a análise final da pesquisa.

3.3 - A organização da ATERRA

Apesar das famílias ocuparem a área da Embrapa há quase 7 anos e as negociações com essa Empresa terem resultado na ocupação de uma área de 660 hectares, a comunidade ainda está semi-acampada, pois as habitações evoluíram pouco, de barracos de lona plástica para casa de madeira rústica, telhado frágil e chão-batido, sem divisões internas e com sanitário fora da habitação. Não há nenhum tipo de infraestrutura, como água encanada, rede de saneamento ou energia elétrica.

Entretanto, no local tomado como sede dentro da área designada e próximo a Rodovia do Talco, existe algum tipo de saneamento através de fossa e energia elétrica. Foram construídos nesse local, um refeitório coletivo, onde a água está encanada, vinda de caixa-d'água, a qual recebe o fornecimento de um poço que contém uma bomba elétrica, e uma sala que abriga a rádio comunitária.

Dessa maneira, a comunidade é ainda considerada um pré-assentamento, e também porque a situação das terras ainda não foi regularizada junto ao INCRA, sendo necessário realizar um georeferenciamento para que ocorra a divisão correta das terras em lotes, opção feita por essa comunidade e suas lideranças.

Como já destacado, as famílias estão divididas em núcleos, que levam nomes de personalidades de âmbito nacional e local, as quais com isso são simbolicamente homenageadas. Os núcleos contêm os lotes de cada família, nos quais cultivam a terra com produtos agroecológicos, onde buscaram e conseguiram a necessária certificação. Porém, tem ainda muito pouco do seu planejamento para a produção, sistematizado e organizado.

A ATERRA, Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, nome dado a entidade, cuja história de fundação é anterior a ocupação da área da EMBRAPA, conforme os dados que constam na sua Ata de Fundação.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dois, nesta Cidade de Ponta Grossa, na rua Colômbia, número quarenta e nove, Bairro da Ronda, às dezoito horas, foi realizada a Assembleia de Fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária – ATERRA. (ATA DE FUNDAÇÃO, 2004)

Conforme seus Estatutos Sociais a Entidade tem por princípios destacados no seu artigo terceiro: “Lutar pela reforma agrária, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica; Reger-se pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão de seus associados; Manter relações de cooperação com as entidades representativas dos movimentos populares para a concretização da solidariedade social; Colaborar e defender a solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo; Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social e pelos direitos fundamentais do homem”. (ESTATUTOS SOCIAIS, 2005)

No seu artigo quarto, as finalidades: “Promover a radiodifusão comunitária; Proteger o meio-ambiente e os patrimônios artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; Defender os interesses dos consumidores; Colaborar como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com sua área de atuação; Lutar pela implantação de uma reforma agrária e urbana que contemple uma

política habitacional, ambiental, salarial, educacional, cultural, agrária, de saúde e econômica voltada aos interesses das classes trabalhadoras; Constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais e de recreação; Propor Ação Civil Pública e mandato de segurança coletivo; Facilitar e fomentar as relações de comércio de seus integrantes e intermediar a compra e venda entre seus associados e terceiros de produtos agropecuários; Racionalizar as atividades que venham a desenvolver formas de cooperação que ajudem na produção, comercialização e agro-industrialização.”(ESTATUTOS SOCIAIS, 2005)

Ao organizar juridicamente uma entidade pensou-se em abranger muito mais do que organizar a produção e a comercialização. Mesmo tendo isso como finalidade, pois, a proximidade de um grande centro urbano, localiza-se a apenas 12 Km da Cidade de Ponta Grossa, e pela grande demanda por produtos agroecológicos, era naquela época, e ainda é, possível organizarem-se para gerar uma alternativa de renda apropriada, podendo assim, trazer qualidade de vida para as famílias.

A fundação da ATERRA, se deu conforme as diretrizes do MST, que através de seus princípios centrais tenta organizar os seus trabalhadores e trabalhadoras em Associações e Cooperativas, tendo em vista que é vital para o sucesso de um assentamento, a sua organização, que quanto maior e melhor for, maior as possibilidades desse sucesso.

Nos assentamentos onde existe maior organização, foi garantido um melhor acesso as políticas públicas sociais e produtivas. Do mesmo modo, assentamentos analisados, onde havia falta de organização política, resultou em baixa capacidade de interlocução com os diversos órgãos públicos, bem como falta de organização produtiva, que poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e potencialização dos sistemas produtivos. Ou seja, a organização de um assentamento é fator de vital importância. É através da organização que pressiona-se o governo para as demandas do assentamento, com a finalidade de torná-lo viável. (FAO/INCRA, 1998, p. 23)

A fundação da ATERRA ocorreu como um primeiro indicativo de que aquelas famílias precisavam de um meio de inserir-se, não apenas economicamente através da produção agrária, mas também dentro da estrutura administrativa do MST, para poder ter acesso a algum tipo de renda nesse início.

Com a organização da ATERRA, formou-se uma parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Companhia Nacional de

Abastecimento – CONAB, que tem como finalidade o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Onde a CONAB faz a aquisição, comprando os alimentos produzidos pelos Agricultores Familiares e os doa a instituições governamentais que atendam as populações que se enquadrem na categoria mencionada. Assim, existe a chamada CPR-DOAÇÃO – Cédula de Produto Rural, dentro do que se denomina Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. Conforme o artigo 19 da Lei 10.696 de 02 de Julho de 2003, Decreto número 5.873, de 15 de agosto de 2006 e Resoluções do grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Os beneficiários fornecedores, ou sejam, os trabalhadores e trabalhadoras rurais da Comunidade Emiliano Zapata, associados na ATERRA, estão enquadrados pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, definidos de acordo com a Portaria MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, número 111, de 20 de Novembro de 2003, que obriga esses beneficiários estarem organizados em associações ou cooperativas.

O funcionamento dessa parceria é interessante para os beneficiários fornecedores, pois a compra é feita com antecipação de recursos para posterior fornecimento, ou seja, o pagamento é feito adiantado e o fornecedor se compromete a produzir e entregar a produção até uma determinada data, referente ao valor do recurso antecipado. A entrega, garante ao fornecedor uma re-edição do acordo para a safra seguinte.

Como exemplo, apresenta-se os dados referentes a Cédula de Produto Rural – CPR ESPECIAL, número 41.1.0225, cujo valor total da CPR-Doação foi de R\$ 221.480,35 (Duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos), cujo período foi de 03 de Outubro de 2007 à 30 de Novembro de 2008, data em que a produção comprada antecipadamente deveria ser entregue, e de fato foi.

Nessa CPR, a ATERRA, se comprometeu, através de diversos itens contratuais, além da entrega dos produtos, classificá-los, pesá-los ou mensura-los de acordo com os padrões da vigilância sanitária, permitindo-se pela CONAB, ajustes conforme a variação de qualidade e quantidade, substituição de produtos e resultado de aplicações financeiras. A quitação da Cédula, ou seja, a finalização da operação e sendo o pagamento efetuado considerado, só ocorreu mediante a entrega da totalidade dos produtos e a apresentação do Termo de Recebimento e Aceitabilidade, emitido pela CONAB, Nota Fiscal de Venda e uma relação dos produtores e suas respectivas quantidades entregues. A garantia da Empresa Pública compradora foi feita através de

Nota Promissória no valor correspondente a 103% do valor da operação, com prazo de validade de até 60 dias após a data de vencimento da CPR-Doação. (CPR ESPECIAL, 2007)

Dessa maneira, como resultado da CPR ESPECIAL 41.1.0225, cada uma das 58 famílias, teve como renda por 14 catorze meses, um total de R\$ 3.818,63 (três mil, oitocentos e dezoito reais e sessenta e três centavos), que divididos mensalmente perfaz um valor de R\$ 272,76 (Duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos). (CPR ESPECIAL, 2007)

Por esse exemplo, ficam esclarecidas as condições precárias em que vivem as pessoas da Comunidade Emiliano Zapata, e por que sua luta é tão importante. Existem, é claro, algumas possibilidades para além da parceria, como a venda do feijão crioulo e da produção de pão e queijo, mas nem todas as famílias os produzem, e a renda advinda desses não é rateada com todos. E constata-se que, infelizmente, a única renda oficial da ATERRA, por família, era inferior ao salário mínimo da época.

Esses fatos, que são parte do grande numero de dificuldades e desafios, foram apontados e observados durante o nosso trabalho de extensão, e consideramos que esse trabalho, terá sempre, como um dos objetivos principais, ampliar os ganhos e também fazer a aproximação com o trabalho coletivo em área comum à todos.

A pesquisa apontou como resultado, três grandes fatores que influenciam diretamente na organização da ATERRA como um empreendimento solidário, e que dificultam seu estabelecimento pleno dentro dos princípios da economia solidária.

O primeiro fator é a falta de titularidade da área.

Para além dos problemas oriundos da gênese do acampamento e posterior pré-assentamento, persiste ainda a não regularização da área pelo INCRA, e por esse motivo a entidade não reúne as condições para a transformação, ou mesmo de a comunidade criar uma nova entidade que seria então, a CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária, do Assentamento Emiliano Zapata, fazendo a transição de associação para cooperativa.

A demora na regularização, é um dos fatores que contribui para os problemas de consolidação não apenas do empreendimento, mas também do grupo, pois a falta de recursos e investimentos é constante, mesmo com a implementação pontual de políticas públicas de governo. O fato de ainda permanecer como pré-assentamento e não haver titularidade da terra impede procedimentos simples como a Nota Fiscal do Produtor, pois

os trabalhadores e trabalhadoras não podem comprovar a sua propriedade, e o órgão responsável, funciona na prefeitura da cidade de Ponta Grossa, onde ainda consta o registro da área como de propriedade da EMBRAPA, que assim, ainda é de direito, proprietária da área, mesmo após quase sete anos de ocupação de fato pelas famílias da Comunidade Emiliano Zapata.

A organização da ATERRA, suas práticas e ações, sofrem influências diretas da falta da titularidade, trazendo incertezas e inseguranças, o que não favorece a união ampliada, quando se refere a articulação para o desenvolvimento de atividades coletivas, pois esse fator, faz com que os instintos de sobrevivência individuais se sobressaiam, numa postura ilusória de que sozinhos podem conseguir melhor resultado do que confiar na coletividade.

O segundo fator é a contradição entre o MST e a ATERRA.

A pesquisa revelou que, a diretoria da ATERRA, tem pouco poder de ação, tendo sua autonomia reduzida com a intervenção constante dos dirigentes do MST que coordenam o pré-assentamento. As assembleias gerais são em número muito reduzido, conforme os Estatutos Sociais. São convocadas pela diretoria, prevendo uma Assembleia Geral Ordinária anual para prestação de contas, previsão orçamentária, aprovação de relatório de atividade e planejamento anual da ATERRA, e a cada três anos para eleição de nova diretoria.

As assembleias extraordinárias, podem ser estabelecidas com apenas 51% dos associados. Assim, muitas das decisões da ATERRA são de interesse, principalmente, dos dirigentes do Movimento e que por algumas vezes não coincidem com os interesses de toda a comunidade.

Isso torna a ATERRA, internamente, meramente uma entidade política, onde é posto em debate, principalmente as ações políticas do Movimento, é organizada a relação com a CONAB e feita a distribuição dos recursos advindos da parceria.

Esse fato também contribui para o afastamento dos trabalhadores e trabalhadoras do trabalho coletivo, necessário para a consolidação do empreendimento solidário, pois ao não se sentirem representados completamente, no sentido de produção coletiva, se conformam com a sua produção individual, transferindo para a ATERRA aquilo que foi pactuado com a CONAB, e assim transferem também, as responsabilidades de direção e decisão, para a coordenação do pré-assentamento. Essa transferência de

responsabilidades, se alia a postura de auto-preservação, já indicada no fato da não titularidade da área.

O terceiro fator é a contradição entre a postura individualista das famílias e a participação coletiva.

A principal característica do pré-assentamento, é a sua conformação em lotes individuais, o que não favorece o trabalho coletivo e solidário, como também a distância existente entre cada família não permite a construção ideal de capital social e tornam as relações, em certa medida, impessoais, mesmo todas as famílias sendo pertencentes a um mesmo movimento social, cuja finalidade é lutar por objetivos comuns.

A distância entre as habitações e a distância entre as famílias, que tem pouca articulação entre si, e também a falta de uma formação política-ideológica no que se refere a importância da participação coletiva, não favorece a construção de uma Cultura Solidária.

Falar em cultura solidária é falar em dificuldade. Isto porque nós vivemos em uma sociedade em que o que prevalece é a competição na maior parte dos casos e na multiplicidade das variadas formas de interações sociais. A ânsia individualista, efetivamente, domina a sociedade e, se ela, em determinados momentos, ajuda a que as pessoas possam se impulsionar para aprimorar suas habilidades, o que não deixa de ser muito interessante e importante, da mesma forma essa ânsia individualista acaba de alguma maneira, criando problemas para uma relação mais solidária. Por que? Porque ela acirra os antagonismos, ela acende as vaidades, ela cria obstáculos para a percepção do outro como coadjuvante no cenário da vida social. (OLIVEIRA; MELLO, 2005, p. 34)

A pesquisa revelou então, que a conformação em lotes familiares individuais, prejudica a percepção geral das famílias para a importância vital da união ampliada, e que, devido a falta de formação adequada, permanecem unidas através do MST e de sua direção, mas reproduzem o individualismo presente na sociedade contemporânea, e possivelmente essa é a origem da não participação, ou da falta de uma participação mais efetiva, no que se refere as questões gerais do pré-assentamento, aliado aos outros dois fatores, deixando então essas famílias, focadas apenas nos seus interesses individuais de sobrevivência, e em consequência, revela-se a falta de articulação, que determina a forma organizativa atual da ATERRA.

Essa questão, que nos parece fundamental, está ligada a alguns pressupostos filosóficos, que podem tentar explicar historicamente por que a participação ou a

precariedade dessa, toma contornos tão determinantes.

A análise da não participação efetiva das famílias nos processos decisórios da ATERRA, sua postura de auto-defesa e sobrevivência e a consequente desarticulação entre si, tem base, é claro, na ideia de que a reprodução do pensamento capitalista neoliberal, é uma das causas determinantes que geram esses fatores. Porém, a dialética marxista, por exemplo, pode lançar alguma luz sobre as contradições encontradas, não apenas na questão da participação, mas também em outras, tão importantes quanto, na organização e consolidação do empreendimento. O mundo material, é dialético, isto é, está em constante movimento, e historicamente as mudanças ocorrem em função das contradições surgidas a partir dos antagonismos das classes, ou no caso da Comunidade Emiliano Zapata, dos antagonismos entre os trabalhadores e trabalhadoras e os coordenadores do pré-assentamento, em determinadas situações durante os processos de reprodução social. Contudo, essa análise não é o foco principal da pesquisa, mas é um indicativo de que se poderá fazê-la com profundidade no futuro.

As relações fundamentais de toda sociedade humana, nesse contexto, são as relações de produção, que revelam a maneira pela qual os homens, a partir das condições naturais, usam as técnicas e se organizam por meio da divisão do trabalho social. As relações de produção correspondem a um certo estágio das forças produtivas, que consistem no conjunto formado pelo clima, água, solo, matérias-primas, máquinas, mão-de-obra e instrumentos de trabalho.

Nessa perspectiva, existe claramente na ATERRA, a carência de um trabalho de formação preparatório, onde então poderia ser construída uma Associação com todos os princípios necessários, esse trabalho deveria ter sido feito com rigor metodológico, porém, as condições nas quais foi constituído o pré-assentamento, e talvez a emergência de se ter uma entidade formalmente constituída para poder usufruir da parceria com a CONAB, tendo em vista ser essa a única possibilidade de renda naquele momento, possam ter impellido a coordenação do Movimento, a pular algumas etapas importantes, que certamente levariam a construção de uma coletividade mais coesa e participativa.

Também há de se levar em consideração que a cooptação de pessoas das mais variadas origens laborais e fragilidades econômicas e sociais, que estavam nas periferias das cidades e formaram fileiras na época da ocupação e no posterior acampamento, vendo nisso uma oportunidade para sair da precariedade em que viviam, também pode ter influenciado as decisões das lideranças quando da conformação espacial do pré-assentamento.

As ideias de trabalho coletivo e autogestão são de fato, uma nova concepção de sistema de trabalho que podemos considerar muito avançada e até mesmo ousada, tendo em vista o sistema de trabalho assalariado da economia tradicional que muitos pré-assentados vivenciaram até a ocupação e também na posterior organização. Esse sistema é sobejamente conhecido por ser excludente, e por sê-lo, leva a insegurança, ao medo do novo, já que as pessoas tem em sua experiência de vida, episódios decepcionantes e frustrantes, e muitos deles entraram para o Movimento simplesmente por não terem mais aonde ir.

A pesquisa teve então como resultado, a constatação dos três fatores principais, já descritos, que caracterizam a ATERRA, e que são também a causa de muitas das dificuldades enfrentadas pelos seus trabalhadores e trabalhadoras.

A Conformação Espacial, onde as famílias vivem em lotes individuais, e neles cultivam sua produção isoladamente, conferem as pessoas, equivocadamente, uma sensação de segurança, numa atitude de auto-defesa e de sobrevivência, e, não tendo o trabalho coletivo como perspectiva principal, não favoreceu naquele momento, e hoje também não favorece, a prática do trabalho cooperativo, da articulação coletiva, a percepção da necessidade de união ampliada e nem a participação efetiva nas decisões da ATERRA, seja ela representativa ou direta, e também, a falta da titularidade enfatiza o sentimento de insegurança.

Então parece claro que a força da economia e da cultura solidárias repousa no fato de que cada um precisa estar interiormente convencido de que é ali, daquele jeito, daquela forma que a pessoa sente que sua vida tem sentido. Não se trata simplesmente – e esse é um ponto importante no entrecruzamento da economia e cultura solidárias – de que se encontre uma saída individual para este ou aquele ser humano. Por que tanto a economia quanto a cultura solidárias, ambas não se realizam individualmente, elas só se realizam através de uma adesão sincera e coletiva. Sem a coletividade, ninguém pratica nem economia e nem cultura solidárias. (OLIVEIRA; MELLO 2005, p. 37)

A ATERRA tem efetuado, como já mencionado, apenas a venda da produção, através da parceria com a CONAB, e a repartição das sobras, mas ainda não tem atraído os trabalhadores e trabalhadoras para a produção em colaboração solidária. Isso ocorre, entre outros fatores já descritos, por que é uma característica própria das lideranças locais e da estrutura verticalizada do MST.

Porém, nas observações mais recentes, e também através do trabalho de extensão

universitária, a ideia de um formato de assentamento em agrovila, começa a ser discutido, e a concretização disso, poderia facilitar não somente o princípio da cooperação solidária e das condições estruturais para energia elétrica e saneamento básico, mas também para estabelecer condições que habilitarão o pré-assentamento, após a regularização da área pelo INCRA, a receber os benefícios desse órgão com relação a construção de moradias dignas.

A agrovila também poderá favorecer novas relações e interações, necessárias à articulação da comunidade, a percepção da importância da coletividade e consequentemente uma participação mais efetiva nas decisões tomadas pela ATERRA, criando então, as funções inerentes de uma associação de produção coletiva.

A partir do momento que os trabalhadores sem-terra forem organizando-se, a cooperação agrícola tornou-se a principal ferramenta dos assentamentos de reforma agrária do MST. A cooperação pode iniciar com as formas mais simples, tais como: mutirão, troca de serviços, de insumos, grupos de trabalho coletivo, semi-coletivos, e associações prestadoras de serviços e ir evoluindo aos poucos, em direção às formas mais desenvolvidas de cooperação, como as Cooperativas de Prestação de Serviços – CPS, as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços – CPPS, as Cooperativas de Crédito e as Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA. A prática vem mostrando que as CPAs permitem as melhores condições para o avanço da consciência política, para a liberação dos militantes, para a disponibilidade de recursos para a luta. Por isso, as CPAs continuam sendo uma forma estratégica que deve ser perseguida por todos com tenacidade. (COMCRAB, 1998, p. 28)

É necessário ressaltar, que as constatações feitas, não sugerem conflitos incontornáveis, tampouco desavenças entre a comunidade e os dirigentes do pré-assentamento e do Movimento, e sim, demonstra que as posturas e práticas atuais, divergem tanto dos princípios do MST, quanto dos princípios da economia solidária, desvelando assim suas contradições que não favorecem, nesse momento, a consolidação do empreendimento solidário da ATERRA.

Essa consolidação está em processo de desenvolvimento, e o trabalho de extensão universitária, através dos projetos executados pela IESol e suas práticas, podem incentivar as mudanças necessárias para a construção de novos paradigmas. Nesse sentido o presente trabalho também afirma, que a ATERRA, mesmo apresentando essas características, tem grandes possibilidades de se transformar numa Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA, à médio e longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se utilizou da técnica da Pesquisa Ação, e essa escolha foi muito apropriada para a construção do trabalho, foi fundamental para que se pudesse verificar todas as características, práticas, comportamentos e posturas, que desvelaram um problema legal importante e duas contradições principais, que diretamente influenciam na efetivação do empreendimento solidário da ATERRA, e o veículo utilizado pela técnica foi o trabalho de extensão universitária.

É fato que o meio rural apresenta-se complexo e dinâmico e a ação dos profissionais extensionistas não pode ficar restrita apenas ao que se refere as condições econômicas, tampouco, somente as necessidades técnicas para o plantio e acompanhamento. O sucesso ou não dos empreendimentos de Economia Solidária, depende de inúmeros fatores que estão colocados num terreno de disputas e conflitos, e por isso representam sempre desafios a serem enfrentados e dificuldades a serem superadas.

A necessidade de um olhar amplo, que envolva diversos conhecimentos de áreas diferentes é fundamental para atingir objetivos que transcendem as necessidades pontuais, embora, resolve-las, seja o primeiro grande passo na direção da construção de uma alternativa de desenvolvimento local e regional.

Para além do campo, as reflexões que devem ser feitas a respeito das propostas de alternativas para a implementação de matrizes de desenvolvimento, precisa-se levar em consideração, e com muita importância, as práticas de economia solidária, porque essas realmente levam ao enfrentamento às constantes crises capitalistas, e no que diz respeito ao conhecimento de novas práticas ideologicamente orientadas, que podem desencadear o despertar do pensamento crítico e a questionarem-se os paradigmas vigentes da economia tradicional, das relações de trabalho, de produção e de trocas econômicas. E em muitos casos, o sucesso econômico, as mudanças significativas na qualidade de vida das pessoas envolvidas, é evidente.

A organização da ATERRA passa por um momento de transição e adaptação, e o fato que, entre outros, carrega uma importância fundamental, é a falta da regulamentação

da área ocupada, ou seja, a sua titularidade legal. Pois, a atual situação influencia muito a perspectiva da Associação no que se refere ao trabalho coletivo advindos dos princípios da Economia Solidária.

A falta da regulamentação da área, para a criação do Assentamento, pelo INCRA, favorece a continuidade das práticas dos trabalhadores e trabalhadoras dentro de seus lotes individuais, por um lado, por reproduzir o pensamento capitalista neo-liberal, no qual a maioria desses assentados viveu a maior parte de suas vidas cotidianamente, e por outro lado, as contradições existentes nas suas relações, entre si, com a ATERRA e com os dirigentes do Movimento que coordenam o pré-assentamento. Isso se soma a carência de recursos e a incerteza, ainda, de que seu empenho para a formação de uma possível agrovila, possa ser frustrado com um despejo, improvável pelo tempo de ocupação e do atual estágio das negociações, mas ainda possível juridicamente.

A situação de carências financeiras e o isolamento reforça o espírito individualista de sobrevivência, e, ao que as observações forçam a percepção, aparece também, em alguma medida, o descrédito nas ações das lideranças, no sentido da melhoria das suas condições pessoais. Esse descrédito porém, não faz com que a autoridade das lideranças não seja respeitada, ao contrário, no que se refere as ações políticas conjuntas do MST, os pré-assentados permanecem leais, mas tem-se claro que, para muitos deles, essa autoridade, no âmbito da organização da vida cotidiana, carece de alguma legitimidade. Esse portanto, é outro fator que influencia negativamente nas ações relacionadas ao trabalho coletivo e cooperativo, fundamentais para a Economia Solidária.

Esses fatos, novamente, ressaltam que, as contradições que se estabelecem na relação dos pré-assentados entre si, entre eles e a coordenação e entre todos e o sistema de trabalho proposto pela economia solidária, consequentemente, traz as já conhecidas dificuldades para estabelecê-la pela prática, na ATERRA e nas suas outras relações sociais.

A iniciativa do Projeto USF executado pela IESol, abre uma grande possibilidade para despertar todos os pré-assentados para uma mudança geral, uma ruptura com o pensamento capitalista neo-liberal, com o individualismo, onde o papel da ATERRA será o de ocupar de fato os novos espaços criados, colocando em prática os princípios da economia solidária.

Isso possivelmente se dará a medida em que sejam constatadas, pelos

trabalhadores e trabalhadoras, algumas conquistas fundamentais, como a geração de renda advinda do trabalho coletivo, e esse tendo como princípio a ajuda mútua, pode e deve levar a ampliação desse princípio para outras áreas das suas vidas cotidianas.

Portanto, aquelas premissas impostas e que originaram a construção de comportamentos de defesa e de sobrevivência, ou seja, as posturas contraditórias, sejam substituídas por outras posturas necessárias ao processo de desenvolvimento e consolidação do seu empreendimento e da proposta geral da economia solidária.

Outro viés que favorece a consolidação do empreendimento solidário, se dá através da transição da agricultura convencional para a agroecológica, e gradativamente, a confirmação de que se está construindo um novo paradigma na Comunidade Emiliano Zapata, que coloca-se em contrário a maximização da produção a qualquer custo em busca do lucro, oriundas de uma visão onde a ganância e a individualidade imperam. Nesse sentido, a agroecologia se propõe a máxima produção, levando em consideração a visão holística dos princípios ecológicos e da qualidade de vida, numa nova relação homem-natureza.

O fato de poder construir algo coletivamente, e que vem ao encontro de vários princípios originais do MST, como é o caso do cultivo de hortaliças agroecológicas, também mostra-se catalizador para novas atitudes e práticas.

Constata-se que, a criação da Horta Piloto, já mostra resultados no que se refere a quebra das práticas individualistas, embora nem todos os trabalhadores e trabalhadoras estejam participando, e os que efetivamente participam, tem demonstrado apreciar e a acreditar na alternativa proposta, interferindo já, na vida de toda a Comunidade. E a conquista dessas novas práticas podem incentivar a apropriação das mesmas pelo restante da Comunidade, como também por toda a Região, tendo em vista a proximidade de muitas comunidades de assentamentos do MST, com a Comunidade Emiliano Zapata.

O trabalho de formação feito pela IESol em associativismo, cooperativismo e colaboração solidária, através do PRONINC e aliado ao trabalho coletivo do Projeto USF, pode agora se mostrar mais eficaz com a ATERRA, mesmo que ainda não tenha a participação todos os pré-assentados, pois, engloba prática e teoria, apontando para viabilidade plena da proposta de empreendimento solidário.

Os trabalhadores e trabalhadoras participantes da Horta Comunitária, já tendem a considerar a proposta de criação de uma agrovila, começam a acreditar que esse pode

ser o caminho para a melhoria da estruturação do pré-assentamento, tendo em vista que todos os equipamentos coletivos necessários podem ser efetivados. A energia elétrica para todas as habitações, o saneamento básico e a coleta de lixo, tem seus custos minorados nessa conformação espacial. A implantação de uma escola e uma biblioteca que poderá ser utilizada por todos se torna viável, como também as mobilizações e reuniões necessárias a continuidade da luta do Movimento podem ser melhor articuladas, e é claro, a agrovila será nova, com a plausível ideia da eco-construção, entre outras possibilidades de construções sustentáveis e ecológicas, e com todas as condições necessárias a dignidade de uma moradia. Todas essas possibilidades, tem um peso importante e reforçam a luta pela regularização da área ocupada.

No decorrer da pesquisa, ficou evidente que a participação do Poder Público, através do financiamento de projetos e programas de desenvolvimento específicos, é essencial para a consolidação dos empreendimentos solidários, e particularmente para a Comunidade Emiliano Zapata e a ATERRA. E que, em grande medida, as parcerias entre prefeituras, governos estaduais, federal e universidades, têm levado a grandes avanços, pois, o investimento de dinheiro e estruturas públicas, bem como do trabalho profissional de professores, alunos e técnicos, conseguem atingir alguns objetivos primários, onde deve estar incluso como parte fundamental, as formações técnicas e educacionais, no sentido de construção de novos conhecimentos e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, é necessário que sejam criadas políticas públicas específicas para a economia solidária, para que essas não estejam mais subordinadas as legislações vigentes, que contemplam apenas as associações de cunho clubístico e social e as cooperativas que atuam na economia tradicional capitalista.

Até a finalização desse trabalho ainda estava no Senado Federal para ser votado, o substitutivo dos Projetos de Lei: PL 4622/04, PL 6265/05, PL 6449/05 e PL 7009/06, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, esse substitutivo reduz o limite mínimo para a formação de cooperativas de produção de 20 para 7 pessoas, entre outros mecanismos, o que poderá favorecer a transformação de pequenas associações de produção em cooperativas, parece ser um passo importante no que tange as políticas públicas para a Economia Solidária. Isso teria uma importância fundamental nas relações econômicas da ATERRA, pois esse substitutivo contém novas normas para a comercialização e tributação dos produtos, tendo em vista que os produtos oriundos da Horta Comunitária

serão comercializados no mercado tradicional, fora portanto, da parceria com a CONAB, cujas Notas Fiscais levam observações específicas para a efetivação das operações.

As possibilidades de consolidação de empreendimentos solidários, como a ATERRA, são muito grandes, e dessa maneira, poderão não correr mais o risco de serem vistas com formas de apropriação dos discursos neoliberais, de serem estigmatizadas como uma outra economia, de pobres para pobres, de serem a causa de uma “institucionalização da informalidade” e nem como políticas compensatórias. Nesse sentido, os Movimentos Sociais, como o MST, tem uma participação fundamental, mobilizando as organizações de empreendimentos solidários para pressionar os governos estadual e federal para a criação dessas políticas públicas, que entre outras ações, devem contemplar a seguridade social, o acesso facilitado ao crédito, a legalização da comercialização das associações de produção, e a redução do número limite de pessoas para a formação de cooperativas, que poderá ocorrer caso seja aprovado o já mencionado, substitutivo legal.

Outro fator importante que pode levar ao sucesso econômico e social dos empreendimentos solidários, enquanto alternativa de trabalho, renda e modo de vida, é a consolidação dos grupos, isto é, a construção de novas relações de confiança entre os associados e desses com os técnicos, educadores e agentes solidários. A comunidade envolvida precisa acreditar nos projetos e nas suas próprias capacidades, isso é essencial nesse sentido. O caminho percorrido até aqui, pela ATERRA, mesmo com todas as suas fragilidades, encontrou obstáculos e barreiras, porém, através dos projetos de extensão, parece estar agora com a direção correta, cujo o tempo e o trabalho podem mostrar os resultados idealizados e propostos.

Quanto maior a participação de todos, maiores são as possibilidades das conquistas, não apenas dentro do empreendimento solidário, o que já é um salto de qualidade de vida muito grande, mas também nas conquistas de direitos. A organização das pessoas em torno de objetivos comuns, como num empreendimento de produção solidária, em seu processo de construção e desenvolvimento, possibilita a construção também de novos hábitos de vida, novas relações pessoais, entre os associados e desses com a comunidade em que estão inseridos, e a ATERRA terá mais uma vez um papel fundamental nas conquistas da Comunidade Emiliano Zapata.

Assim, as novas relações sociais e também de trabalho, possibilitadas pelas mudanças das práticas da ATERRA, relativas a economia solidária, agregam-se às

estratégias de resistência e luta contra a exclusão econômica e social.

É necessário que exista a percepção de que, antes mesmo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra exista, existem as pessoas, as famílias. Homens, mulheres, jovens, idosos e crianças, e são essas pessoas que tentam alternativas de vida, não apenas para a sua sobrevivência, mas de direitos à cidadania e à democracia, e a economia solidária trás, em sua essência, essa real possibilidade, que transcende as utopias militantes, pois ela se comprova no dia a dia, é construída com conhecimento, com trabalho e com inteligência coletiva.

Essa pesquisa trás, além das constatações de resultado, reflexões que poderão contribuir na crítica profunda e responsável que se deve fazer para a tentativa de desenvolver empreendimentos solidários de sucesso, mostrando-se nas tentativas de organização da ATERRA, um exemplo de construção do processo, não apenas na melhoria das condições econômicas de trabalho e renda, mas na real transformação da qualidade de vida das pessoas, com a criação efetiva de uma proposta estratégica e alternativa de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOS, Suzana. **Ética e Utopia: Ensaio sobre Ernst Bloch**. 2a. Ed. Santa Cruz do Sul, RS: Editora da UNISC, 2006.

BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e re-significação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. 1a. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BRASIL, CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Cédula de Produto Rural – CPR ESPECIAL, número 41.1.0225**. 2007.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo, Expressão Popular, 3a. Ed, 2004.

CARVALHO, M.C.A.A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Polis, 1998.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas**. 5a. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo em Perspectiva, v. 15, número 4. São Paulo, Out/Dez. 2001.

CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola número 5, 2a Ed. 1998.

FAO/INCRA. **Principais fatores que afetam os assentamentos da Reforma Agrária no Brasil**. Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt *et alii*. Agosto/1998.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 3a. Ed. 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras**. Bahia, Análise & Dados. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro-RJ. Zahar Editores, 1978.

GLIESMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Oxford, England: Blackwell, 1990.

KNAPIK, Márcia Carneiro. Organizadora: **O trabalho humano: Das sociedades comunais ao modo de Produção Feudal**. Escola de formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária. Caderno 2. CEFURIA, Curitiba: 2004.

LIPIETZ, Alain. **Audácia: Uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.

MANCE, Euclides. **Palavras sobre economia solidária no Brasil**. Mídia da Paz, 2003.

MARX, Karl. **A origem do capital**. São Paulo: Centauro, abril de 2000.

MELLO, Sylvia Leser. Organizadora: **Economia Solidária e Autogestão: Encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **REFORMA AGRÁRIA: Por um Brasil sem latifúndio**. São Paulo: MST, 2000

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo – um horizonte possível**. In: Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. (J.A.P.Gediel, org.) Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005, p. 9 – 38.

NICOLADELI, L. Sandro; SILVA SCHLICHTA, Sergio da; SOUZA VILELA, Elieti; GOGOLA, Aloize. In: **Programa Paranaense de Economia Solidária – P. P. Economia Solidária**. Curitiba: SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, 2004, p. 7 – 49.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Para Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução: Editora Martin Claret. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, vol. 15, no. 43, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. **“Concepções de economia social e Os diferentes significados histórico-políticos da economia solidária**. In: Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. (J.A.P.Gediel, org.) Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005, p. 65 – 95.

PARANÁ, COMARCA DE PONTA GROSSA. CARTÓRIO DO 2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS. **Ata de Fundação da ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária**. Protocolo 1742, livro A 3, registro 044, 28 de Outubro de 2004.

PARANÁ, COMARCA DE PONTA GROSSA. CARTÓRIO DO 2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS. **Estatutos Sociais da ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária**. Protocolo 3310, livro A 5, registro averbado 044, 19 de Agosto de 2005.

PARANÁ, SETI-SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. **Chamada de Projetos número 7/2008, Programa Universidade Sem Fronteiras – Extensão Tecnológica Empresarial**. 2008.

PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. 37a. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

REVISTA DE HISTÓRIA, **A grande fuga**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, vol. 1. Julho 2005. p. 20-27.

RICUPERO, Bernardo. **Sete Lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 3. Ed. Florianópolis: USFC, 1989.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STÉDILE, João Pedro (Coord.), et al. **A questão Agrária Hoje**. 3a. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Manual de normatização bibliográfica para trabalhos científicos**. 3a. Ed, Ponta Grossa: UEPG, 2009.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 5. Ed, 1982.

APÊNDICE A – Ata de Fundação da ATERRA

Ata de Fundação da A T E R R A - Associação Dos Trabalhadores Rurais Da Reforma Agrária



Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dois, nesta cidade de Ponta Grossa, na Rua Colômbia, número quarenta e nove, Bairro da Ronda, às dezoito horas, foi realizado a Assembléia de Fundação da Associação Dos Trabalhadores Rurais Da Reforma Agrária - A T E R R A. Inicialmente foi apresentada a seguinte proposta de composição da Mesa Diretora dos Trabalhos: Célio Leandro Rodrigues, Presidente; e João Israel de Souza, Secretário, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em seguida o companheiro Daniel Alves, colocou em discussão o primeiro item da ordem do dia, ou seja: a) discussão e deliberação do projeto de fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, a partir de agora identificado pela sigla A T E R R A. Foi apresentada pela Mesa Diretora a proposta de fundação da A T E R R A, que foi aclamada pela unanimidade dos presentes. Em seguida foi colocado em discussão o segundo item da ordem do dia, ou seja: b) discussão e aprovação dos Estatutos Sociais da A T E R R A. Em seguida o companheiro Marcelo Ishimaru, fez a leitura da proposta de Estatutos Sociais apresentada pela Mesa Diretora, que foi aprovada, sem emendas, pela unanimidade dos presentes, cuja redação é a seguinte: "Associação Dos Trabalhadores Rurais Da Reforma Agrária. A T E R R A. Estatutos Sociais. Capítulo I. DA A T E R R A. Seção I. CONSTITUIÇÃO. Art. 1.º - A Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, com sede em Ponta Grossa, Pr., sito à Rua Colômbia, n.º 49, é uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. § Único - A Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, será denominada pela sigla A T E R R A. Art. 2.º - A A T E R R A ter personalidade distinta de seus associados as quais não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações financeiras contraídas pela A T E R R A e nem este por nenhum ato de qualquer de suas associados. Seção II. OS PRINCÍPIOS. Art. 3.º - São princípios da A T E R R A: lutar pela reforma agrária, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração onde impere a democracia política, social e econômica; reger-se pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão aos seus associados; manter relações de cooperação com as entidades representativas dos movimentos populares para a concretização da solidariedade social; colaborar e defender a solidariedade entre povos para concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo; lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito a justiça social e pelos direitos fundamentais do homem; Seção III. DAS FINALIDADES. Art. 4.º - São finalidades da A T E R R A: promover a radiodifusão comunitária; proteger o meio ambiente e patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; defender os interesses dos consumidores; colaborar como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com sua área de atuação; lutar pela implantação de uma reforma agrária e urbana que contemple uma política habitacional, ambiental, salarial, educacional, cultural, agrária, de saúde e econômica voltada aos interesses das classes trabalhadoras; constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais e de recreação; propor ação civil pública e mandato de segurança coletivo. Seção IV. DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO. Art. 5.º - São condições de funcionamento: a) observância das leis; b) gratuidade do exercício dos cargos eletivos; c) abstenção de práticas que incorram em vinculação político-partidária ou religiosa; Capítulo II. DOS ASSOCIADOS. Seção I. DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS. Art. 6.º - São direitos dos associados, que serão admitidos por indicação de qualquer integrante da Diretoria: a) utilizar as dependências da A T E R R A para atividades compreendidas neste estatuto; b) votar e ser votado nas eleições dos organismos e instância da A T E R R A, respeitadas as determinações destes estatutos; d) convocar Assembléia Geral conforme disposições destes estatutos; e) participar, com direito de voz e voto nas Assembléias Gerais; Seção II. DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS. Art. 7.º - São deveres das associados: a) pagar pontualmente a mensalidade, definida em assembléia específica; b) exigir o cumprimento dos objetivos e determinações destes estatutos e o respeito por parte da Diretoria s decisões da Assembléia Geral; c) zelar pelo patrimônio e serviços da A T E R R A, cuidando da sua correta aplicação; § único - No caso de descumprimento de qualquer disposição estatutário associado poderá ser excluído por decisão do Conselho Fiscal, cabendo recursos a Assembléia Geral. Capítulo III. DA ESTRUTURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO. DA A T E R R A. Seção I. DOS ÓRGÃOS DA A T E R R A. Art. 8.º - São órgãos da A T E R R A: Assembléia Geral; Diretoria; Conselho Fiscal; Seção III. DA ASSEMBLÉIA GERAL. Art. 9.º - As Assembléias Gerais serão soberanas em suas resoluções, respeitadas as determinações do Congresso e destes estatutos. § Primeiro - As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas pela Diretoria, para tratar dos seguintes assuntos: a) anualmente, para prestação de contas se previsão orçamentária; b) anualmente,

Diretoria e do Conselho Fiscal; § Segundo - As Assembleias Gerais Ordinárias obedecerão o quórum de 50% mais um dos associados em primeira convocação, e com qualquer número de presentes em segunda convocação. § Terceiro - Havendo recusa ou omissão da Diretoria para a convocação das Assembleias Gerais Ordinárias, elas serão convocadas por abaixo assinado contendo 40% das associados; § Quarto - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas por decisão da maioria da Diretoria ou por 50% dos associados, quando houver motivo que justifique, tratando apenas do assunto específico; § Quinto - As Assembleias Gerais serão convocadas por edital em jornal de grande circulação e veículo de comunicação próprio da ATERRA, garantindo-se que sejam informados todos os associados. Seção IV. DA DIRETORIA. Art. 10.º - A ATERRA será administrado por uma Diretoria composta por três membros, com as seguintes funções: a) Presidente; b) Secretário; c) Tesoureiro; Art. 11 - Compete a Diretoria: a) cumprir e fazer cumprir as deliberações do ATERRA em todas as suas instâncias; b) gerir o patrimônio social, garantindo a sua utilização para o cumprimento das deliberações dos associados; reunir-se em sessão ordinária uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que o Presidente ou maioria da Diretoria convocar; c) fazer organizar por contabilista legalmente habilitado até 30 de Dezembro de cada ano, a proposta de orçamento, receita e despesa para o exercício seguinte, submetendo-se a aprovação do Conselho Fiscal e Assembleia Geral, após o que providenciar sua publicação consoante ao que dispõem a lei; no término de cada ano, apresentar relatório de atividades e programa de trabalho; d) ao término do mandato, fazer a prestação de contas de suas atividades e exercício financeiro correspondente levantando para esse fim, os balanços da receita e despesa e econômico do livro diário, o qual, além da assinatura do contabilista legalmente habilitado, conterà as do Presidente e Tesoureiro; e) organizar o quadro de pessoal, fixando os respectivos vencimentos, homologados junto ao Conselho Fiscal; f) executar as deliberações do Conselho Fiscal das Assembleias Gerais e do Congresso; analisar e remeter ao Conselho Fiscal relatório trimestral da Secretaria de Finanças. Art. 12 - Ao Presidente da ATERRA compete: a) representar juridicamente e administrativamente a ATERRA; b) convocar e presidir reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais; c) assinar atas, ofícios, recibos, cheques e outros documentos burocráticos e contábeis; d) coordenar a aplicação do plano de trabalho junto aos demais órgãos da ATERRA; e) cumprir e fazer cumprir estes estatutos. Art. 13 - Ao Secretário da ATERRA compete: a) preparar a correspondência e o expediente da ATERRA; b) coordenar, dirigir e executar os trabalhos da Secretaria; c) ter sob sua guarda o arquivo de ofícios, processos, contratos e demais documentos da ATERRA; d) cumprir e fazer cumprir estes estatutos; Art. 14 - Ao Tesoureiro compete: a) manter sob sua guarda, fiscalização e responsabilidade, cópia dos contratos e convênios da ATERRA, bem como todos os documentos contábeis; b) assinar, com o Presidente, os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados; c) recolher o dinheiro da ATERRA em agência Bancária autorizada; d) manter em dia as escriturações a seu cargo; e) proporcionar à Diretoria e ao Conselho Fiscal os elementos necessários para a elaboração do orçamento anual; Seção V. DO CONSELHO DE FISCAL. Art. 15 - O Conselho Fiscal, composto por três membros, tendo como atribuição: a) fiscalizar a Diretoria e auxiliar suas atividades; b) reunir-se ordinariamente trimestralmente e extraordinariamente quando for convocado pela Diretoria; c) dar parecer sobre relatórios, balanços, orçamentos e plano de trabalho da ATERRA, na forma deste estatuto; d) envidar esforços no sentido de uma perfeita união entre todas associados; e) julgar, em primeira instância, os casos de descumprimento das disposições estatutárias por parte das associações associados e membros da Diretoria, sempre levando em consideração ao parecer de comissão de Ética indica na forma deste estatuto; f) convocar extraordinariamente o Congresso e as Assembleias Gerais da ATERRA, na forma deste estatuto; § Único: O Conselho Fiscal será presidido por um Coordenador eleito entre seus membros efetivos; Seção VI. DA PERDA DO MANDATO. Art. 16 - Os membros dos órgãos da ATERRA perderão o seu mandato nos seguintes casos: a) grave violação destes estatutos; b) malversação ou dilapidação do patrimônio social; c) abandono do cargo; § Primeiro - A perda do mandato será declarada pela Assembleia Geral; § Segundo - Toda suspensão ou destituição de cargo administrativo dever ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo recurso na forma deste estatuto. Art. 17 - Na hipótese da perda do mandato, as substituições se farão de acordo com decisão do organismo onde ocorrer a vaga. Capítulo V. DO PROCESSO ELEITORAL. Art. 18 - No período máximo de 90 (noventa) dias e mínimo de 30 (noventa) dias antes do término do mandato, o Presidente deverá convocar uma Assembleia Geral para a instauração e aprovação do regimento do processo eleitoral. § Primeiro - A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita por edital no Diário Oficial do Estado ou do Município e distribuição de boletins ao associados; § Segundo - A definição da duração da votação e das datas em que se realizar, dever obedecer o término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal e a melhor conveniência para a maioria das associados. § Terceiro - A eleição



será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato e quinze dias da publicação do aviso e edital das mesmas. § Quarto - A Comissão Eleitoral será formada por, no mínimo 03 (três) associados, e mais um representante de cada chapa, depois de inscrita. Art. 19 - A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior. Art. 20 - Ao assumir o cargo, o eleito prestar, solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato e a este estatutos. Capítulo V. DO PATRIMÔNIO DA ATERRA. Art. 21 - Constitui o patrimônio da ATERRA: a) as contribuições dos associados; b) as doações e legados; c) os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidas; d) alugueres de imóveis e juros de títulos e de depósitos; e) as multas e outras rendas eventuais; Art. 22 - Os títulos de renda e os bens imóveis só poderão ser alienados após prévia autorização da Assembléia Geral, reunida com a presença da maioria absoluta dos eleitores com direito a voto. Capítulo VI. DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE. Art. 23 - A dissolução da entidade, bem como a destinação de seu patrimônio, somente poderá ser decidida em Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, cuja instalação depender de quórum de 2/3 dos associados quites, sendo que a proposta de dissolução deve ser aprovada por maioria absoluta dos associados quites. Art. 24 - No caso de dissolução, os bens pagos as dívidas decorrentes das suas responsabilidades, serão incorporados ao patrimônio da ATERRA indicado pela Assembléia Geral. Capítulo VII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS. Art. 25 - O presente Estatuto poderá ser reformado por deliberação da Assembléia Geral, convocada especialmente para esta finalidade, através de edital publicado no órgão de imprensa de grande circulação. Art. 26 - Fica eleito o Foro de Ponta Grossa, Estado do Paraná para julgar ações que versem sobre matéria estatutária. Art. 27 - O presente estatuto entrar em vigor na data de sua aprovação.” Em seguida foi colocado em discussão o seguinte item da ordem do dia, ou seja: c) eleição e posse da primeira Diretoria Conselho Fiscal da ATERRA. Foi apresentada a Mesa Diretora, a inscrição de uma única chapa, assim composta: Presidente: Fernando Rodrigues Lourenço, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Pr., sito no Acampamento Emiliano Zapata, portador da Cédula de Identidade n.º 3.262.289-SC e CPF n.º 949.335.889-53; Secretário: Alexandra Maria Stravatt, brasileira, casada, secretária, residente e domiciliada em Ponta Grossa, Pr., sito na Rua Manoel A. M. Oliveira, ao lado do n.º 15, Vila Baraúna, portadora da Cédula de Identidade n.º 7.666.340-8/PR e CPF n.º 040.445.269-15; Tesoureiro: Nataniel de Souza Leite, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Pr., sito no Acampamento Emiliano Zapata, portador da Cédula de Identidade n.º 4.823.075-0/PR e CPF n.º 339.713.319-04; Conselho Fiscal: João Israel de Souza, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Pr., sito no Acampamento Emiliano Zapata, portador da Cédula de Identidade n.º 8.737.442-4/PR e CPF n.º 034.840.549-99; Altivir Sebastião Borges Martins, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Pr., sito no Acampamento Emiliano Zapata, portador da Cédula de Identidade n.º 5.320.065-6/PR e CPF n.º 763.136.469-91; e Antonio Laiola, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, residente e domiciliado em Ponta Grossa, Pr., sito no Acampamento Emiliano Zapata, portador da Cédula de Identidade n.º 7.341.880-1/PR e CPF n.º 024.253.089-38. A chapa inscrita foi aclamada pela unanimidade dos presentes, sendo que em seguida o Presidente da Mesa Diretora empossou seus membros. Sem mais nada para deliberar, eu João Israel de Souza, Secretário da Mesa Diretora dos Trabalhos lavro a presente ata que vai por mim assinada e pelos integrantes eleitos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Fernando R. Lourenço

Fernando Rodrigues Lourenço

Nataniel de Souza Leite

Nataniel de Souza Leite

Altivir S.P. Martins

Altivir Sebastião Borges Martins

Alexandra Maria Stravatt

João Israel de Souza

Antonio Laiola

APÊNDICE B – Estatutos Sociais da ATERRA

Associação Dos Trabalhadores Rurais Da Reforma Agrária A T E R R A

Estatutos Sociais



Capítulo I DA ATERRA

Seção I CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º - A **Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária**, com sede em Ponta Grossa, Pr., Rua José Deleuzuk nº 103 bairro Ronda é uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

§ Único - A **Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária**, será denominada pela sigla **ATERRA**.

Art. 2.º - A **ATERRA** ter personalidade distinta de seus associados as quais não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações financeiras contraídas pela **ATERRA** e nem este por nenhum ato de qualquer de suas associados.

Seção II OS PRINCÍPIOS

Art. 3.º - São princípios da **ATERRA**:

- lutar pela reforma agrária, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração onde impere a democracia política, social e econômica;
- Reger-se pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão aos seus associados;
- Manter relações de cooperação com as entidades representativas dos movimentos populares para a concretização da solidariedade social;
- Colaborar e defender a solidariedade entre povos para concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo;
- Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social e pelos direitos fundamentais do homem;

Seção III DAS FINALIDADES

Art. 4.º - São finalidades da **ATERRA**:

- Promover a radiodifusão comunitária;
- Proteger o meio ambiente e patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- Defender os interesses dos consumidores;
- Colaborar como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com sua área de atuação;
- Lutar pela implantação de uma reforma agrária e urbana que contemple uma política habitacional, ambiental, salarial, educacional, cultural, agrária, de saúde e econômica voltada aos interesses das classes trabalhadoras;
- Constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais e de recreação;
- Propor ação civil pública e mandato de segurança coletivo.
- ☒ Facilitar e fomentar as relações de comércio de seus integrantes e intermediar a compra e venda entre seus associados e terceiros de produtos agropecuários;
- Racionalizar as atividades que venham a desenvolver formas de cooperação que ajudem na produção, comercialização e agroindustrialização;

Seção IV DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

Art. 5.º - São condições de funcionamento:

- observância das leis;

Nataniel de Sousa Leite
Celso Maria M. Pereira

Stefaniak
José Luiz Stefaniak

- b) gratuidade do exercício dos cargos eletivos;
- c) abstenção de práticas que incorram em vinculação político-partidária ou religiosa;



Capítulo II DOS ASSOCIADOS

Seção I DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 6.º - São direitos das associados, que serão admitidos por indicação de qualquer integrante da Diretoria;

- a) utilizar as dependências da **ATERRA** para atividades compreendidas neste estatuto;
- b) votar e ser votado nas eleições dos organismos e instância da **ATERRA**, respeitadas as determinações destes estatutos;
- d) Convocar Assembléia Geral conforme disposições destes estatutos;
- e) Participar, com direito de voz e voto nas Assembléias Gerais;

Seção II DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 7.º - São deveres das associadas:

- a) pagar pontualmente a mensalidade, definida em assembléia específica;
 - b) exigir o cumprimento dos objetivos e determinações destes estatutos e o respeito por parte da Diretoria e decisões da Assembléia Geral;
 - c) zelar pelo patrimônio e serviços da **ATERRA**, cuidando da sua correta aplicação;
- § único - No caso de descumprimento de qualquer disposição estatutário associado poderá ser excluído por decisão do Conselho Fiscal, cabendo recurso a Assembléia Geral.

Capítulo III DA ESTRUTURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ATERRA

Seção I DOS ÓRGÃOS DA ATERRA

Art. 8.º - São órgãos da **ATERRA**:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;

Seção III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9.º - As Assembléias Gerais serão soberanas em suas resoluções, respeitadas as determinações do Congresso e destes estatutos.

§ Primeiro - As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas pela Diretoria, para tratar dos seguintes assuntos:

- a) anualmente, para prestação de contas se previsão orçamentária;
- b) anualmente, aprovação de relatório de atividade e plano de trabalho anual da **ATERRA**;
- c) trienalmente, para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;

§ Segundo - As Assembléias Gerais Ordinárias obedecerão o quorum de 50% mais um dos associados em primeira convocação, e com qualquer número de presentes em segunda convocação.

§ Terceiro - Havendo recusa ou omissão da Diretoria para a convocação das Assembléias Gerais Ordinárias elas serão convocadas por abaixo assinado contendo 40% das associados;

§ Quarto - As Assembléias Gerais Extraordinárias serão convocadas por decisão da maioria da Diretoria ou por 50% dos associados, quando houver motivo que justifique, tratando apenas do assunto específico;

§ Quinto - As Assembléias Gerais serão convocadas por edital em jornal de grande circulação e veículo de comunicação própria da **ATERRA**, garantindo-se que sejam informados todos os associados.

Seção IV DA DIRETORIA

Art. 10.º - A **ATERRA** será administrado por uma Diretoria composta por três membros, com as seguintes funções:

Nataniel de Sousa Leite
Edmundo M. Pereira

Jaime
José Luiz Stefaniak

- a) Presidente;
- b) Secretário;
- c) Tesoureiro;



Art. 11 - Compete a Diretoria:

- a) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do **ATERRA** em todas as suas instâncias;
- b) Gerir o patrimônio social, garantindo a sua utilização para o cumprimento das deliberações dos associados;
- c) Reunir-se em sessão ordinária uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que o Presidente ou maioria da Diretoria convocar;
- d) Fazer organizar por contabilista legalmente habilitado até 30 de Dezembro de cada ano, a proposta de orçamento, receita e despesa para o exercício seguinte, submetendo-se a aprovação do Conselho Fiscal e Assembléia Geral, após o que providenciar sua publicação consoante ao que dispõem a lei;
- e) No término de cada ano, apresentar relatório de atividades e programa de trabalho;
- f) Ao término do mandato, fazer a prestação de contas de suas atividades e exercício financeiro correspondente levantando para esse fim, os balanços da receita e despesa e econômico do livro diário, o qual, além da assinatura do contabilista legalmente habilitado, conterà as do Presidente e Tesoureiro;
- g) Organizar o quadro de pessoal, fixando os respectivos vencimentos, homologados junto ao Conselho Fiscal;
- h) Executar as deliberações do Conselho Fiscal das Assembléias Gerais e do Congresso;
- i) Analisar e remeter ao Conselho Fiscal relatório trimestral da Secretaria de Finanças.

Art. 12 - Ao Presidente da ATERRA compete:

- a) Representar juridicamente e administrativamente a **ATERRA**;
- b) Convocar e presidir reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;
- c) Assinar atas, ofícios, recibos, cheques e outros documentos burocráticos e contábeis;
- d) Coordenar a aplicação do plano de trabalho junto aos demais órgãos da **ATERRA**;
- e) Cumprir e fazer cumprir estes estatutos.

Art. 13 - Ao Secretário da ATERRA compete:

- a) Preparar a correspondência e o expediente da **ATERRA**;
- b) Coordenar, dirigir e executar os trabalhos da Secretaria;
- c) Ter sob sua guarda o arquivo de ofícios, processos, contratos e demais documentos da **ATERRA**;
- d) Cumprir e fazer cumprir estes estatutos;

Art. 14 - Ao Tesoureiro compete:

- a) Manter sob sua guarda, fiscalização e responsabilidade, cópia dos contratos e convênios da **ATERRA**, bem como todos os documentos contábeis;
- b) Assinar, com o Presidente, os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- c) Recolher o dinheiro da **ATERRA** em agência Bancária autorizada;
- d) Manter em dia as escriturações a seu cargo;
- e) Proporcionar à Diretoria e ao Conselho Fiscal os elementos necessários para a elaboração do orçamento anual;

Seção V DO CONSELHO DE FISCAL

Art. 15 - O Conselho Fiscal, composto por três membros, tendo como atribuição:

- a) Fiscalizar a Diretoria e auxiliar suas atividades;
- b) Reunir-se ordinariamente trimestralmente e extraordinariamente quando for convocado pela Diretoria;
- c) Dar parecer sobre relatórios, balanços, orçamentos e plano de trabalho da **ATERRA**, na forma deste estatuto;
- d) Enviar pareceres no sentido de uma perfeita união entre todos associados;
- e) Julgar, em primeira instância, os casos de descumprimento das disposições estatutárias por parte dos associados e membros da Diretoria, sempre levando em consideração ao parecer da comissão de ética criada na forma deste estatuto;
- f) Convocar extraordinariamente o Congresso e as Assembléias Gerais da **ATERRA**, na forma deste estatuto;

Seção VI DA PLURIA DO MANDATO

Art. 16 - Os membros dos órgãos da ATERRA perderão o seu mandato nos seguintes casos:

- a) Grave violação destes estatutos;

Nataniel de Souza Leite
Edmundo M. Pereira

Stefaniak
José Luiz Stefaniak
CARTEIRA Nº 1234



b) Malversação ou dilapidação do patrimônio social;

c) Abandono do cargo;

§ Primeiro - A perda do mandato será declarada pela Assembleia Geral;

§ Segundo - Toda suspensão ou destituição de cargo administrativo deve ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo recurso na forma deste estatuto.

Art. 17 - Na hipótese da perda do mandato, as substituições se farão de acordo com decisão do organismo onde ocorrer à vaga.

Capítulo V DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 18 - No período máximo de 90 (noventa) dias e mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato, o Presidente deverá convocar uma Assembleia Geral para a instauração e aprovação do regimento do processo eleitoral.

§ Primeiro - A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita por edital no Diário Oficial do Estado ou do Município e distribuição de boletins aos associados;

§ Segundo - A definição da duração da votação e das datas em que se realizar, deve obedecer o término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal e a melhor conveniência para a maioria dos associados.

§ Terceiro - A eleição será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato e quinze dias da publicação do aviso e edital das mesmas.

§ Quarto - A Comissão Eleitoral será formada por, no mínimo 03 (três) associados, e mais um representante de cada chapa, depois de inscrita.

Art. 19 - A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior.

Art. 20 - Ao assumir o cargo, o eleito prestará, solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato e a este estatuto.

Capítulo V DO PATRIMÔNIO DA ATERRA

Art. 21 - Constitui o patrimônio da ATERRA:

a) As contribuições dos associados;

b) As doações e legados;

c) Os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos;

d) Alugueres de imóveis e juros de títulos e de depósitos;

e) As multas e outras rendas eventuais;

Art. 22 - Os títulos de renda e os bens imóveis só poderão ser alienados após prévia autorização da Assembleia Geral, reunida com a presença da maioria absoluta dos eleitores com direito a voto.

Capítulo VI DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

Art. 23 - A dissolução da entidade, bem como a destinação de seu patrimônio, somente poderá ser decidida em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, cuja instalação depender de quorum de 2/3 dos associados quítes, sendo que a proposta de dissolução deve ser aprovada por maioria absoluta dos associados quítes.

Art. 24 - No caso de dissolução, os bens pagos as dívidas decorrentes das suas responsabilidades, serão incorporados ao patrimônio da ATERRA indicado pela Assembleia Geral.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25 - O presente Estatuto poderá ser reformado por deliberação da Assembleia Geral, convocada especialmente para esta finalidade, através de edital publicado no órgão de imprensa de grande circulação.

Art. 26 - Fica eleito o Foro de Ponta Grossa, Estado do Paraná para julgar ações que versem sobre matéria estatutária.

Art. 27 - O presente estatuto entrar em vigor na data de sua aprovação.

Ponta Grossa, 14 de agosto de 2005.

Nataniel de Souza Leite
Celmamara M. Pereira

Janick
José Luiz Stefaniak



Ata da assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária – ATERRA, realizada em 14 de agosto de 2005.

Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e cinco, às nove horas tendo como local a sede do Acampamento Emiliano Zapata, sito na Estrada do Talco, sem número, Ponta Grossa Paraná, foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária – ATERRA. Inicialmente foi aprovada pela unanimidade dos presentes a composição da Mesa Diretora dos Trabalhos por Nataniel de Souza Leite, como Presidente e Ednamara Mariano Pereira como Secretária. Em seguida o Presidente da Mesa Diretora determinou que a Secretária fizesse a leitura do Edital de convocação da presente Assembléia Geral Extraordinária, publicado na edição de onze de agosto de dois mil e cinco do Jornal da Manhã, onde constou a seguinte Ordem do dia: a) Discussão e aprovação de alteração estatutária na forma prevista no art. 25 do Estatuto Social da ATERRA; b) Outros assuntos de interesses dos associados. Em seguida foi colocado em discussão o primeiro item da Ordem do dia, ou seja: Discussão e aprovação de alteração estatutária na forma prevista no art. 25 dos Estatutos Sociais da ATERRA. O Presidente Nataniel de Souza de Leite apresentou a seguinte proposta de alteração dos Estatutos Sociais da ATERRA: Art. 4º. – *São Finalidades da ATERRA: inclusão das alíneas: b) facilitar e fomentar as relações de comércio de seus integrantes e intermediar a compra e venda entre seus associados e terceiros de produtos agropecuário; c) Racionalizar as atividades que venham a desenvolver formas de cooperação que ajudem na produção, comercialização e agroindustrialização;* que depois de discutida foi aprovada por unanimidade. Em seguida a Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos leu a presente ata que vai por mim assinada e rubricada.

Nataniel de Souza Leite

Nataniel de Souza Leite

Ednamara Mariano Pereira

Ednamara M. Pereira

CUSTAS
R\$ 10,50
VRC 100
FUNREJUS 3,00

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Júlia Wanderley, 879 - Centro - 225-6922
Ponta Grossa - Estado do Paraná
Protocolado nesta data sob nº 3310
Do Protocolo A002 Registro sob nº 0444AV
Do L.º A 005 Ponta Grossa 19/08/2005

AD-2005
Cristiana Muller Spina - 08/08/2005
Escritório 1 - 11500001
Escritório

Registro de Livro e Documento
e Pessoas Jurídicas
Devendo ser o Livro de Registro
em última forma do documento
entregue a parte

APÊNDICE C – Certidão de Registro dos Estatutos Sociais da ATERRA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE PONTA GROSSA - PARANÁ

Rua Júlia Wanderley, 879 - Fone: (42) 3225-6922 e 3027-5922.

CRISTIANE MÜLLER SPINASSI
OFICIAL

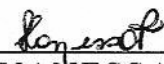
CERTIDÃO

BREVE RELATÓRIO

CERTIFICO a pedido da parte interessada, que foi Registrado, em data de **28 de Outubro de 2004**, e posteriormente alterado em **19/08/2005**, sob o número **044** do livro "A-05", de Registro das Pessoas Jurídicas, o Estatuto da "ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA-ATERRA " - ficando devidamente arquivados nesta Serventia os documentos exigidos pelos Artigos 120 e 121 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. "O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ" *****

Ponta Grossa-PR, 19 de Agosto de 2005.




VANESSA PAUCKA
ESCREVENTE

APÊNDICE D – Alvará de Localização da ATERRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Receita

Divisão de Tributação

Alvará de Localização

Alteração de Socios

Nº 70.764

De 28/02/2005

O Governo Municipal de Ponta Grossa na forma da lei, por este titulo concede licença a ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REFORMA AGRARIA.....

representada por PRESIDENTE - NATANIEL DE SOUZA LEITE

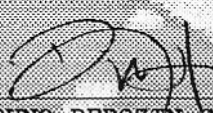
para se estabelecer com PROMOVER A RADIODIFUSAO COMUNITARIA; PROTEGER O MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO ARTISTICO, ESTETICO, HISTORICO, TURISTICO E PAISAGISTICO; DEFENDER OS INTERESSES DOS CONSUMIDORES; COLABORAR C/ ORGAO TECNICO E CONSULTIVO, NO ESTUDO E SOLUCAO DOS PROBLEMAS QUE SE RELACIONEM C/ SUA AREA DE ATUACAO; LUTAR P/ IMPLANTACAO DE UMA REFORMA AGRARIA E URBANA QUE CONTEMPLE UMA POLITICA HABITAC. AMBIENTAL, SALARIAL, EDUCAC. CULTURAL, AGRARIA, DE SAUDE E ECONOMICA VOLTADA AOS INTERESSES DAS CLASSES TRABALHADORAS; CONSTITUIR SERV. P/ A PROMOCAO DE ATIVIDADES CULT. PROFIS. E DE RECREACAO; PROPOR ACAA CIVIL PUBLICA E MANTO DE SEGURANCA COLETIVO.....

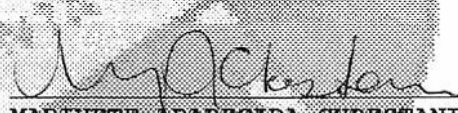
à RUA JOSE DELEZUK

Nro. 103

em virtude de estarem preenchidas as formalidades legais conforme requerimento Nro. 2640270 de 21 de setembro de 2005.

Expedido em Ponta Grossa, 16 de janeiro de 2006.


BRUNO PEROZIN CAROFANI
Secretario Municipal Financas


MARIVETE APARECIDA CHRESTANI
Chefe Divisão Tributação

'Para efeito de fiscalização, a direção do estabelecimento licenciado manterá o Alvará de Localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir, conforme consta no Código de Postura do Município, art. 79, parágrafo segundo.

'Em caso de encerramento, paralização, mudança de endereço, de atividade, ou qualquer outra alteração, procurar com urgência a Prefeitura Municipal, para providências legais cabíveis, evitando em consequência, problemas futuros'.

'O presente licenciamento, sera considerado renovado anualmente mediante a quitação da taxa de verificação de funcionamento regular de estabelecimentos de produção, comércio, indústria e prestação de serviços e taxa de licença para publicidade'.

APÊNDICE E – Cédula de Produto Rural – CPR Especial

CÉDULA DE PRODUTO RURAL – CPR ESPECIAL

1) CÉDULA DE PRODUTO RURAL, instituída nos moldes da Lei nº 8.929, de 22/08/94 – **CPR - Doação Nº 41.1.0225**.

2) VALOR TOTAL DA CPR-Doação: R\$ 221.480,35 (Duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos)

3) VENCIMENTO: Até o dia 30 de Novembro de 2008, entregaremos à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, **CNPJ 26.461.699/0258-41**, nesta Cédula qualificada como COMPRADORA, ou a quem ela indicar, os produtos nomeados na Proposta de Participação Especial **de 03 de Outubro 2007**, e nas condições ali previstas, que passa a integrar a presente Cédula.

4) ENDEREÇO DE ENTREGA: Obrigamo-nos a produzir e a entregar o(s) produto(s) objeto(s) desta Cédula, no local indicado na "PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO", na periodicidade determinada, até o vencimento pactuado, pesado/mensurado e classificado ou de acordo com os padrões da vigilância sanitária.

5) AJUSTE DA QUANTIDADE A SER ENTREGUE: Poderá ocorrer ajuste na quantidade pactuada nesta CPR - Doação, mediante aditivo, em função:

- a)** da variação da qualidade indicada na classificação do produto;
- b)** da necessidade de substituição de produtos originalmente pactuados por similares;
- c)** do resultado de aplicações financeiras.

6) QUITAÇÃO EM PRODUTO: A quitação desta Cédula ocorrerá após a entrega da totalidade dos produtos no local indicado no item 4 e apresentação dos seguintes documentos:

- a)** "TERMOS DE RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE", emitidos pelo(s) beneficiário(s) consumidor(es) dos produtos, relativos às entregas realizadas;
- b)** "NOTA FISCAL" de venda;



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

c) "RELATÓRIO DE ENTREGA" (Documento 7) emitido pelo signatário da CPR, contendo a relação dos produtores e respectivas quantidades entregues, conforme definido na 'PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO'.

7) DESPESAS COM O PRODUTO:

7.1) As despesas com transporte, conservação, ensaque, reensaques, braçagem, armazenagem e outras, se houver, incidentes até que se efetive a satisfação desta Cédula, correrão por nossa conta;

7.2) As despesas de classificação/análise e os tributos incidentes sobre a mercadoria (ICMS e INSS), quando devidos, não correrão por nossa conta, cabendo ressarcimento pela detentora do título/COMPRADORA, quando o recolhimento for de nossa responsabilidade.

8) GARANTIAS: de acordo com o item 13 do TÍTULO 30.

9) LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

9.1) Os recursos relativos à **CPR-Doação** serão liberados em parcela(s), no valor de **R\$ 221.480,35 (Duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos)** a crédito da conta vinculada e específica ao presente Instrumento, em nome do EMITENTE, aberta no **SICREDI – Agência 7154 , Conta Corrente nº 15.981-6**, permitindo-se efetuar saques somente para pagamento de despesas referentes à "PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO", após a aprovação prévia da COMPRADORA, ou para aplicação no mercado financeiro, sendo os rendimentos auferidos obrigatoriamente revertidos à conta bancária vinculada, para aplicação na finalidade desta CPR-Doação, sujeitos às mesmas condições de prestação de contas.

9.2) Para efeito do disposto no Item 9.1, o EMITENTE e a COMPRADORA concordam com a movimentação condicionada da conta vinculada específica a que se refere esta CPR-Doação e se comprometem, se necessário, a formalizar junto ao Banco do Brasil S/A, documento específico neste sentido.

9.3) Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução desta CPR-Doação, a COMPRADORA obriga-se a notificar, de imediato, o dirigente do EMITENTE a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias, nos casos a seguir especificados:

a) quando não houver comprovação da correta aplicação dos recursos, na forma da legislação cabível, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela COMPRADORA e/ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

b) quando verificados atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e condições estabelecidas nesta CPR-Doação;

c) quando o EMITENTE descumprir quaisquer condições estabelecidas nesta CPR-Doação, principalmente quanto à destinação dos produtos.

9.4) Findo o prazo da notificação de que trata Item 9.3, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas, ou cumprida a obrigação, o dirigente da COMPRADORA comunicará o fato ao titular da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – SICET/PR, que determinará a instauração da tomada de contas especial do responsável, procedendo o registro de inadimplência do EMITENTE no Cadastro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

10) GLOSA DAS DESPESAS: É vedada a utilização dos recursos repassados e pactuados nesta CPR-Doação, em finalidade diversa da estabelecida na "PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO" a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas fora do período de vigência do Título, ainda que em caráter de emergência. Os recursos desta CPR-Doação, também não poderão ser utilizados:

- a)** na realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- b)** na realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- c)** no pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes desta CPR-Doação;
- d)** na realização de despesas com publicidade.

11) FISCALIZAÇÃO:

11.1) Concedemos à COMPRADORA livre acesso ao empreendimento/propriedade e/ou mercadoria, com a finalidade de fiscalizar a condução da lavoura/produção, acompanhar o transporte, o armazenamento, o beneficiamento da mercadoria e a situação das garantias;

11.2) Na ocorrência de irregularidades detectadas pela COMPRADORA, ou das quais ela venha a ter notícia, devidamente comprovadas, estamos cientes de que serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

12) PENALIDADE: na hipótese de mora, pela não entrega do produto na qualidade e quantidade previstas nesta Cédula, até o décimo (10º) dia corrido, contado a partir do seu vencimento, assumimos entregar ou pagar à COMPRADORA, acrescendo ao principal:

- a)** a quantidade correspondente a três por cento (3%) do produto devido, acrescido de mais um por cento (1%) a cada mês de atraso, bastando para caracterizar essa incidência o transcurso de um mês para outro;
- b)** o correspondente a três por cento (3%) do valor do produto devido, acrescido de mais um por cento (1%) a cada mês de atraso, bastando para caracterizar essa incidência o transcurso de um mês para outro.

13) EXEQUIBILIDADE: estamos cientes de que o descumprimento das condições previstas nesta Cédula ensejará, independentemente de prévia notificação, a adoção das medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis para a satisfação deste Título.

14) ADITIVOS: conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 8.929, de 22/08/94, esta Cédula poderá ser aditada, retificada e ratificada, no todo ou em parte, por intermédio de aditivos que passarão a integrá-la, regendo-a subsidiariamente o Código Civil.

15) UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE CONDUÇÃO DO EMPREENDIMENTO: PARANA.

16) FORO: o foro de eleição é o da Seção Judiciária do domicílio dos emitentes solidários, exceto para os empreendimentos situados na Região do Entorno do Distrito Federal, denominada pelo Incra como SR 28, cujo foro será o da Seção Judiciária do Distrito Federal.

17) ENCERRAMENTO: Em 30 de Novembro de 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA - ATERRA,
situada na Rua José Delezuk, 103 - Bairro Ronda, município de Ponta Grossa - PR,
CEP 84.051-020, CNPJ nº 07.077.278/0001-06.

Silvana dos Santos Moreira
Tesoureiro
CPF – 015.082.589-70
RG – 6.718.492-0

Nataniel de Souza Leite
Presidente
CPF – 339.713.319-04
RG – 4.823.075-0

APÊNDICE F – Certificação Agroecológica da Rede Ecovida de Agroecologia



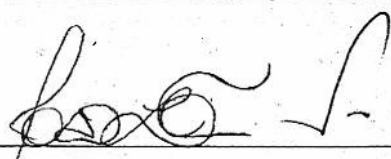
Núcleo
Regional
Monge João
Maria

C E R T I F I C A Ç Ã O

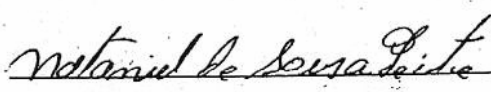
O Núcleo Monge João Maria da Rede Ecovida de Agroecologia, através da Associação ATERRA e o Instituto Equipe de Educadores Populares, vem por meio desta, declarar, para os devidos fins, que os agricultores ecologistas abaixo relacionados estão certificados de acordo com as normas e princípios estabelecidos pela **REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA** e os documentos referentes a cada Agricultor encontram-se arquivados na sede da Associação Aterra.

AGRICULTOR	CPF	AGRICULTOR	CPF
Adacir Lopes dos Santos	037.402.689-05	José Carlos Troguilho	036.602.399-33
Adriano Lopes	048.472.339-13	José de Souza Moreira	454.403.019-68
Agnaldo Paula Deodato	031.129.809-56	José Dirceu de Lara	321.407.119-04
Aníbal Vilarino de Oliveira	022.980.499-39	José dos Santos Cordeiro Dias	032.967.389-08
Antonio da Luz Valentin de Paula	606.463.579-72	José Ferreira da Silva Neto	350.125.109-25
Antonio Loyola	024.253.089-38	José Francisco Policene	536.857.849-00
Antonio Moreira Silva	634.994.289-20	Judite Soares	338.232.609-44
Antonio Soares	602.025.059-87	Lazza Vieira de Jesus da Silva	894.274.249-15
Áurea Padilha dos Santos	660.431.829-04	Leonora Antonio de Lima Marta	282.640.969.72
Benjamim Stempinhaki	557.536.049-00	Leontina Carla da Cruz de Barros	023.092.849.80
Brasileiro Mariano Machado	100.227.169-04	Loir de Paula Quadros	717.302.739-04
Daniel Marçal da Silva	028.672.326-35	Marcelo Ishimaru	047.496.479-50
Delcio Antonio Rodrigues	802.683.239-68	Marciano Alfredo de Souza	301.067.029.04
Dorival Rodrigues Dias	009.517.478.86	Maria Alice Santos da Silva	006.536.259-44
Edenilson de Souza Leite	030.520.329-09	Mario César Taques	473.521.169-15
Edilson de Souza Leite	034.659.149-02	Natanael de Souza Leite	339.713.319-04
Edite Ferreira de Andrade	841.814.949-34	Neumari de Souza Leite	036.242.819-09
Ednaldo Pauda Deodato	044.849.029.31	Noel de Souza Leite	057.864.169-09
Ednamara Mariano Pereira	027.388.159-01	Pedro Pereira Machado	741.820.219-91
Espedito Barbosa	244.410.239-87	Pedro Salamaia	042.352.058-03
Everaldo da Silva	391.426.609-78	Reinaldo Silva	049.589.149-51
Ezequiel Aparecido da Silva	068.509.859-14	Reneu Leite da Fonseca	008.509.059-07
Genecilda Lourenço Gotardo	707.930.859-34	Sandro Fattori de Souza	029.198.909-80
Joamir Roberto Paes	017.403.529-20	Sebastião Carlos da Silva	205.237.349.72
Joanildes Ferreira	431.915.689-72	Sebastião Pereira Sobrinho	435.535.329-04
João Israel de Souza	034.840.549-99	Silvio de Matos	243.709.249-87
João Pedro de Lorena	517.875.809-97	Valdir da Silva	903.627.729-91
João Ribeiro da Silva	244.578.179-53	Valdir José Bronicki	044.314.669-16
Jocelaine Carlos Fernandes	060.573.319-02	Valmir Rodrigues Santos	002.800.192-38
Joelson Silva	007.357.169-90	Valter May	661.102.389-53

Irati, 05 de outubro de 2007.


João Luis Dremiski

Assessor do Instituto Equipe e Comissão de
Ética do Núcleo Monge João Maria


Natanael de Souza Leite

Presidente da Associação e Membro do
Núcleo Monge João Maria